

SUBJETIVIDADE E TRABALHO HUMANO NO CINEMA

Anísio José da Silva Araújo
Joana Dar'k Costa
Lucas Eurikes Melo Vasconcelos
(Organizadores)





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Terezinha Domiciano Dantas Martins

Reitora

Mônica Nóbrega

Vice-Reitora



Editora UFPB

Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

Diretora Geral da Editora UFPB

Aline dos Santos Deiró

Vice-Diretora da Editora UFPB

Rildo Coelho

Coordenador de Editoração



SUBJETIVIDADE E TRABALHO HUMANO NO CINEMA

1ª Edição – 2026

Esta obra integra a publicação de livros digitais (e-books) do Edital 01/2025 da Editora UFPB, em regime de fluxo contínuo. A chamada pública visa fomentar a divulgação da produção científica, literária, artística e didático-pedagógica da comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba, contemplando obras de autoria individual, coautoria ou coletâneas.

Direitos autorais 2026 - Editora da UFPB



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À:



Cidade Universitária, Campus I – Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB CEP 58.051-970
Site: www.ufpb.br/editora
Instagram: @editoraufpb
E-mail: atendimento@editora.ufpb.br
Telefone e WhatsApp: (83) 3216.7147



CONSELHO EDITORIAL – Editora UFPB

Portaria N° 202, de 08 de agosto de 2025 – Reitoria

- Geysa Flávia C. de Lima Nascimento** – Presidente | Editora UFPB
- Alexandre Coelho Serquiz** | Ciências da Saúde
- Daniel Araújo de Macedo** | Engenharias
- Eduardo Rodrigues Viana de Lima** | Ciências Exatas e da Natureza
- Franklin Kaic Dutra-Pereira** | Ciências Biológicas
- Gustavo Barbosa de Mesquita Batista** | Ciências Humanas
- José Ferrari Neto** | Linguística, Letras e Artes
- Maurício Rombaldi** | Ciências Humanas
- Milton César Costa Campos** | Ciências Agrárias
- Tiago Bernardon de Oliveira** | Ciências Humanas
- Márcia Félix da Silva** | Interdisciplinar
- Viviane da Costa Freitag** | Ciências Sociais Aplicadas

Catálogo na fonte: **Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

S941 Subjetividade e trabalho humano no cinema [recurso eletrônico] / Anísio José da Silva Araújo, Joana Dar'k Costa, Lucas Eurikes Melo Vasconcelos [Org.]. - Dados eletrônicos - João Pessoa : Editora UFPB, 2026. 168 p. : il.

E-book.
Modo de acesso: editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/
ISBN: 978-65-5942-342-2
DOI: doi.org/10.22478/ufpb.1473

1. Cinema – Aspectos sociais. 2. Trabalho e Cinema. 3. Psicodinâmica do trabalho. I. Araújo, Anísio José da Silva. II. Costa, Joana Dar'k. III. Vasconcelos, Lucas Eurikes Melo. IV. Título.

UFPB/BC CDU 791.43

Como citar a publicação no todo (ABNT 6023:2018):
ARAÚJO, Anísio José da Silva; COSTA, Joana Dar'k; VASCONCELOS, Lucas Eurikes Melo. **Subjetividade e trabalho humano no cinema**. 1. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2026. Disponível em: _____. Acesso em: _____.

Anísio José da Silva Araújo
Joana Dar'k Costa
Lucas Eurikes Melo Vasconcelos
(Organizadores)

SUBJETIVIDADE E TRABALHO HUMANO NO CINEMA

Editora UFPB
João Pessoa
2026

1

PREFÁCIO	10
<i>Roberto Veras de Oliveira</i>	

APRESENTAÇÃO	14
---------------------	-----------

2

INTENSIFICAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO TRABALHO EM SAÚDE NO SUS: Uma análise fílmica da série <i>sob pressão</i>	17
<i>Brunno Alves de Lucena</i>	

3

TRABALHO E SAÚDE MENTAL A PARTIR DO FILME <i>SI PÚO FARE (DÁ PARA FAZER)</i>	32
<i>Danielly Scalone Maciel</i>	

4

ANÁLISE DA SÉRIE <i>UMA ADVOGADA EXTRAORDINÁRIA</i> SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA DO TRABALHO	41
<i>Edizangela de Fatima Cruz de Souza</i>	

5

DA MULHER DA CASA ABANDONADA À MULHER MANTIDA NO PORÃO: uma análise a partir da psicodinâmica do trabalho	50
<i>Elaine Milena Alves Genuino</i>	

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, TRABALHO DO CUIDADO E A INVISIBILIZAÇÃO FEMININA: um debate a partir do filme <i>a vida invisível</i>	62
<i>Emily Laísia Torres de Farias</i>	

6

**RELAÇÕES ENTRE TRABALHO,
ONDAS E HOMOFOBIA:**
considerações sobre o filme *corpo
elétrico*

71

Felipe Almondes Silva

7

**UMA ANÁLISE DO FILME ALONERS
À LUZ DA PSICODINÂMICA DO
TRABALHO**

83

Gabriela Ramos de Barros

8

**O TRABALHO QUE SUSTENTA,
MAS NÃO CONTA: gênero e a
desvalorização do
cuidado em Dra. cha**

92

Jayne Evellen de Fátima Cruz de Souza

9

O TRABALHO DOCENTE EM CENA:
uma análise psicodinâmica do filme
O Bom Professor

101

Joana Dar'k Costa

Anísio José da Silva Araújo

10

O TRABALHO COMO PALCO:
sentidos, significados e
reconhecimentos a partir do
documentário *convergência: coragem
em tempos de crise*

110

Lucas Eurikes Melo Vasconcelos

11

**SUBJETIVIDADE, PRECARIZAÇÃO
E OFRIMENTO NO TRABALHO DE
COMISSÁRIAS DE BORDO: uma
análise psicossocial do filme *Bem-
vindo a Bordo***

118

*Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde
de Souza*

12

SENTIDO DO TRABALHO DOCENTE, ARTE E SINGULARIDADE: um diálogo entre Vigotski, Paulo Freire e a psicologia social do trabalho à luz do filme *Como Estrelas na Terra* 128
Raísa Fernandes Mariz Simões

13

A ESCOLA VIVA: apontamentos sobre o filme *A sala dos professores* à luz da psicodinâmica do trabalho 139
Séfora Lima de Figueiredo

14

SOFRIMENTO, DEFESA E RECONHECIMENTO: o trabalho prisional a partir do documentário *A Gente* 150
Silnara Araújo Galdino

15

MEMÓRIA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE EM NARRADORES DE JAVÉ: contribuições da psicologia para compreender os impactos psicossociais da desterritorialização 157
Valéria Silva Carvalho

SOBRE OS ORGANIZADORES 163

SOBRE OS AUTORES 164

PREFÁCIO

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho tornou-se um dos terrenos mais complexos e desafiadores para as ciências humanas e sociais. Transformações profundas na base tecnológica e nos modos de organização produtiva, a intensificação das exigências sobre os trabalhadores, as novas formas de precarização e a crescente individualização das responsabilidades laborais têm produzido impactos significativos sobre a vida social e sobre a experiência subjetiva do trabalho. Nesse contexto, compreender o trabalho exige ultrapassar abordagens exclusivamente econômicas ou organizacionais, incorporando perspectivas capazes de apreender o modo como os sujeitos vivem, interpretam e elaboram suas experiências no interior das atividades que realizam.

É nesse horizonte que se insere a obra “Subjetividade e trabalho humano no cinema”, organizada por Anísio José da Silva Araújo, Joana Dar’k Costa e Lucas Eurikes Melo Vasconcelos. O livro que o leitor tem em mãos constitui uma contribuição relevante e original para o debate contemporâneo sobre trabalho, subjetividade e saúde mental, ao propor um diálogo fecundo entre cinema e clínicas do trabalho, mobilizando o recurso cinematográfico como dispositivo analítico para compreender as tensões, conflitos e possibilidades que atravessam a experiência laboral.

A pertinência da temática abordada nesta coletânea é evidente. No contexto das transformações que ora atingem o mundo do trabalho na contemporaneidade, torna-se cada vez mais necessário compreender como o trabalho afeta a constituição do sujeito, sua saúde mental, suas formas de reconhecimento e seus modos de resistir às condições impostas. Ao mesmo tempo, a análise dessas questões requer instrumentos teóricos e metodológicos capazes de acessar o trabalho concreto dos sujeitos diante das prescrições institucionais, das normas organizacionais e das demandas do real.



Nesse sentido, a proposta desta obra revela-se particularmente inovadora ao mobilizar o cinema como um dispositivo privilegiado de observação e interpretação da atividade de trabalho. Longe de tratar as produções cinematográficas apenas como ilustrações, os autores e autoras que compõem esta coletânea assumem o cinema como um campo fértil de análise, capaz de tornar visíveis dimensões frequentemente invisibilizadas nas narrativas institucionais sobre o trabalho.

O cinema, enquanto linguagem estética e narrativa, possui a capacidade singular de captar gestos, emoções, conflitos e relações que constituem a experiência concreta da atividade laboral. Por meio da imagem em movimento, é possível acessar não apenas o que os trabalhadores fazem, mas também como fazem, com quem fazem e sob quais condições fazem, revelando as tensões entre trabalho prescrito e trabalho real, as estratégias de enfrentamento diante das dificuldades cotidianas e os modos pelos quais os sujeitos mobilizam sua inteligência prática para tornar o trabalho possível.

Ao articular cinema e teoria social do trabalho, esta obra aproxima-se de uma tradição de estudos que reconhece a importância das expressões artísticas como formas privilegiadas de compreensão da vida social. A arte, nesse sentido, não apenas representa o mundo; ela também o interpreta, o problematiza e o revela em suas contradições mais profundas. O cinema, em particular, possui a capacidade de condensar em narrativas singulares processos sociais mais amplos, permitindo que se observe, por meio de personagens e histórias específicas, as dinâmicas estruturais que organizam o mundo do trabalho.

Essa perspectiva encontra ressonância nos referenciais teóricos que orientam a coletânea. Os capítulos dialogam com os aportes das Clínicas do Trabalho, em especial com a Psicodinâmica do Trabalho, mas também com contribuições da psicologia social do trabalho, da ergologia, da psicologia histórico-cultural e da pedagogia crítica. Esses referenciais permitem compreender o trabalho como espaço privilegiado de mobilização da subjetividade, no qual os sujeitos se confrontam



permanentemente com os limites e contradições da organização do trabalho.

A coletânea organizada por Araújo, Costa e Vasconcelos demonstra, de maneira sensível e rigorosa, como o cinema pode revelar essas dimensões do trabalho. Ao longo dos quinze capítulos que compõem a obra, os autores analisam diferentes produções audiovisuais, explorando como elas retratam situações de trabalho e os efeitos subjetivos que delas decorrem.

Os temas abordados são amplos e diversos, refletindo a complexidade do mundo do trabalho contemporâneo. Essa diversidade temática constitui uma das grandes riquezas da obra. Ao reunir estudos que analisam diferentes profissões, contextos institucionais e experiências de trabalho, o livro evidencia como as questões relacionadas à subjetividade e ao sofrimento no trabalho atravessam múltiplos campos da vida social.

Um dos méritos da coletânea é justamente demonstrar que, apesar das especificidades de cada atividade profissional, existem processos comuns que estruturam o mundo do trabalho contemporâneo: a intensificação das demandas, a precarização das condições laborais, a fragilização dos coletivos de trabalho e a crescente individualização das responsabilidades.

Outro aspecto digno de destaque nesta obra é sua dimensão pedagógica. Ao utilizar o cinema como recurso analítico, os autores demonstram como produções audiovisuais podem se tornar ferramentas potentes para o ensino e a reflexão crítica sobre o mundo do trabalho. O cinema, nesse sentido, torna-se um dispositivo capaz de aproximar estudantes, pesquisadores e profissionais das experiências concretas de trabalho, permitindo uma compreensão mais sensível e complexa dessas realidades.

Mais do que uma coletânea de análises cinematográficas, Subjetividade e trabalho humano no cinema constitui um convite à reflexão sobre as condições contemporâneas do trabalho e sobre os desafios que se colocam para a construção de ambientes laborais mais justos, democráticos e saudáveis.

Ao revelar as contradições, os sofrimentos e as possibilidades de resistência presentes nas experiências de



trabalho retratadas pelo cinema, o livro nos lembra que o trabalho permanece sendo um dos espaços fundamentais de construção da vida social.

Que esta obra possa, portanto, estimular novos olhares sobre o trabalho e inspirar pesquisas, debates e práticas comprometidas com a transformação das formas de organização do trabalho contemporâneo, de modo que ele possa afirmar-se cada vez mais como espaço de dignidade, reconhecimento e emancipação humana.

Roberto Veras de Oliveira

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor de Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).



APRESENTAÇÃO

Esta coletânea promove um diálogo interdisciplinar e sensível entre as linguagens audiovisuais do cinema, das plataformas de streaming e o campo das Clínicas do Trabalho — em especial a Psicodinâmica do Trabalho e a Psicologia Social do Trabalho —, tomando o recurso cinematográfico como um dispositivo analítico e hermenêutico capaz de desvelar as contradições e a complexidade do cenário laboral contemporâneo. A publicação parte da premissa de que o trabalho se configura como mediador central da identidade, da preservação da saúde mental e da constituição da subjetividade, situando a atividade humana no centro das investigações teóricas e empíricas reunidas ao longo dos seus capítulos.

A hipótese que orienta esta obra sustenta que, embora a organização contemporânea do trabalho imponha o esvaziamento do sentido e o sufocamento da subjetividade — por meio da precarização, do isolamento e da sobrecarga —, o(a) trabalhador(a) mobiliza continuamente sua inteligência prática, seu corpo e sua afetividade para reconfigurar a prescrição normativa. Dessa forma, o trabalho converte-se em um espaço dinâmico de disputa, no qual os riscos de adoecimento coexistem com as possibilidades de resistência, ressignificação e produção de saúde mental.

Esse pressuposto desdobra-se e ganha densidade ao longo do livro por meio de três movimentos analíticos integrados. No primeiro deles, a obra demonstra como o hiato inevitável entre o trabalho prescrito e o trabalho real convoca o(a) trabalhador(a) a mobilizar invenções e transgressões éticas para tornar a atividade possível. Essa dimensão é evidenciada nas análises de cenários marcados pela urgência e pela escassez no setor de saúde público e humanitário (*Sob Pressão*, Capítulo 1; *Convergência*, Capítulo 10), nas barreiras e potencialidades da inserção de trabalhadores(as) neurodivergentes (*Uma Advogada Extraordinária*, Capítulo 3) e nos dilemas operacionais da



segurança no sistema prisional (*A Gente*, Capítulo 14). Em todos esses contextos, confirma-se que a impossibilidade de adesão estrita aos protocolos formais exige respostas criativas do trabalho vivo para a garantia da própria atividade.

Em um segundo momento, o raciocínio avança ao problematizar como o trabalho de cuidado, reprodutivo e de serviços é sistematicamente invisibilizado, assimetricamente distribuído e capturado por lógicas de exploração que geram elevado sofrimento psíquico e ético. As trajetórias analisadas em *A Vida Invisível* (Capítulo 5), *Dra. Cha* (Capítulo 8) e *Bem-vindo a bordo* (Capítulo 11) revelam como as imbricações de gênero, raça e classe naturalizam a abnegação e individualizam os conflitos organizacionais. De forma ainda mais radical, o documentário *A Mulher da Casa Abandonada* (Capítulo 4) tensiona os limites dessa hipótese ao examinar a servidão doméstica enquanto regime de dominação total e violência estrutural, demonstrando como a privação de direitos e o isolamento reduzem drasticamente as margens de autonomia e elaboração subjetiva.

Por fim, a consolidação teórica do livro culmina na afirmação de que a superação do sofrimento e a reconstrução do sentido do trabalho dependem da reconstituição dos laços coletivos, do reconhecimento social e da preservação da memória. Essa perspectiva orienta as discussões sobre o cooperativismo como via de emancipação e desinstitucionalização psiquiátrica (*Si Può Fare*, Capítulo 2); a resistência ética da prática docente frente à vigilância, ao neoliberalismo e ao desgaste relacional (*O Bom Professor*, Capítulo 9; *Como Estrelas na Terra*, Capítulo 12; *A Sala dos Professores*, Capítulo 13); as estratégias de enfrentamento de trabalhadores LGBTQIAPN+ contra a homofobia (*Corpo Elétrico*, Capítulo 6); a ruptura do isolamento social no setor de teleatendimento (*Aloners*, Capítulo 7); e a defesa do território e da identidade comunitária frente à desterritorialização capitalista (*Narradores de Javé*, Capítulo 15).

Ao articular a hermenêutica cinematográfica às teorias do trabalho, esta coletânea evidencia que a saúde mental no contexto laboral não é um atributo estritamente individual, mas



uma construção relacional e política. Este livro convoca, assim, o(a) leitor(a) a uma reflexão crítica sobre a urgente necessidade de novas formas de organização do trabalho na contemporaneidade, garantindo que estas deixem de atuar como vetores de alienação e adoecimento e passem a se afirmar como espaços efetivos de dignidade, reconhecimento, emancipação e produção de vida.



CAPÍTULO 1



INTENSIFICAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO TRABALHO EM SAÚDE NO SUS: uma análise fílmica da série *sob pressão*

Brunno Alves de Lucena

A série *Sob Pressão*, produção original do *Globoplay* em parceria com a *Conspiração Filmes*, constitui-se como um dispositivo narrativo potente para a compreensão do cotidiano do trabalho em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). Ambientada majoritariamente em um hospital público de emergência localizado no subúrbio do Rio de Janeiro, a obra acompanha médicos, enfermeiros e outros profissionais que atuam em contextos marcados pela escassez de recursos, superlotação, dilemas éticos complexos e demandas que extrapolam os limites técnico-assistenciais da prática em saúde.

A narrativa estrutura-se a partir da atuação de Evandro, cirurgião-chefe da emergência, cuja postura profissional é marcada por dedicação extrema, compromisso ético inegociável com a preservação da vida e enfrentamento permanente dos limites impostos pela precariedade institucional. Seu princípio pessoal de que ninguém deve morrer sob sua responsabilidade

durante o plantão conduz a uma prática atravessada por improvisações forçadas, exposição contínua ao risco e elevado desgaste físico e psíquico, decorrentes da ausência de insumos básicos, medicamentos essenciais e equipamentos adequados. Ao seu lado, atua Carolina, cirurgiã vascular que, assim como os demais membros da equipe multiprofissional, busca sustentar o cuidado por meio de criatividade, cooperação e estratégias coletivas de enfrentamento frente à dureza do cotidiano hospitalar.

Ao inserir o espectador no interior de uma emergência pública marcada pelo caos permanente, pela urgência contínua e pela precarização estrutural, *Sob Pressão* evidencia as contradições que atravessam o trabalho em saúde no SUS. A série retrata um cenário em que cada plantão se transforma em uma corrida contra o tempo e contra as carências institucionais, expondo profissionais a situações-limite nas quais decisões rápidas podem significar a diferença entre a vida e a morte. Nesse contexto, a precarização do trabalho manifesta-se na falta de recursos materiais, na sobrecarga física e emocional, na fragilidade das condições organizacionais e na intensificação das exigências sobre os trabalhadores.

Paradoxalmente, é nesse cenário de adversidade que emergem formas singulares de resistência, criatividade e invenção no trabalho. Mesmo diante da ausência do mínimo necessário, os profissionais reinventam práticas, constroem saídas possíveis e mobilizam esforços coletivos para sustentar o cuidado e preservar vidas. Essas estratégias, embora revelem a potência do trabalho vivo, também evidenciam os limites do poder de agir quando continuamente constrangido por condições institucionais degradadas.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo analisar criticamente o trabalho em saúde no SUS a partir da série *Sob Pressão*, dialogando com os processos de intensificação do trabalho, precarização das condições laborais e sofrimento psíquico dos profissionais, sem perder de vista as dimensões de resistência, criatividade e invenção presentes no cotidiano

do cuidado. A série é tomada, assim, como dispositivo analítico capaz de tornar visíveis os impasses, contradições e estratégias mobilizadas pelos trabalhadores frente ao real da atividade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a análise fundamenta-se principalmente na perspectiva das Clínicas do Trabalho, que possibilitam compreender as relações entre organização do trabalho, sofrimento, prazer, saúde mental e estratégias de enfrentamento construídas pelos sujeitos. Esse referencial oferece ferramentas consistentes para apreender como os trabalhadores elaboram o sofrimento decorrente das exigências e condições laborais, bem como os modos pelos quais produzem sentidos, resistências e invenções no exercício da atividade. Reconhecendo a complexidade do fenômeno retratado, o capítulo também dialoga com outras abordagens teóricas sempre que estas se mostrarem pertinentes para ampliar a análise e tensionar os limites interpretativos de um único referencial.

1 PRECARIZAÇÃO, ATIVIDADE IMPEDIDA E INVENÇÃO NO TRABALHO EM SAÚDE

Desde os primeiros episódios, a série constrói uma narrativa que expõe, de forma direta, o real do trabalho em saúde no contexto de uma emergência hospitalar pública. O cotidiano retratado é marcado pela superlotação, pela desorganização estrutural e pela urgência permanente, evidenciadas em cenas em que pacientes se acumulam nos corredores sem critérios claros de classificação de risco. Esse cenário revela um ambiente de trabalho atravessado pela imprevisibilidade, pela escassez de recursos e pela pressão constante por decisões rápidas.

Uma cena emblemática envolve a chegada de uma gestante de sete meses vítima de atropelamento, cuja impossibilidade de transferência para uma maternidade, em razão da falta de tempo e de oxigênio, impõe escolhas clínicas trágicas. A tentativa de salvar simultaneamente mãe e o bebê ocorre em condições técnicas profundamente precarizadas, em decorrência

da ausência de equipamentos básicos, como ultrassom, drenos adequados, iluminação apropriada, medicamentos essenciais e suporte intensivo neonatal. Essa situação sintetiza a distância entre o trabalho prescrito e as condições reais de sua execução, evidenciando um cotidiano atravessado pela improvisação forçada e pela exposição contínua ao risco.

Tal realidade dialoga com o conceito de atividade impedida, conforme desenvolvido por Clot (2010), que se refere à amputação do poder de agir do trabalhador quando as condições materiais, organizacionais e institucionais inviabilizam a realização adequada da atividade. Na série, a escassez de medicamentos, insumos e equipamentos compromete a possibilidade de seguir protocolos clínicos e linhas de cuidado, restringindo a autonomia profissional e produzindo um retraimento das capacidades de ação. O real da atividade, nessa perspectiva, não se limita ao que é efetivamente realizado, mas inclui também o que não pôde ser feito, o que se tentou realizar sem sucesso e os esforços mobilizados para compensar a falta.

Esses esforços compensatórios, exigidos de forma contínua, resultam em desgaste físico, fadiga emocional e sofrimento psíquico, aspectos recorrentes na experiência dos trabalhadores do SUS. A precarização das condições e da organização do trabalho, somada às pressões decorrentes de interesses políticos, econômicos e ideológicos que incidem sobre a gestão pública, intensifica o fenômeno da atividade contrariada e restringe a possibilidade de uma prática clínica integral. As condições sociotécnicas e organizacionais compreendidas como o conjunto de circunstâncias que envolvem relações de poder, hierarquias, formas de contratação, conteúdos e ritmos de trabalho impactam diretamente tanto a qualidade da assistência quanto à saúde física e psíquica dos profissionais (Borges *et al.*, 2015).

A intensificação do trabalho associada à escassez de recursos também tende a limitar as intervenções ao estritamente técnico-científico, enfraquecendo práticas interdisciplinares, dificultando a adesão aos fluxos assistenciais e comprometendo

a avaliação integral das necessidades dos usuários (Damascena, 2020). Paradoxalmente, é nesse cenário de restrições que emergem modos singulares de resistência e invenção. As improvisações observadas na série, embora revelem a vulnerabilidade estrutural dos serviços e impliquem riscos à segurança do paciente, expressam tentativas de sustentar o cuidado diante da ausência de condições mínimas.

Como assinala Dejours (2008), o trabalho não se reduz à execução de tarefas prescritas, mas se constitui naquilo que o sujeito cria para preencher a lacuna entre o prescrito e o real. A criatividade, as negociações coletivas e as renormalizações dos modos operatórios conferem ao trabalho sua dimensão de práxis. Contudo, quando essas invenções se tornam uma exigência permanente, sem reconhecimento institucional, o trabalho pode tornar-se insuportável (Schwartz; Durrive, 2007).

A distância contínua entre o trabalho prescrito e o real da atividade convoca os profissionais a mobilizarem esforços suplementares e arranjos inventivos para sustentar o cuidado, ao mesmo tempo, em que produz sofrimento e riscos à saúde. Nesse contexto, a criatividade e a resistência não se configuram como escolhas livres, mas como respostas impostas pela escassez estrutural, revelando simultaneamente a potência do trabalho vivo e os limites do poder de agir quando continuamente constrangido.

A cena na qual o cirurgião Evandro improvisa um dreno com mangueira de jardim, utiliza a lanterna de um dispositivo móvel para iluminação e adapta uma caixa de papelão como incubadora — sob condições de blecaute e escassez de insumos críticos, como hemoderivados e noradrenalina — ilustra de maneira inequívoca a fricção entre o sujeito e o real do trabalho. Essa precariedade estrutural, evidenciada pela ausência de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, materializa o descompasso entre a prescrição técnica e as exigências drásticas impostas pelo cotidiano operacional. Diante de carências estruturais extremas, a prática profissional ultrapassa os limites prescritos e exige invenção, criatividade e transgressões às

normas instituídas, não como escolha voluntária, mas como estratégia de sobrevivência e de preservação da vida.

O sentido subjetivo que emerge dessa experiência não está associado à infração das regras em si, mas ao êxito alcançado frente às resistências impostas pela realidade concreta do trabalho. Trata-se de uma forma de satisfação construída na superação do impossível aparente, cujo reconhecimento depende do olhar dos pares, ou seja, daqueles que compartilham o saber do trabalho real e são capazes de compreender essas transgressões como atos éticos e necessários. Conforme destaca Dejours (2008), é o julgamento coletivo que permite que tais práticas sejam legitimadas como expressões do compromisso do trabalhador com a finalidade última do cuidado.

Essa transgressão de caráter ético e inventivo desloca o trabalhador da posição passiva de mero executor de normas, permitindo-lhe assumir uma atuação protagonista e implicada. Trata-se, contudo, de um movimento permanente e nunca plenamente concluído, que, embora necessário para responder às exigências do real do trabalho, expõe o profissional a riscos adicionais, como vigilância excessiva, responsabilizações e possíveis sanções institucionais.

2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, PRESCRIÇÃO E SOFRIMENTO

Ao longo dos episódios, a relação entre Evandro, cirurgião da emergência, e Samuel, diretor do hospital, explicita as tensões entre o trabalho vivo e as exigências da organização prescrita. Evandro atua frequentemente no limite das normas institucionais, realizando intervenções emergenciais em condições precárias e, em alguns casos, sem a autorização formal necessária, movido pela urgência clínica e pelo compromisso ético com a preservação da vida. Samuel, por sua vez, representa a dimensão burocrática e normativa da instituição, sendo responsável por garantir a segurança jurídica, a ordem organizacional e a continuidade do

funcionamento do hospital em um contexto de escassez crônica de recursos materiais, humanos e estruturais.

Os conflitos recorrentes entre esses personagens não se reduzem a divergências pessoais, mas revelam modos distintos de enfrentar o caos institucional. Enquanto Evandro privilegia decisões imediatas frente às situações limite impostas pela realidade da emergência, Samuel busca administrar a crise a partir das normas de gestão, assumindo um papel central na organização dos processos de trabalho. Essa dinâmica narrativa ilustra o descompasso entre a prescrição institucional e o real da atividade, evidenciando a dificuldade de compatibilizar protocolos rígidos com a imprevisibilidade e a urgência próprias do trabalho em saúde.

Essa tensão dialoga diretamente com as análises das Clínicas do Trabalho acerca das relações entre trabalhadores e organizações. Conforme aponta Molinier (2008), os profissionais de saúde são progressivamente submetidos a exigências organizacionais relacionadas à produtividade, eficiência, liderança e excelência institucional, sem que se considere, de forma proporcional, o impacto dessas demandas sobre o estresse e o sofrimento psíquico. A essas exigências soma-se a precariedade das condições materiais, a insuficiência de recursos humanos, a intensificação do trabalho e a pressão pelo cumprimento de metas e protocolos, fatores que contribuem significativamente para o adoecimento psíquico dos trabalhadores (Soratto *et al.*, 2017).

Além disso, o cotidiano do trabalho em saúde é atravessado por uma crise ética permanente, decorrente do descompasso entre valores profissionais e exigências institucionais, bem como pelo enfrentamento contínuo da dor, do sofrimento e da morte. Essas experiências mobilizam afetos intensos, como a compaixão, e expõem os limites subjetivos dos profissionais para lidar com o sofrimento do outro, ampliando a carga emocional do trabalho (Monteiro, 2012).

A rigidez normativa representada pela gestão hospitalar convive, de forma contraditória, com a necessidade constante de negociação, cooperação e confiança entre os membros da equipe

para viabilizar o cuidado em condições adversas. Quando a organização do trabalho prioriza o controle e a conformidade normativa em detrimento da escuta e do reconhecimento do trabalho real, tende a transformar-se em um dispositivo de pressão sobre os sujeitos. Esse movimento contribui para a intensificação do trabalho, o aumento do sofrimento psíquico e a redução dos espaços de invenção necessários à sustentação da prática clínica.

No cotidiano laboral, trabalhadores lidam continuamente com situações inesperadas, falhas técnicas, interrupções no fluxo assistencial, escassez de materiais e orientações institucionais que se mostram insuficientes ou desconectadas da realidade. Diante dessas condições, são levados a construir modos próprios de agir, negociando limites e criando ajustes que permitam articular as exigências formais da atividade com suas condições físicas e psíquicas. Em determinadas circunstâncias, recorrem a desvios das normas estabelecidas, flexibilizando regras de segurança ou relativizando protocolos como estratégia para cumprir demandas urgentes, reduzir o ritmo excessivo de trabalho ou preservar a própria saúde (Gasparo, 2015).

Nessa perspectiva, a organização do trabalho configura-se a partir de duas dimensões indissociáveis. A primeira corresponde à dimensão técnica, vinculada aos procedimentos, protocolos e dispositivos operacionais que orientam formalmente a atividade. A segunda refere-se à dimensão dinâmica do trabalho, atravessada pelas interações intersubjetivas, pelos conflitos, pelas negociações e pelas formas singulares de cooperação construídas no cotidiano. É nessa dimensão que o trabalho vivo se manifesta, produzindo ajustes, renormalizações e estratégias que permitem aos profissionais sustentar o cuidado mesmo diante da precariedade e da intensificação do trabalho.

3 O COLETIVO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO

Nos contextos de trabalho marcados por elevada exigência emocional, social e organizacional, como aqueles retratados na

série, as demandas ultrapassam frequentemente as capacidades individuais de enfrentamento e os recursos psíquicos disponíveis. Diante de situações limite, caracterizadas por pressão constante, urgência e exposição contínua ao sofrimento e à morte, os profissionais tendem a buscar sustentação no coletivo de trabalho, recorrendo ao apoio dos colegas como forma de aliviar tensões, compartilhar angústias e elaborar experiências altamente estressoras.

A narrativa da série evidencia que o trabalho em saúde se estrutura de maneira eminentemente coletiva, tornando a cooperação entre médicos, enfermeiros e residentes um elemento central para a manutenção do cuidado e da saúde mental dos trabalhadores. O espaço de diálogo, a troca de saberes e o reconhecimento mútuo assumem papel fundamental, permitindo que o sofrimento não seja vivenciado de forma solitária ou silenciosa, mas transformado em possibilidade de enfrentamento e reorganização do trabalho. Nessas interações, o coletivo opera como instância mediadora entre as exigências institucionais e as capacidades subjetivas dos profissionais.

A cooperação entre os trabalhadores não aparece de forma idealizada, mas como uma necessidade vital diante do caos. Em um cenário precarizado, a atuação isolada mostra-se inviável. Apesar dos conflitos, tensões e divergências presentes no cotidiano, é justamente sob pressão extrema que se evidencia a força do trabalho em equipe. A comunicação clara, a confiança mútua e o apoio emocional tornam-se tão relevantes quanto o conhecimento técnico, uma vez que cada decisão e cada procedimento dependem da capacidade da equipe de agir de forma integrada, reconhecendo limites, saberes e responsabilidades compartilhadas.

Conforme aponta Dejourns (2012), a cooperação, o reconhecimento entre os pares e a existência de espaços de fala e escuta sobre as vivências laborais constituem mediações indispensáveis para que o trabalhador possa se reapropriar de sua experiência profissional. Esses dispositivos coletivos favorecem a mobilização da inteligência prática e criativa, permitindo que as pressões do trabalho deixem de ser apenas

suportadas passivamente e integrem estratégias coletivas de ressignificação. Dessa forma, mesmo em contextos adversos, o trabalho pode converter-se em fonte de sentido, realização e, em alguma medida, prazer.

Para que o coletivo de trabalho se constitua, é necessário o estabelecimento da cooperação no sentido proposto por Dejours (2011), entendida como a vontade dos sujeitos de trabalharem juntos e de superarem coletivamente as contradições que emergem da própria organização do trabalho. Essa cooperação não pode ser prescrita ou imposta, mas constrói-se a partir da liberdade e da formação de uma vontade coletiva. Ela exige relações de confiança que ultrapassem a dimensão psicoafetiva, envolvendo a construção de acordos, normas e regras compartilhadas no interior do grupo (Facas *et al.*, 2012).

Nesse sentido, o fortalecimento dos vínculos profissionais e a colaboração cotidiana no interior das instituições de saúde funcionam não apenas como estratégias operacionais para a execução do trabalho, mas como recursos psíquicos fundamentais para a resistência ao adoecimento. Além disso, contribui para a construção de um fazer profissional eticamente comprometido com o cuidado e com a vida. O coletivo, portanto, apresenta-se como um espaço privilegiado de proteção subjetiva, produção de sentido e sustentação do poder de agir dos trabalhadores, especialmente em contextos marcados pela precarização e pela intensificação do trabalho.

4 RESISTÊNCIA E CRIATIVIDADE NO COTIDIANO DE TRABALHO

A resistência constitui um eixo central para a compreensão das práticas profissionais retratadas na série. Trata-se de uma resistência que não se expressa, predominantemente, por meio de mobilizações coletivas amplas ou ações institucionais organizadas, mas que se manifesta de forma cotidiana e difusa nos microespaços do trabalho. Ela se materializa nas decisões clínicas, nas relações com os pacientes, nas negociações

silenciosas com normas e protocolos e nos ajustes realizados para possibilitar a atividade em condições adversas. Essas formas de enfrentamento, embora discretas, permitem aos trabalhadores sustentar o exercício do ofício sem romper completamente com seus valores éticos e profissionais.

Conforme destacam Lhuillier e Roche (2009), a resistência não se reduz a um gesto de oposição direta, mas refere-se à necessidade de preservar a energia vital investida no trabalho. Resistir implica contrapor-se às forças que ameaçam consumir essa energia, protegendo o corpo e a subjetividade do desgaste extremo, do esgotamento e da destruição psíquica. Nesse sentido, a resistência configura-se como condição de sobrevivência ética e subjetiva, sobretudo quando o sujeito se vê impossibilitado de reconhecer-se no que faz ou de sustentar as causas que conferem sentido à sua prática profissional.

A contribuição de Proust (1997) amplia essa compreensão ao afirmar que a resistência é inerente ao sujeito e não se constitui apenas como reação a uma agressão externa ou a uma ordem imposta. Ela envolve simultaneamente conservação e criação, recusa e afirmação. Resistir não significa apenas se opor a formas explícitas de dominação, mas também tensionar processos de mudança impostos de modo acrítico, preservando margens de autonomia e possibilidade de escolha. A resistência assume, assim, um caráter ambíguo, no qual coexistem dimensões defensivas e ativas.

No plano afirmativo, resistir adquire o estatuto de ação transformadora. Trata-se de uma prática orientada à produção de alternativas frente a um real que ameaça restringir os espaços subjetivos e intersubjetivos. Essa resistência não se fundamenta necessariamente na desobediência direta às normas institucionais, mas na criação de outros modos de relação entre os sujeitos e com o trabalho, por meio de escolhas estratégicas, deslocamentos e, em determinadas circunstâncias, transgressões que ampliam o campo do possível.

Sob Pressão também evidencia a criatividade como recurso fundamental de enfrentamento do real do trabalho.

Conforme aponta Dejours (2008), trabalhar não se limita à execução do prescrito, mas consiste naquilo que o sujeito inventa para preencher a lacuna entre a norma e a realidade concreta da atividade. É nesse espaço que emergem a inventividade, as negociações permanentes e as renormalizações, conferindo ao trabalho um caráter imprevisível e criativo. O improviso, longe de representar desorganização, constitui-se como resposta necessária às exigências singulares das situações vividas.

Saberes técnicos e experiências acumuladas são constantemente reelaborados no exercício da atividade, produzindo modos operatórios singulares e permitindo compreender o trabalho como práxis, isto é, como ação reflexiva e transformadora. Lhuillier (2015) destaca que a criatividade tende a emergir de forma ainda mais intensa em contextos de crise, ruptura e vulnerabilidade, nos quais os modos habituais de regulação se mostram insuficientes. Nessas circunstâncias, o sujeito é convocado a construir novas formas de agir e de se posicionar frente ao trabalho.

Dessa forma, resistência e criatividade articulam-se como forças complementares no cotidiano laboral. A partir da experiência da precariedade, da tensão e do sofrimento, indivíduos e coletivos reinventam práticas, reorganizam sentidos e modificam, ainda que parcialmente, o contexto de trabalho. Longe de expressarem resignação, essas estratégias revelam a potência dos sujeitos em sustentar o trabalho como espaço de luta, invenção e afirmação de si, mesmo sob condições adversas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise fílmica da série *Sob Pressão*, articulada aos referenciais das Clínicas do Trabalho, permitiu compreender como a intensificação e a precarização do trabalho em saúde no SUS produzem impactos diretos sobre a atividade, a subjetividade e a saúde mental dos profissionais. O cotidiano retratado evidencia carências estruturais persistentes, sobrecarga laboral, conflitos

éticos e pressões organizacionais que ampliam a distância entre o trabalho prescrito e o real da atividade. Nesse contexto, o sofrimento não se apresenta como efeito colateral, mas como elemento constitutivo de um modo de organização do trabalho que frequentemente impede o pleno exercício do poder de agir.

Apesar desse cenário adverso, o trabalho em saúde não se sustenta apenas pela obediência às normas institucionais, mas pela mobilização contínua da resistência, da criatividade e da cooperação. As estratégias de enfrentamento observadas manifestam-se nos micros espaços do trabalho, nas decisões clínicas cotidianas, nas relações com os pacientes e nas negociações informais entre os profissionais. Esses movimentos não configuram falhas ou desvios, mas respostas éticas e inventivas frente a situações nas quais a adesão estrita às prescrições significaria a negação do próprio sentido do cuidar.

No campo das Clínicas do Trabalho, este capítulo reforça a centralidade da análise da atividade real como via privilegiada para compreender os processos de sofrimento, prazer, invenção e resistência no trabalho em saúde. A leitura da série como dispositivo analítico evidenciou como a subjetividade dos trabalhadores é permanentemente convocada a produzir ajustes, renormalizações e criações para sustentar o cuidado em contextos de degradação laboral. Destaca-se, ainda, a importância do coletivo de trabalho como instância fundamental de proteção psíquica, produção de sentido e enfrentamento do desgaste, mesmo quando esses coletivos se encontram fragilizados pela fragmentação institucional e pelas pressões organizacionais.

No que se refere às implicações para a organização do trabalho, a análise aponta a necessidade de repensar modelos de gestão excessivamente normativos e centrados no controle, que tendem a invisibilizar o trabalho vivo e ampliar o sofrimento dos profissionais. A valorização dos espaços de diálogo, da cooperação e do reconhecimento do saber da experiência torna-se fundamental para fortalecer o poder de agir e mitigar os efeitos nocivos da intensificação do trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, L. et al. Condições de trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (org.). **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 227-236.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. 344 p.

DAMASCENA, D. M.; VALE, P. R. L. F. Tipologias da precarização do trabalho na Atenção Básica: estudo netnográfico. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00273104, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00273>.

DEJOURS, C. Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2011. p. 287-339. Texto originalmente publicado em 1995.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo: tomo 1 – sexualidade e trabalho**. 1. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2012. Publicado originalmente em 2009.

DEJOURS, C. Addendum – da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 396 p.

FACAS, E. P. **PROART: riscos psicossociais relacionados ao trabalho** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. 108 p. ISBN 978-65-5917-368-6.

GASPARO, S. La place de l'activité dans l'analyse du travail: pour une ergonomie de l'activité de service. In: **Actes du Séminaire de Paris 1: L'activité en question**. Paris, 2015. s.p.

LHUILIER, D.; ROCHE, P. Introduction. In: LHUILIER, D.; ROCHE, P. (org.). **Nouvelle Revue de Psychosociologie**, Toulouse: Érès, n. 7, p. 7-18, 2009.

LHUILIER, D. Puissance normative et créative de la vulnérabilité. In: **Éducation Permanente**, n. 202, p. 101-116, 2015.

MOLINIER, P. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 33, n. 118, p. 6-16, 2008.

MONTEIRO, J. K. Sofrimento psíquico de trabalhadores de unidade de terapia intensiva. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 245-250, 2012.

PROUST, F. **De la résistance**. Paris: Éditions du Cerf, 1997. 194 p.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Tradução de J. Brito et al. Niterói: EdUFF, 2007. 309 p.

SORATTO, J. et al. Insatisfação no trabalho de profissionais da saúde na Estratégia Saúde da Família. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e2500016, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017002500016>.

CAPÍTULO 2



TRABALHO E SAÚDE MENTAL A PARTIR DO FILME *SI PÚO FARE (DÁ PARA FAZER)*

Danielly Scalone Maciel

1 INTRODUÇÃO

Na Itália, a Lei 180 de 1978, conhecida como Lei Basaglia, foi responsável pela proibição da construção de novos hospitais psiquiátricos, reorientação da assistência para os serviços extra-hospitalares, territoriais ou comunitários, assim como, pela garantia do caráter voluntário do processo de cuidado em saúde mental.

A partir desta conquista do Movimento Antimanicomial Italiano, não foi mais possível a internação em hospitais psiquiátricos, ficando estabelecido um processo de reinserção de pessoas egressas dos hospitais comunitariamente, recuperando vínculos sociais (Goulart, 2025).

Entre as experiências que possibilitaram a reinserção social de pessoas com adoecimento mental, sobretudo a partir da transformação da relação da sociedade com a loucura,

estão as cooperativas sociais de trabalho. As cooperativas são compreendidas como uma forma de organização do trabalho focado na integração social e laboral de pessoas vulneráveis, com objetivo de promover a integração humana e social de cidadãos por meio do trabalho.

Para Rotelli (1990), por meio do trabalho em cooperativas, torna-se possível o reconhecimento de pessoas em sofrimento psíquico, egressas de hospitais psiquiátricos, serem reconhecidas como trabalhadoras. Por um lado, operar uma cooperativa é desinstitucionalizar os procedimentos de ergoterapia como prática terapêutica. Por outro, é inaugurar um processo de mudança de posição social e subjetiva, reconhecendo na pessoa em sofrimento psíquico que já trabalha, seu direito de ser trabalhador, portanto, ocupar um novo lugar social (Sade, 2014).

Nessa perspectiva, este capítulo tem como objetivo analisar reflexivamente a centralidade do trabalho no campo da saúde mental a partir do longa-metragem *Si può fare* (2008), fundamentando-se teoricamente nos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho. Além disso, pretende-se desvelar como a práxis laboral atua como mediadora da subjetividade e da emancipação dos sujeitos em sofrimento psíquico, confrontando as prescrições institucionais com a realidade do cotidiano operante. O processo de desinstitucionalização psiquiátrica na Itália e a emergência das cooperativas sociais encontram uma representação emblemática no longa-metragem em *Si può fare* (2008).

2 ENTRE A PRESCRIÇÃO E A AUTOGESTÃO: RECONFIGURAÇÕES DO AGIR LABORAL E A RECONSTRUÇÃO DO LUGAR SOCIAL DA LOUCURA

O longa-metragem *Si può fare*, sob a direção de Giulio Manfredonia, retrata a trajetória de Nello, um sindicalista que, frente ao declínio de sua atuação política tradicional, assume a gestão da Cooperativa 180 — nomenclatura alusiva à Lei Basaglia.

Ao iniciar sua administração, o protagonista confronta-se com o imperativo de diversificar a oferta de serviços e reestruturar a organização do trabalho. Tal intervenção estabelece uma ruptura paradigmática com o modelo de gestão anterior, transcendendo a lógica meramente ocupacional que predominava na instituição.

Sediada em um hospital psiquiátrico, a cooperativa é integrada por sujeitos com quadros clínicos diversos, majoritariamente egressos de longos períodos de institucionalização. Sob a presidência de Treddi, um médico de perfil autocrático e verticalizado, a organização do trabalho mimetiza a lógica asilar: as tarefas restringem-se à colagem mecânica de selos, subestimando o potencial dos sócios sob o pretexto da lentificação psicomotora induzida pela terapêutica medicamentosa. Nesse cenário, a ausência de espaços de interlocução reduz os membros a meros executores de ordens, perpetuando o regime de tutela e a anulação da subjetividade típicos do ambiente hospitalar.

Em comparação à gestão anterior, Nello estabelece uma práxis pautada pela horizontalidade, transcendendo a redução dos sujeitos aos seus diagnósticos clínicos. Ao investigar as trajetórias biográficas e as competências laborais pregressas dos membros, o protagonista institui um novo paradigma relacional fundamentado na escuta qualificada e no reconhecimento das singularidades. Essa valorização da alteridade permite a prospecção de arranjos produtivos alternativos, deflagrando uma reestruturação progressiva na dinâmica organizacional e, conseqüentemente, uma ressignificação do *status* social e identitário dos cooperados.

A conduta de Nello e suas inferências preliminares constituem o ponto de inflexão da narrativa, consolidando uma ruptura gradual com o paradigma assistencialista direcionado ao sofrimento mental. Ao analisar o cotidiano institucional, o gestor identifica na atividade de Luca (um dos cooperados) a elaboração de padrões estéticos complexos (mosaicos), interpretando tal exteriorização da subjetividade como uma potência produtiva latente. Essa percepção fundamenta o questionamento de

dogmas asilares, com especial ênfase na crítica à medicalização excessiva e seus efeitos deletérios sobre a capacidade laborativa e o engajamento subjetivo do trabalhador.

Ao invés de reforçar uma lógica baseada na tutela, e na obediência, Nello passa a apostar na potência da expressão da subjetividade por meio da arte e do trabalho. Essa mudança de olhar permite que as singularidades dos sujeitos ganhem centralidade, deslocando o foco do diagnóstico para as possibilidades de criação, participação e produção. Nesse percurso, o trabalho deixa de ser apenas uma atividade mecânica e ocupa um papel organizador de um novo lugar social para a loucura, possibilitando que essas pessoas sejam reconhecidas para além do espaço institucional do hospital psiquiátrico.

Em consonância com Rotelli (1990), o sentido do trabalho em contextos terapêuticos reside na reconstituição dos sujeitos enquanto atores sociais, opondo-se frontalmente a práticas que anulem sua identidade ou segreguem seus comportamentos. Sob esse prisma, o labor assume uma função catalisadora, operando a transformação concomitante das dimensões afetivas e da realidade material cotidiana.

Em convergência com esse referencial, a Psicologia do Trabalho compreende o trabalho como uma dimensão basilar da existência social e psíquica, desempenhando um papel determinante na estruturação da identidade, bem como na gênese da saúde ou do adoecimento. Transcendendo a mera execução técnica ou econômica, a atividade laboral abarca processos simbólicos, interações intersubjetivas e dinâmicas de reconhecimento que repercutem diretamente na economia subjetiva dos trabalhadores (Dejours, 1992).

O trabalho vivo, isto é, a atividade que mobiliza o corpo, a inteligência prática e a afetividade do sujeito diante da resistência do real, não se reduz à execução de tarefas prescritas; implica enfrentar o imprevisto, inventar soluções, ajustar gestos e produzir saberes no próprio fazer. Para Dejours (2023), a possibilidade de contribuir para a vida coletiva por meio do trabalho oferece uma segunda via de realização identitária, permitindo que o sujeito se

reconheça e seja reconhecido como alguém que tem um lugar e uma função na sociedade.

Nessa perspectiva, nota-se que a intervenção de Nello na cooperativa atua como um vetor de promoção de saúde. Tal dinâmica vai ao encontro dos postulados de Dejours (2023) sobre a não neutralidade do trabalho: a atividade pode fomentar o bem-estar ou, inversamente, deflagrar processos patogênicos, a depender das vivências subjetivas e dos arranjos organizacionais estabelecidos.

Nessa perspectiva, a prática das assembleias de cooperados tornam-se elementos analíticos centrais para compreender a intersecção entre saúde mental e trabalho na obra. Tais instâncias são configuradas como espaços de diálogo coletivo e deliberação, fundamentados em uma distribuição equânime de poder. Como dispositivo de gestão, a assembleia rompe com a verticalidade institucional outrora vigente, institucionalizando a escuta qualificada e o engajamento protagonista de todos os integrantes.

Essa dinâmica materializa-se na cena nas quais o coletivo delibera pela transição para o trabalho produtivo, assumindo a responsabilidade por uma função social devidamente remunerada. Tal decisão constitui um ponto de inflexão na narrativa, ao ratificar a autonomia dos cooperados e validar suas competências singulares. Consequentemente, a divisão técnica do trabalho passa a ser estruturada conforme as potencialidades individuais, abrangendo desde a confecção artística de mosaicos e a logística de transporte até a coordenação de equipes, consolidando as atividades necessárias à sustentabilidade da cooperativa.

Contudo, as transformações impulsionadas pelo protagonista emergem em constante tensão com as objeções do antigo diretor, que adverte sobre os riscos psicossociais inerentes a determinados processos produtivos. Entre os agravantes citados, destaca-se a pressão por metas, a competitividade, o acúmulo de responsabilidades e o potencial de frustração. Esse antagonismo evidencia a dualidade intrínseca à atividade

laboral: sua capacidade de atuar simultaneamente como vetor de realização subjetiva ou como fonte de sofrimento patogênico.

Observa-se que tais aspectos potencialmente adoecedores são ressignificados por meio da cooperação, da autogestão e da inventividade coletiva, que funcionam como estratégias de proteção à saúde mental. A organização do trabalho construída no filme desloca o foco da produtividade máxima para a sustentabilidade do trabalho no cotidiano, valorizando os processos, os vínculos e o cuidado mútuo.

Esse processo evidencia um rompimento com a lógica de hierarquia rígida e competitiva, substituída pela proposta da cooperativa social, baseada na colaboração, no reconhecimento mútuo e na promoção da autonomia. Assim, é possível observar o trabalho se constituindo como promotor de saúde, na medida em que amplia a sensibilidade, fortalece a subjetividade e contribui para a construção da identidade (Barros; Lancman, 2016).

A relação entre saúde mental e trabalho é reiterada em diversas passagens da obra, nas quais a atividade se manifesta como fonte de motivação, gratificação e remuneração — vetores imprescindíveis à edificação de sentido no agir. Ao contemplarem a materialização de seus esforços, seja na produção, na oferta de serviços ou na livre circulação urbana, os cooperados transcendem a mera execução de tarefas prescritas. Nesse processo, o fazer laboral adquire uma densidade simbólica e social, convertendo a ocupação em um instrumento de inserção e valorização subjetiva.

O reconhecimento obtido, tanto na esfera intragrupal quanto no âmbito externo, corrobora o fortalecimento da autoestima e o senso de pertencimento. Essas dimensões são imperativas para a reconfiguração da relação societária com o sofrimento psíquico, viabilizada pelas cooperativas sociais. Tais organizações consolidam o trabalho como o mediador fundamental para a despatologização do sujeito e sua reintegração ao corpo social.

Adicionalmente, cumpre analisar os impactos da medicalização nas dinâmicas laborativas. A obra ilustra

como a terapêutica farmacológica excessiva compromete o ritmo, a concentração e o engajamento subjetivo, gerando uma lentificação psicomotora que, sob a ótica de modelos produtivistas tradicionais, seria sumariamente rotulada como ineficiência. Paralelamente, a narrativa problematiza os limites da produtividade ao expor a recusa deliberada dos cooperados em expandir a escala de produção. Uma vez inseridos no mercado remunerado, esses trabalhadores reivindicam o direito de balizar o esforço despendido, confrontando a lógica da exploração ilimitada.

Tal recusa não decorre de apatia ou inaptidão, mas configura uma escolha deliberada pela preservação de esferas existenciais recém-conquistadas mediante o vínculo laboral e a autonomia financeira. Ao priorizarem a vida relacional, o lazer e o tempo livre, os cooperados manifestam uma concepção ampliada do labor, articulada aos princípios de dignidade e qualidade de vida. Essa deliberação coletiva de limitar a expansão produtiva reflete o compromisso com a sustentabilidade subjetiva e corrobora as diretrizes da desinstitucionalização, ao consolidar um lugar social para o sujeito que transcende a lógica da exploração e do consumo.

Em síntese, a obra problematiza a centralidade do trabalho, evidenciando que a preservação da saúde mental é indissociável de uma organização do trabalho que viabilize o equilíbrio entre a práxis produtiva e as demais dimensões da existência. O longa-metragem ilustra, ainda, a transição nas esferas social e identitária propiciada pelo trabalho, sob o entendimento de que a mobilização subjetiva permite ao trabalhador a transformação concomitante do objeto de sua ação e de sua própria subjetividade (Barros; Lancman, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longa-metragem *Si può fare* oferece uma representação paradigmática da organização laboral enquanto

dispositivo ambivalente, capaz de fomentar tanto a inclusão e o cuidado quanto o adoecimento. O percurso narrativo ratifica essa dualidade ao retratar, na fase inicial da cooperativa, um modelo de gestão caracterizado pela linearidade repetitiva, pelo rigor hierárquico e pela negação do reconhecimento. Tal configuração, desprovida de sentido subjetivo, contribui para a cristalização do sofrimento e perpetua a exclusão social dos sujeitos, reproduzindo as dinâmicas segregadoras que a reforma psiquiátrica se propõe a superar.

Em consonância com as premissas do Movimento Antimanicomial Italiano, a experiência das cooperativas sociais evidencia a função do trabalho na construção de um novo lugar social para a loucura e no fomento à saúde mental. Sob a gestão de Nello, institui-se uma reorganização produtiva que viabiliza a exteriorização da subjetividade, a cooperação e o reconhecimento das competências individuais. Tais elementos são imprescindíveis para que o sofrimento intrínseco à atividade laboral seja transmutado em senso de pertencimento e em um processo contínuo de consolidação identitária.

Em convergência com as proposições de Dejours, a obra demonstra que o trabalho, quando devidamente reconhecido e estruturado para fomentar a inventividade e a exteriorização subjetiva, atua como um potente operador de saúde. Sob tal organização, a atividade confere aos sujeitos um *status* social que transcende a rotulação diagnóstica, ratificando o papel mediador do agir produtivo na constituição da identidade, no exercício da cidadania e na efetiva integração societária.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. O.; LANCMAN, S. A centralidade do trabalho para a construção da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 228-235, maio/ago. 2016.

DEJOURS, C. **A centralidade do trabalho e a saúde mental.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, [S. l.], v. 26, p. 213-340, 2023.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GOULART, M. S. B. **Raízes italianas do movimento antimanicomial.** 2. ed. Leme: GM Editorial; Brasília: CFP, 2025. 188 p.

ROTELLI, F. A instituição inventada. Tradução: Maria Fernanda de Sílvia Nicácio. In: NICÁCIO, M. F. S. (org.). **Desinstitucionalização.** São Paulo: Hucitec, 1990. p. 89-100.

SADE, R. M. S. Franco Rotelli. In: SADE, R. M. S. **Portas abertas:** do manicômio ao território: entrevistas triestinas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 37-54.

SI PUÒ FARE. Direção: Giulio Manfredonia. Produção: Domenico Procacci. Itália: Fandango, 2008. 1 filme (111 min).

CAPÍTULO 3



ANÁLISE DA SÉRIE *UMA ADVOGADA EXTRAORDINÁRIA* SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA DO TRABALHO

Edizangela de Fatima Cruz de Souza

1 INTRODUÇÃO

A série sul-coreana denominada como *Uma advogada extraordinária*, lançada em 2022, conta a história de Woo Young Woo, uma jovem diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), obtendo repercussão positiva por mostrar os desafios da neurodivergência no mundo jurídico. Segundo a *American Psychiatric Association* (APA, 2023), este é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na interação social e na comunicação, assim como por padrões restritos e repetitivos de comportamento. No caso da personagem, isso é observado na sua dificuldade em iniciar e manter conversas, na comunicação literal, ensaiada para se enquadrar nas interações sociais, no seu hiperfoco em baleias e na sua seletividade alimentar. Contudo, não são observados

prejuízos nas capacidades intelectuais. Na verdade, ela tem alto desempenho cognitivo e acadêmico, sendo reconhecida, por exemplo, pela sua memória acima da média.

A protagonista, apesar de ter sido a melhor da turma em sua faculdade, não é contratada nas entrevistas de emprego ao relatar sobre seu diagnóstico. Apenas é admitida em seu primeiro trabalho, em um dos melhores escritórios de advocacia do país, devido à proximidade do seu pai com a diretora da instituição. A partir disso, a obra retrata a sua trajetória no mercado de trabalho, as interações com colegas neurotípicos, os desafios relacionados à adaptação às normas organizacionais e o desenvolvimento de vínculos interpessoais, inclusive afetivos.

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo consiste em analisar a série *Uma advogada extraordinária* sob a perspectiva da Psicologia do Trabalho. Entende-se a importância de se estudar essa produção audiovisual por desmistificar estereótipos relacionados ao TEA, mostrando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, mais especificamente na área jurídica, que necessita de conhecimento técnico e habilidades sociais. Além disso, possibilita discutir temas abarcados pela Psicologia do Trabalho, como a inclusão laboral, as condições e a organização do trabalho, as relações interpessoais nesse contexto e os impactos dessas experiências na saúde mental do trabalhador.

2 TRABALHO COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Nesta seção, será possível mostrar que o escritório de advocacia retratado na série, enquanto organização, pode ser um espaço de inclusão e exclusão, especialmente para pessoas neuroatípicas, como a personagem central. A literatura mostra que o trabalho pode ser visto como um espaço de realização e de produção de identidade, assim como pode levar ao sofrimento e ao controle. Ou seja, o trabalho pode integrar socialmente o trabalhador, mas também reproduz formas de exclusão (Antunes, 2009).

Essa contradição é evidenciada na série, uma vez que Woo Young Woo é inserida no mercado de trabalho formal ao ser contratada por um escritório de advocacia renomado, após ter sido reprovada em outros processos seletivos em razão de seu diagnóstico. Sua contratação lhe confere o cargo de advogada e o *status* profissional socialmente associado à profissão, indicando uma forma de inclusão institucional.

Contudo, tal inclusão mostra-se frágil e volátil, visto que características associadas ao TEA, como dificuldades na compreensão da linguagem simbólica e a presença de comportamentos estereotipados, geram estranhamento entre os colegas de trabalho, resultando em tratamentos diferenciados em relação aos demais profissionais. Além disso, observa-se que superiores e membros da equipe demonstram desconfiança quanto à capacidade da protagonista de liderar casos e de se comunicar com clientes, mesmo diante de seu elevado conhecimento técnico, evidenciando limites simbólicos e relacionais à sua inclusão no ambiente laboral.

Observa-se, ainda, que a inclusão e o reconhecimento da protagonista só se tornam possíveis quando ela apresenta resultados excepcionais, como soluções criativas para os casos conduzidos pelo escritório. Diferentemente dos demais advogados, Woo Young Woo precisa reiteradamente demonstrar sua competência por meio de um desempenho acima da média para que sua presença seja aceita no ambiente de trabalho. Nesse sentido, Goffman (1988) discute que pessoas estigmatizadas socialmente necessitam frequentemente comprovar sua capacidade a fim de legitimar sua participação nos diferentes espaços sociais.

Entende-se, portanto, que trabalhadores neurodivergentes frequentemente precisam apresentar resultados excepcionais para que seu trabalho seja reconhecido. Quando isso não ocorre, tendem a sofrer maior pressão e questionamentos em comparação aos demais profissionais, evidenciando que a inclusão no ambiente laboral se dá sob condições desiguais.

3 SOFRIMENTO E ADAPTAÇÃO NO TRABALHO

Além de se constituir como um espaço de inclusão e exclusão, o trabalho pode levar ao sofrimento psíquico. Na série, essa dinâmica é retratada nas cenas em que Woo Young Woo se sente pressionada para atingir resultados acima da média e suas características de desenvolvimento são vistas negativamente por seus colegas e superiores. Para Dejours (1992), o sofrimento é inerente ao trabalho e acontece quando há um conflito entre a organização do trabalho e a subjetividade do trabalhador. Nesse sentido, pode-se gerar o adoecimento psíquico quando o indivíduo não consegue mobilizar recursos individuais e coletivos para elaborar estratégias de enfrentamento diante das exigências laborais.

No entanto, o sofrimento não é necessariamente negativo. Dejours (1993) discute duas formas de sofrimento: o patogênico, que pode levar ao adoecimento, por conta do desgaste emocional e frustração, tendo em vista que não é possível negociar ou se adaptar as condições de trabalho; e o criativo, no qual o trabalhador consegue elaborar estratégias e negociações para lidar com as situações no ambiente laboral, preservando sua saúde física e mental.

Compreende-se que, perante as exigências laborais, o sujeito deve desenvolver estratégias de enfrentamento, sejam elas de ordem individual ou coletiva (Dejours, 1992). Tal processo demanda uma contínua mobilização subjetiva do trabalhador, que utiliza seus recursos psíquicos para superar os obstáculos interpostos pela realidade factual. A impossibilidade desse engajamento pode culminar em processos patogênicos, especialmente quando a responsabilidade pela superação recai exclusivamente sobre o indivíduo. Nesses casos, a rigidez da organização do trabalho e a inflexibilidade das normas prescritas impedem a criação de soluções inventivas, sobrecarregando o sujeito e favorecendo o adoecimento.

É possível observar essas questões na série analisada, em que Woo Young Woo, mesmo que apresente conhecimento

técnico sobre o Direito, necessita elaborar formas de se encaixar na rotina da organização. Ela se esforça continuamente para conseguir atender às expectativas de seus colegas e superiores, enquanto o escritório não se ajusta para acolher as demandas necessárias para a diversidade de trabalhadores. Isso pode ser visto nos momentos em que a personagem apresenta dificuldades nas situações sociais, como na comunicação, no entendimento de figuras de linguagem e na interpretação de pistas sociais. Nessas ocasiões, levantam-se questionamentos sobre a capacidade profissional da advogada, o que a faz tentar buscar soluções e se esforçar para legitimar sua presença no escritório, ou seja, é atribuída apenas à protagonista a responsabilidade de superar as adversidades de trabalho.

Uma cena que aborda essa dinâmica acontece no primeiro episódio, no qual ela passa a integrar uma equipe no escritório. Por ser seu primeiro trabalho, a personagem apresenta dificuldades nas mudanças na rotina e em interagir socialmente no ambiente laboral. Os seus comportamentos estereotipados e os prejuízos sociais causam estranheza nos seus colegas, que procuram limitar a participação dela nos casos.

Devido a isso, a Woo Young Woo tenta se engajar nas demandas dos clientes e apresentar soluções inovadoras, contribuindo para o sucesso dos casos representados por sua equipe. Percebe-se, no entanto, que a organização não se preocupa em realizar adaptações para acolher as necessidades da personagem. Sob essa ótica, depreende-se que o sofrimento laboral é mediado pelas expectativas sociais e organizacionais: quando o imperativo da superação é imputado exclusivamente ao trabalhador, sem o suporte da cooperação coletiva ou a flexibilização das normas prescritas, a carga psíquica intensifica-se, podendo culminar em processos patogênicos. No que tange ao espectro autista, Silberman (2015) ressalta que os desafios inerentes ao diagnóstico são exacerbados em ambientes inflexíveis e incapazes de integrar a alteridade.

4 POTÊNCIAS DA NEURODIVERSIDADE NO AMBIENTE PROFISSIONAL

A discussão sobre a série não pode se restringir apenas às dificuldades enfrentadas pelas pessoas neuroatípicas no trabalho. É necessário que se reconheçam as potencialidades que a neurodiversidade pode proporcionar no ambiente profissional. A literatura, atualmente, contrapõe-se à perspectiva do déficit e das limitações que perpetua práticas excludentes. O paradigma mais recente busca a transformação de contextos sociais e institucionais, permitindo reconhecer a singularidades e as subjetividades dos sujeitos, tendo em vista que precisa se considerar as diferentes formas de existir e se expressar (Barcellos Júnior *et al.*, 2026).

No caso do mercado de trabalho, essa visão ainda não é amplamente difundida. Os empregadores, quando contratam pessoas com TEA, não acreditam na capacidade delas, por isso, não se preocupam em oferecer oportunidades de crescimento na empresa. Além disso, conforme discutido anteriormente, frequentemente não são oferecidas condições e adaptações que favoreçam um ambiente laboral mais acessível e saudável para trabalhadores autistas (Leopoldino; Coelho, 2017).

É necessário esclarecer que, no ambiente profissional, as pessoas com TEA podem, realmente, ter dificuldades associadas aos próprios sintomas, como os prejuízos na comunicação e na socialização, e os padrões de comportamento repetitivos, o que pode requerer adequação. No entanto, outras características relacionadas ao TEA podem se tornar recursos possíveis para a realização do seu trabalho, compreendendo, ainda, que se trata de um espectro e é preciso considerar as individualidades.

Para tanto, pode-se citar algumas dessas potencialidades: cumprimento da rotina e de regras, atenção apurada a detalhes, boa memória, capacidade de concentração à tarefa de interesse, solução estruturada de problemas ao pensar diferente dos outros, conhecimento aprofundado sobre temas de seu interesse, e bom raciocínio lógico (Austin; Sonne; 2014; Leopoldino; Coelho, 2017; Schall *et al.*, 2012). Quando a organização compreende essas

questões relacionadas ao funcionamento cognitivo e emocional diferente e oferece suporte adequado, os trabalhadores autistas podem desempenhar de forma satisfatória suas atividades laborais (Wehman *et al.*, 2014).

Na série, as potencialidades de Woo Young Woo manifestam-se na condução das demandas jurídicas, evidenciando uma acuidade mnemônica excepcional quanto a detalhes frequentemente negligenciados por seus pares. Tal habilidade, aliada excelente habilidade para a formulação de teses, revela-se determinante na arquitetura de estratégias processuais que asseguram o êxito das causas sob sua responsabilidade.

Isso pode ser exemplificado na cena do primeiro caso assumido pela protagonista, o qual envolve violência doméstica, no qual a equipe passa a representar um idoso acusado de agredir sua esposa. Ao analisar a situação de forma simplificada, os seus colegas e o seu superior entendem que o réu é culpado. Contudo, Woo Young Woo avalia cuidadosamente a situação, percebendo elementos que mostraram que o idoso apresentava demência, ou seja, uma condição cognitiva que pode levar a ter confusão mental e comprometer a compreensão de seus próprios atos, tornando mais complexa sua responsabilização. Nesse momento, a personagem demonstra suas potencialidades, como atenção aos detalhes e resolução criativa dos problemas jurídicos, o que contribuiu para o reconhecimento inicial de sua competência profissional pela equipe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo de livro foi analisar a série *Uma advogada extraordinária* sob a perspectiva da Psicologia do Trabalho. Foi possível relacionar aspectos presentes na série, a partir da personagem central Woo Young Woo, com discussões teóricas abordadas na área da Psicodinâmica do Trabalho.

A análise permitiu perceber que o escritório de advocacia, enquanto organização, pode se constituir como um espaço de

inclusão, que permite a inserção de uma pessoa com deficiência no mercado de trabalho e acesso ao *status* profissional. Mas também pode ser um espaço de exclusão, como o tratamento diferenciado que recebe em relação aos outros colegas, devido a suas características associadas ao transtorno do desenvolvimento. Diante dessa situação, o trabalhador autista, assim como a protagonista, precisa se adequar às exigências determinadas pelo escritório, de modo a ter que demonstrar resultados acima da média para legitimar sua presença. No entanto, esta adaptação parece ser unilateral, tendo em vista que o escritório pouco se mobiliza para acolher as necessidades e singularidades da personagem. Por outro lado, a narrativa da série demonstra que a valorização da diversidade permite reconhecer as potencialidades de cada trabalhador, podendo contribuir para o melhor desempenho da equipe.

Ademais, este capítulo viabilizou a compreensão dos obstáculos enfrentados por indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto laboral, evidenciando que a inclusão efetiva pressupõe o engajamento institucional e social na garantia de condições que assegurem a sustentabilidade do vínculo empregatício. É imperativo que tais ambientes validem as competências profissionais desses sujeitos, fomentando ecossistemas de trabalho pautados na alteridade e na valorização ética da pluralidade humana.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR: texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AUSTIN, R. D.; SONNE, T. The dandelion principle: redesigning work for the innovation economy. **MIT Sloan Management Review**, [S. l.], v. 55, n. 4, p. 67, 2014.

BARCELLOS JÚNIOR, W. *et al.* Escola, neurodiversidade e inclusão: uma compreensão do TEA, TDAH e dislexia como singularidades que exigem práticas pedagógicas inclusivas, responsivas e sensíveis às diferenças. **ERRO1**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e11647, 2026.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. *In*: CHANLAT, J.-F. (org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LEOPOLDINO, C. B.; COELHO, P. F. C. O processo de inclusão de autistas no mercado de trabalho. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, p. 141–156, 2017.

SCHALL, C.; WEHMAN, P.; MCDONOUGH, J. L. Transition from school to work for students with autism spectrum disorders: understanding the process and achieving better outcomes. **Pediatric Clinics of North America**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 189–202, 2012.

SILBERMAN, S. **Neurotribes**: the legacy of autism and the future of neurodiversity. New York: Avery, 2015.

WEHMAN, P. H. *et al.* Competitive employment for youth with autism spectrum disorders: early results from a randomized clinical trial. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 487–500, 2014.

CAPÍTULO 4



DA MULHER DA CASA ABANDONADA À MULHER MANTIDA NO PORÃO: uma análise a partir da psicanálise do trabalho

Elaine Milena Alves Genuino

Este capítulo tem como objetivo analisar as narrativas do documentário *A Mulher da Casa Abandonada*, com foco no trabalho doméstico, a partir da Psicanálise do Trabalho, buscando compreender os efeitos da organização do trabalho sobre o sofrimento, a subjetividade e a saúde da trabalhadora. O documentário, lançado em 2025, é baseado no podcast *A Mulher da Casa Abandonada*, de Chico Felitti para a Folha de São Paulo (2022), e tem direção de Chico Felitti e Katia Lund.

1 A MULHER DA CASA ABANDONA OU A MULHER MANTIDA NO PORÃO POR QUASE 30 ANOS?

Antes da análise propriamente dita, é necessário explicitar alguns pontos que orientam esta discussão. Embora o título do documentário *A Mulher da Casa Abandonada* remeta, à primeira

vista, à figura da patroa, esse não constitui o eixo central da análise aqui proposta. O foco recai sobre Hilda Rosa dos Santos, identificada como “a empregada”, mantida por quase trinta anos em condições análogas à escravidão. Dessa escolha analítica decorre o uso do termo “trabalhadora doméstica”.

Nomear como trabalho doméstico uma situação juridicamente reconhecida como crime pode parecer, de imediato, uma forma de atenuação da violência extrema vivida por Hilda Rosa. No entanto, é justamente essa tensão que fundamenta a adoção do termo ao longo deste capítulo.

Em determinadas circunstâncias históricas, o trabalho doméstico foi mobilizado para encobrir práticas criminosas e relações de dominação extrema ao mesmo tempo em que se consolidou como categoria socialmente reconhecida para designar esse tipo de atividade. Sua utilização permite apreender o trabalho efetivamente realizado por Hilda Rosa e situá-lo no campo da análise científica do trabalho doméstico enquanto forma específica de organização do trabalho, sem ocultar as ambivalências, os eufemismos e as violências estruturais que o atravessam.

A análise do trabalho realizado por Hilda Rosa é conduzida a partir da Psicodinâmica do Trabalho, compreendida aqui como um referencial que possibilita situar os efeitos da organização do trabalho sobre a subjetividade e a saúde das trabalhadoras (Dejours *et al.*, 1994).

No caso de Hilda Rosa, a história pessoal que antecede e atravessa sua inserção no trabalho é marcada por apagamentos profundos. Ela desconhece a própria data de nascimento e seu local de origem, tendo sua identidade constituída a partir de fragmentos que se confundem com a trajetória da família para a qual trabalhou desde a infância.

A compreensão dessa trajetória exige sustentar a tese da centralidade do trabalho na constituição da identidade e da saúde mental, bem como nas relações sociais e na organização da vida social (Dejours, 2009, 2017). Ao considerar que entre as pressões do trabalho e o adoecimento interpõe-se um

sujeito singular, a Psicodinâmica do Trabalho permite situar o sofrimento vivido por Hilda Rosa no interior de uma organização do trabalho marcada pela dominação e pela exploração (Dejours *et al.*, 1994).

É nesse contexto que se intensifica a situação de exploração vivida por Hilda Rosa, uma vez que, segundo Margarida, ela lhe teria sido “dada de presente” pelos pais, associada à promessa de assumir integralmente os cuidados com a criança e com a casa nos Estados Unidos. O trabalho doméstico imposto a Hilda Rosa passa, assim, a ser analisado não apenas como violação jurídica, mas como forma específica de organização do trabalho que incide diretamente sobre a subjetividade, a saúde e o corpo da trabalhadora (Dejours; Dessors; Desriau, 1993).

2 PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DESGASTE CORPORAL

Na Psicodinâmica do Trabalho, as condições de trabalho referem-se às condições físicas, químicas e biológicas do ambiente laboral, às condições de higiene e segurança e às características do posto de trabalho, incidindo diretamente sobre o corpo da trabalhadora e podendo produzir desgaste, envelhecimento e doenças somáticas (Dejours, 1986).

No caso de Hilda Rosa, a precarização das condições de trabalho se intensifica com sua ida aos Estados Unidos, acompanhando os padrões sem possibilidade de escolha e sem acesso a condições dignas de moradia. Segundo Chico Felitti, o espaço destinado a ela era:

Um porão que não tinha mobília. Teve momentos que ela teve que dormir no chão, em lençol e almofada jogados no chão. Não tinha um lugar adequado para ela comer, era um lugar pouco ventilado, porque ele fica abaixo do nível do chão. E quando perguntei para Margarida sobre o fato da Hilda morar no porão, ela falou: “é o *basement*”.

O próprio relato de Hilda evidencia a precariedade extrema dessas condições: “não tinha um banheiro para tomar banho [...] Não tinha água quente [...] Era só por minha cama aí, era o lugar onde dormir”.

Essas condições incidem diretamente sobre a saúde da trabalhadora, intensificando o sofrimento físico e psíquico (Dejours, 2007). Soma-se a isso a ausência de delimitação de jornada, com trabalho contínuo, interrupções frequentes do sono durante a madrugada e privação sistemática do descanso, elementos que aprofundam o comprometimento progressivo da saúde.

Hilda também era submetida a serviços fisicamente extenuantes, como a escavação manual de um buraco para instalação de tubulação de gás, realizada para evitar custos financeiros da família Bonetti. Vizinhos relataram dificuldades de locomoção e a presença recorrente de hematomas e ferimentos, marcas que tornam visíveis os efeitos da exploração extrema e da dominação inscritos diretamente no corpo da trabalhadora (Dejours, 2007).

Além disso, suas refeições eram severamente limitadas. Segundo Hilda:

Ela, então, garrou a brigar comigo por causa da geladeira [...] E o esposinho dela, querido, um doce homem, né? Foi lá no mercado e comprou um cadeado. Aí, ele prendeu as duas portas da geladeira, deu a chave pra ela, aí sossegou.

A restrição alimentar amplia o desgaste corporal, intensifica o sofrimento e consolida uma relação marcada pela obediência e pela submissão (Chauí, 2012). Trata-se de práticas que extrapolam a relação formal de trabalho e inscrevem a violência no cotidiano da vida, atravessando não apenas a organização do trabalho, mas a própria existência de Hilda Rosa.

3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO OU DOMINAÇÃO, ASSÉDIO E VIOÊNCIA?

Segundo Hilda, foi após a mudança para os Estados Unidos que a situação se agravou decisivamente: “as coisas não foram ficando bem... Era uma revirada muito complicada”. O deslocamento territorial implicou não apenas a intensificação da exploração, mas a radicalização de um regime de dominação que passou a incidir diretamente sobre sua subjetividade (Brites, 2013).

O relato de Ângela, vizinha da família Bonetti, é contundente ao afirmar que Hilda foi submetida a um processo contínuo de despersonalização, no qual sua história, seu caráter e sua forma de ser foram progressivamente apagados:

Primeiro, no Brasil, não a ensinaram nada. Ela ficou exatamente igual ao que era quando saiu de seu povoado. A violentaram de tal forma que eliminaram sua personalidade, sua forma de ser, seu caráter.

Na Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho ocupa lugar central na constituição da subjetividade e da saúde mental, podendo conduzir à descompensação psíquica quando organizado sob relações de dominação (Dejours, 2013, 2017). No caso de Hilda, o trabalho doméstico imposto assumiu contornos de violência sistemática, como ela própria descreve ao relatar agressões físicas reiteradas, punições e humilhações que atravessaram seu cotidiano:

Vim de São Paulo para cá [...] Para trabalhar para eles [...] Mas, tudo deu errado [...] quando eu vim para cá eu custei para acostumar aqui. Então eu tinha vontade de voltar para minha terra. Nunca prestaram atenção em mim [...] Nunca se importavam com nada. Por que que aproveitaram de mim pra vir de São Paulo para cá? Para fazer eu sofrer tanto assim? Ela fazia o que ela queria [...] quando ela via que ela não vencia, vinha na pancada. [...] Uma pancada que você leva, né? É, que te machuca para o resto da vida.

A impossibilidade de retorno ao Brasil, decorrente da ausência de salário e de recursos próprios, intensificou o isolamento e aprofundou a submissão. A retenção de documentos, a situação migratória irregular e o controle sobre sua circulação contribuíram para a consolidação de uma dominação total, na qual o trabalho deixou de ser apenas atividade para tornar-se dispositivo de aprisionamento, mantendo Hilda privada de reconhecimento social e jurídico.

Do ponto de vista teórico, trabalhar implica enfrentar a dominação por meio da atividade, engajando corpo e subjetividade em um mundo hierarquizado (Dejours, 2008). No trabalho doméstico, historicamente marcado pela apropriação do trabalho das mulheres, essas relações de poder e exploração se intensificam, podendo colocar o trabalho a serviço da violência organizada e da desolação social (Dejours, 2022a, 2022b).

Os episódios de violência praticados por Margarida eram recorrentes. Em uma dessas situações, segundo relato de René Bonetti,

As duas se saíram a tapas. A Hilda saiu correndo de casa, foi se queixar com uma vizinha, a vizinha ofereceu trabalho para ela, falou: ‘traz teus documentos que eu te emprego aqui’. Quando descobriu que não tinha documento, resolveu chamar a polícia, FBI e tudo. Aí, começou a confusão.

Atentos à história de Hilda, os vizinhos acionaram a polícia e buscaram apoio jurídico para formalizar a denúncia de trabalho análogo à escravidão. Entre os episódios relatados, Hilda descreve uma punição após preparar uma sopa que desagradou à patroa, que jogou sopa quente em seu rosto. Tais agressões configuram práticas reiteradas de assédio e violência.

Como destaca Dejours, a eficácia psíquica do assédio reside na repetição de humilhações e punições, que bloqueiam a elaboração mental e produzem fracionamento psíquico (Dejours, 2017). No caso de Hilda, esse processo foi agravado

pela solidão do trabalho doméstico, exercido sem coletivo, sem reconhecimento e sem possibilidade de defesa simbólica.

O medo emerge como elemento estruturante dessa experiência. Produzido pelas próprias condições impostas, integra a carga de trabalho e favorece condutas de obediência e submissão (Dejours, 2007, 2015). Esse medo se inscreve de forma durável no corpo e na subjetividade, como se evidencia no relato de Hilda:

Ela agarrou um tufo de cabelo com as duas mãos, assim e puxou. O couro cabelo soltou no cabelo aonde ela puxou... Quando a gente apanha, apanha, apanha, apanha, apanha, apanha tanto... com a calma, a gente ganha bondade, não? Então, eu falei: “Ah, com a paciência, eu cheguei lá” (Hilda Rosa).

Esse enunciado expressa de modo exemplar os efeitos da dominação prolongada: a violência é internalizada, o sofrimento é moralizado e a submissão aparece como estratégia psíquica de sobrevivência. Trata-se de uma forma de alienação produzida no e pelo trabalho, que transforma a dor em resignação e compromete profundamente a saúde mental da trabalhadora.

4 SOFRIMENTO PATOGÊNICO E COMPROMETIMENTO DA SAÚDE NO TRABALHO

Na Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento e o adoecimento não são compreendidos como eventos fortuitos ou individuais, mas como experiências inscritas na organização do trabalho e na possibilidade de construção de sentido do sofrimento. Essa construção está ancorada no par contribuição/retribuição, isto é, na relação entre o investimento subjetivo no trabalho e as formas de reconhecimento recebidas em troca (Dejours, 2015).

Quando essa relação é rompida, o sofrimento perde inteligibilidade social e tende a assumir caráter patogênico,

com efeitos psíquicos e somáticos (Dejours, 2015). No caso de Hilda Rosa, a ruptura do par contribuição/retribuição é radical. O trabalho imposto não produzia reconhecimento, remuneração ou proteção, impossibilitando a construção de sentido social para o sofrimento vivido.

A violência incidiu diretamente sobre o corpo de Hilda, com ferimentos, hematomas, dores intensas e uma infecção grave não tratada, como ela própria relata:

Quando eu notei, eu mesma, eu estava com essa perna aqui bem inchada. Eu não podia nem caminhar com a perna, nem nada, e a ferida saia muita água. O patrão não podia socorrer, uma farmácia, para nada? (Hilda Rosa).

A recusa em levá-la ao hospital agravou o quadro, somando-se à presença de uma massa abdominal percebida por vizinhos. Apenas após intervenção externa, Hilda foi levada ao atendimento médico, ocasião em que recebeu indicação de cirurgia urgente:

Aí, vamos no médico. Quando eu deitei lá para o médico examinar a perna e tudo mais, quando o médico forçou a barriga, eu dou um grito com o doutor, porque era impossível. E ele falou assim: ... Isso é uma coisa que precisa de operação já” (Hilda Rosa).

Apesar da indicação médica, Hilda não foi operada naquele momento, pois os Bonetti não a levaram de volta ao hospital. Ela continuou trabalhando, mesmo sentindo dores intensas, como descreve: “A minha barriga vai crescendo, crescendo e crescendo. Cresceu muito por conta de carregar muito peso, trabalhando tudo”.

Foi graças a uma viagem da família ao Brasil que uma das vizinhas, após muita insistência, conseguiu contato com Hilda. Vicky a convenceu a procurar atendimento em um hospital religioso, onde foi constatada a necessidade de cirurgia urgente.

Examinei o seu abdômen, e ela tinha uma massa considerável. O tumor era muito grande e foi negligenciado.

Ela deve ter tido isso durante muito tempo [...] Se se tratasse de um tumor maligno, canceroso, poderia ter sido fatal... Foi uma cirurgia longa, com a retirada do tumor [...] depois, repararam a hérnia. Foram duas cirurgias numa só (Irmã Dede - Médica e freira).

A Psicodinâmica do Trabalho permite compreender que o comprometimento da saúde não se restringe a fatores físicos isolados, uma vez que o aparelho psíquico integra o funcionamento orgânico, e sua desestruturação repercute diretamente sobre a saúde somática (Dejours, 2015).

Nessa perspectiva, o adoecimento de Hilda não pode ser compreendido apenas como resultado de esforços físicos excessivos, mas como expressão de uma situação de sofrimento contínuo, sem reconhecimento e sem possibilidade de elaboração subjetiva.

A psicossomática evidencia que processos mórbidos podem ser sensíveis às experiências de violência, medo e desamparo, revelando, no caso de Hilda, o efeito cumulativo de condições de trabalho marcadas pela violência, pela negação do cuidado e pela ruptura das mediações psicodinâmicas, nas quais o corpo se torna o lugar último de inscrição da dominação (Dejours, 1986; 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas do documentário permitem caracterizar a violência sofrida por Hilda Rosa como um caso de escravização contemporânea, reconhecida por agentes de segurança, representantes legais e pessoas próximas à família Bonetti como servidão doméstica e crime de redução à condição análoga à de escrava.

Essa leitura evidencia a permanência da herança escravocrata no trabalho doméstico, expressa tanto nas condições concretas impostas à trabalhadora quanto nos sentidos socialmente atribuídos a essa atividade. Elementos simbólicos,

como a arquitetura da casa e o uso histórico de termos como “criada”, reforçam a naturalização da apropriação do trabalho e da vida, lógica também presente na descrição da origem de Hilda como uma criança pobre “dada de presente”.

A Psicodinâmica do Trabalho possibilitou compreender como a organização do trabalho doméstico, estruturada por dominação, violência e isolamento, incidiu diretamente sobre a subjetividade, o corpo e a saúde de Hilda Rosa. Ao evidenciar o sofrimento, o medo, o assédio e a ruptura das mediações psicodinâmicas, essa abordagem contribuiu para analisar os efeitos da organização do trabalho sobre a vida psíquica da trabalhadora.

No entanto, o próprio caso explicita seus limites diante de um processo de escravização contemporânea, que ultrapassa as pressões do trabalho e se configura como um regime de dominação total, transformando o trabalho em dispositivo de aprisionamento e restringindo drasticamente as possibilidades de elaboração psíquica, resistência simbólica e reconhecimento.

Esses limites indicam a necessidade de ampliar o horizonte interpretativo. A convergência de múltiplas vulnerabilidades, como *status* migratório, raça, sexo, idade, isolamento, analfabetismo e pobreza, evidencia que a trajetória de Hilda não pode ser compreendida apenas a partir da relação de trabalho.

Nesse sentido, o diálogo com o feminismo negro mostra-se fundamental para apreender como raça, gênero e classe se articulam na produção da violência extrema sofrida por Hilda Rosa, revelando que a escravização contemporânea no trabalho doméstico incide particularmente sobre mulheres negras, pobres e socialmente invisibilizadas.

Embora os fatos tenham sido reconhecidos como escravização contemporânea, limitações legais impediram a responsabilização do casal por esse crime. Esse desfecho jurídico recoloca a tensão apresentada no início do capítulo: a necessidade de nomear como trabalho doméstico uma relação que, em sua materialidade, configurou um crime de escravização.

Se essa nomeação permite explicitar as ambivalências, os eufemismos e as violências historicamente inscritos no trabalho doméstico, o caso de Hilda Rosa também evidencia seus limites analíticos. Assim, compreender a violência sofrida por Hilda implica reconhecer, simultaneamente, a centralidade do trabalho na produção do sofrimento e a insuficiência de qualquer abordagem que desconsidere a escravização contemporânea e as interseccionalidades que a sustentam.

REFERÊNCIAS

A MULHER da casa abandonada. *Chico Felitti* (apresentador). **Folha de S.Paulo**, Brasil, 2022–. **Podcast narrativo**. Disponível em: <https://podcasts.apple.com/pt/podcast/a-mulher-da-casa-abandonada/id1627336898>. Acesso em: 2 jan. 2026.

A MULHER da casa abandonada. *Chico Felitti* (direção). **Amazon Studios** (produção). Brasil: **Prime Video**, 2025. **Série documental**.

BRITES, J. G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 422–451, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PFk9XcQfLkjkns9TKBny8sb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CHAUÍ, M. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 149–161, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/download/24574/14151/104067>. Acesso em: 2 jan. 2026.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 14, n. 54, p. 8–11, 1986. Disponível em: <https://atividart.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/09/por-um-novo-conceito-de-saude-dejours-1.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2026.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas**, v. 33, n. 3, p. 98–104, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/4t8CXdBt9y3nzzYb8fpWFLy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2026.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E; JAYET, C.; BETIOL, M. I. S. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DEJOURS, C. **Trabalho, tecnologia e organização**: a avaliação do trabalho submetida à prova do real. São Paulo: Blucher, 2008.

DEJOURS, C. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho? **Revista Cult**, ano 12, p. 19–23, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/810609551/Entre-o-Desespero-e-a-Esperanca-Como-Reencantar-o-Trabalho>. Acesso em: 2 jan. 2026.

DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, v. 33, n. 2, p. 9–28, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/243253326/SUBLIMACAO-ENTRE-SOFRIMENTO-E-PRAZER-NO-TRABALHO-pdf>. Acesso em: 2 jan. 2026.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo I: sexualidade e trabalho**. São Paulo: Blucher, 2022a.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo II: trabalho e emancipação**. São Paulo: Blucher, 2022b.

CAPÍTULO 5



DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, TRABALHO DO CUIDADO E A INVISIBILIZAÇÃO FEMININA: um debate a partir do filme *a vida invisível*

Emily Laísia Torres de Farias

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade estruturada a partir de uma perspectiva masculina, narrar a história das mulheres se torna um gesto político e transformador. Para isso, é importante compreender a divisão sexual do trabalho como base estruturante ao modo de produção capitalista, utilizando de uma hierarquia criada por meio de restrições e desvantagens para estabelecer a posição inferior das mulheres na sociedade contemporânea (Biroli, 2016). A vivência feminina é categoricamente atravessada pela desigualdade de gênero, que apenas assume formas diferentes dependendo da raça e classe.

O filme *A Vida Invisível* (2019), dirigido por Karim Aïnouz, apresenta uma narrativa profundamente marcada pelas desigualdades de gênero e pelas formas históricas de

exploração e invisibilização do trabalho feminino. Ambientado no Rio de Janeiro dos anos 1950, o filme acompanha as trajetórias de duas irmãs, Eurídice e Guida, que apesar de terem personalidades muito distintas uma da outra, dividem um desejo em comum, a liberdade. Eurídice sonha em ser pianista e estudar no conservatório de Viena, enquanto Guida deseja viver um grande amor. Contudo, o decorrer da história mostra que em uma sociedade patriarcal e capitalista, a liberdade feminina não é uma opção e o papel social da mulher já é definido antes mesmo dela nascer.

2 DESENVOLVIMENTO

Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho tiveram início na França, no começo da década de 1970, fortemente influenciados pelos movimentos feministas, que passaram a problematizar o trabalho doméstico como uma forma de trabalho socialmente necessária, porém historicamente invisibilizada. A partir dessas análises, tornou-se possível evidenciar os processos de categorização do trabalho segundo a separação entre as esferas pública e privada. Nesse arranjo, os homens foram socialmente posicionados na esfera pública, associada ao trabalho produtivo e ao papel de provedores, enquanto às mulheres foi atribuída a esfera privada, vinculada às atividades de cuidado e reprodução social (Sousa; Guedes, 2016). Dessa forma, a inserção masculina no mundo do trabalho produtivo depende, estruturalmente, da responsabilização feminina pelo cuidado da casa e dos filhos, sustentada por uma naturalização do “cuidar” como atributo inerente à natureza feminina, concebido não como trabalho para si, mas como uma prática orientada pelo amor, pela abnegação e pela maternidade.

Hirata e Kergoat (2007) definem a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, onde existem trabalhos categorizados para homens e mulheres e os trabalhos realizados

pelos homens são hierarquicamente mais importantes que os designados às mulheres. Além disso, as autoras entendem a divisão sexual do trabalho como um fator necessário para a sobrevivência das relações sociais entre os sexos.

Dessa forma, entende-se que o trabalho doméstico é considerado um trabalho invisível e gratuito, onde mesmo com a inserção feminina no mercado de trabalho formal, o trabalho doméstico continua sendo majoritariamente realizado por mulheres, entendendo como algo da natureza feminina, sem ser visto ou reconhecido como trabalho. De modo que, mesmo que as mulheres atualmente sejam maioria no ensino superior e possuam mais tempo de ensino formal que os homens, tais avanços educacionais não se traduziram na redução das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, tampouco na superação das condições de maior precarização que historicamente afetam as mulheres (Araújo; Lombardi, 2013).

Essa separação do trabalho feminino pode ser observada já nos primeiros minutos do filme *A Vida Invisível* (2019), onde a mãe, Ana, informa as filhas que precisam auxiliar no jantar, pois terão uma visita de última hora e diz “seu pai disse que não tem problema, bem, não há problema, só temos que dar lustro, cozinhar, limpar... Não há problema”. Mostrando como, apesar de ser um encontro marcado pelo pai, as atividades domésticas de limpeza e cozinha recai sobre a mãe e as duas filhas mulheres.

O melodrama avança e mostra Guida seguindo o que achava ser o seu sonho de um amor verdadeiro, mas logo é abandonada grávida pelo homem que amava. Ao voltar para casa, é expulsa violentamente pelo seu pai, ao passo que sua mãe, apesar de chorar e não concordar, nada faz para impedir a ação do marido. Lima (2010) aponta que em uma sociedade patriarcal, os homens são considerados os senhores do mundo e às suas mulheres cabe apenas os afazeres domésticos e educar os filhos na obediência às leis, ou seja, os homens são os seres dominantes e as mulheres, os seres obedientes. Desse modo, observamos na mãe uma mulher que perdeu toda sua individualidade nas sombras do marido, que vive o papel de submissão incondicional

designado as mulheres. Em oposição, sua filha Guida, vai contra o ideal feminino, ao sair para festas, namorar e engravidar fora do casamento. Saffioti (1987) afirma que o ser mulher só é valorizado quando age conforme as normas e condutas da sociedade ao qual está inserida, assim, a construção dos papéis femininos e masculinos são criadas para atender as demandas do modelo de sociedade patriarcal, capitalista e racista.

Guida então passa a viver sozinha em uma comunidade, junto a outras mulheres que também fogem do padrão ideal feminino. Acreditando que sua irmã Eurídice está vivendo seu sonho estudando em Viena, ela passa a escrever cartas à irmã, contando sua vida e seus sentimentos, sonhando com o dia que vão se reencontrar. No entanto, a realidade de Eurídice está longe do que ela e sua irmã sonhavam, a jovem assiste seu sonho de ser tornar pianista ficar cada vez mais distante quando se casa e mais a frente engravida contra a sua própria vontade. Toda a gravidez de Eurídice é uma grande sucessão de violência, desde o ato sexual até o momento da descoberta da gravidez, e gradualmente Eurídice vai perdendo sua individualidade como pessoa para se tornar apenas uma mãe aos olhos dos homens ao seu redor. Segundo Saffioti (1987), a capacidade biológica feminina de gestar é historicamente mobilizada como justificativa para a atribuição social do papel de cuidadora às mulheres, operando como um argumento naturalizante que sustenta a associação entre o feminino e as atividades de cuidado.

Delphy (2013 apud Biroli, 2016, p. 8) entende o capitalismo e o patriarcado como sistemas distintos, mas que dependem e influenciam mutuamente. De modo que a exploração das mulheres é essencial para o funcionamento do capitalismo, por serem as responsáveis por gerar e cuidar da mercadoria mais essencial para o capitalismo: a força de trabalho (Dalla Costa; James, 1972, apud, Federici, 2017). Quando é mostrado Eurídice observando sua filha de 4 anos limpando a cozinha, demonstra este ciclo da divisão sexual do trabalho, a qual agora Eurídice é quem ensina a sua filha o seu papel como mulher, mantendo em funcionamento um sistema capitalista patriarcal que pré-

determinam papéis sociais para homens e mulheres desde sua infância.

A necessidade da figura feminina para a manutenção do capitalismo também é apresentada na figura da personagem Filomena, uma ex-prostituta, amiga de Guida, que cuida dos filhos de outras mulheres do bairro para as mesmas consiga sair para trabalhar. Conforme analisa Hirata (2016), a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma redistribuição do trabalho doméstico e de cuidado entre homens e mulheres. Ao contrário, observa-se a externalização dessas atividades para outras mulheres, geralmente pertencentes às classes populares, frequentemente negras ou migrantes, que passam a assumir, de forma precarizada, as tarefas de cuidado.

Esse processo, longe de subverter a divisão sexual do trabalho, contribui para sua reconfiguração interna entre mulheres, produzindo novas hierarquias de gênero articuladas a marcadores de classe e raça. Assim, a possibilidade de conciliação entre trabalho produtivo e vida familiar para algumas mulheres sustenta-se na exploração do trabalho de cuidado de outras.

Contudo, no filme, Filomena também representa a importância de redes de apoios e principalmente das relações entre mulheres como agentes de sobrevivência feminina em uma sociedade patriarcal. Na vida de ambas as irmãs, são apenas as figuras femininas que as apoiam e enxergam como indivíduos, constroem formas específicas de cooperação e solidariedade essenciais para a sustentação da vida.

A invisibilização feminina é tratada durante todo o filme, construída por mecanismo narrativos, como a separação física e afetiva entre as irmãs, o apagamento de sonhos e talentos de Eurídice e a marginalização social de Guida. No decorrer do filme, mostra como mesmo após anos deixando seu sonho de lado, Eurídice tenta mais uma vez e sem contar a ninguém faz a prova de admissão para o conservatório de Viena, passando em primeiro lugar. Contudo, ao chegar em casa eufórica e realizada por está finalmente vivendo seu sonho, encontra apenas

raiva, decepção e manipulação por parte do seu marido e pai, mostrando mais uma vez a figura masculina castrando a sua individualidade.

Eurídice explica que ao tocar piano ela desaparece, deixa de ser uma mulher, uma mãe, e se torna aquilo que sempre quis ser. Ao colocar fogo no piano quando entende que o sonho de ser pianista e encontrar a irmã nunca irá acontecer, a personagem aceita o papel o qual foi imposto e desaparece para si. Por outro lado, Guida passa pelo mesmo apagamento, enfrentando a maternidade sem suporte institucional ou familiar e precisando realizar trabalhos precários para conseguir sustentar a si e seu filho.

A correspondência direcionada à irmã constitui um mecanismo de resistência subjetiva, por meio do qual a protagonista projeta a expectativa de um futuro compartilhado. No entanto, o cotidiano desgastante pelas privações da maternidade solo e pela precariedade socioeconômica, somado ao fardo do cuidado com a enferma Filomena, promove o apagamento progressivo de sua identidade. Esse processo de anulação do “eu” culmina na confissão melancólica de sua desintegração individual: “cada dia sou menos Guida”. Atingindo o ápice com a morte simbólica da personagem que, ao assumir a identidade da amiga falecida para garantir a subsistência, abdica definitivamente de sua própria singularidade.

Dessa forma, embora se trate de uma narrativa ficcional, o filme retrata uma experiência social reiteradamente vivenciada no cotidiano, marcada pelo apagamento das mulheres e pela imposição de papéis sociais que visam à manutenção de sua submissão. A obra evidencia como a misoginia se manifesta não apenas de maneira explícita, mas também por meio de interações cotidianas e aparentemente sutis, nas quais os homens atuam como agentes de reprodução do patriarcado. Essa lógica se expressa de modo intergeracional, visto que diferentes figuras masculinas, em distintos contextos históricos e familiares, reiteram práticas de controle e opressão: o pai de Eurídice e Guida exerce autoridade e coerção sobre as filhas e a esposa, ao passo que o marido de Eurídice reproduz

mecanismos semelhantes de dominação. Ainda que se trate de sujeitos distintos e pertencentes a gerações diferentes, as práticas convergem na reafirmação do lugar social destinado às mulheres, circunscrito à função de cuidadoras e à esfera privada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidenciou que *A Vida Invisível* (2019) constitui uma narrativa potente para a compreensão das formas pelas quais a divisão sexual do trabalho, o trabalho do cuidado e a invisibilização feminina se articulam na manutenção de uma ordem social patriarcal e capitalista. Ao acompanhar as trajetórias de Eurídice e Guida, o filme revela que a subordinação das mulheres não se expressa apenas por meio de violências explícitas, mas sobretudo mediante mecanismos cotidianos, naturalizados e reiterados ao longo das gerações, que delimitam possibilidades de existência e restringem projetos de vida.

Entende que a posição das mulheres na esfera privada e a responsabilização quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidado não são fenômenos residuais, mas elementos estruturantes do funcionamento do capitalismo. O filme explicita como o trabalho do cuidado, apesar de socialmente indispensável, permanece desprovido de reconhecimento simbólico e material, operando como base silenciosa da reprodução da força de trabalho e da própria vida social.

Nesse sentido, as experiências de Eurídice e Guida ilustram distintos modos de apagamento feminino. Eurídice tem sua subjetividade progressivamente esvaziada pela imposição do casamento, da maternidade compulsória e da renúncia aos seus desejos, enquanto Guida enfrenta a marginalização social, a precarização do trabalho e a maternidade solitária em um contexto de ausência de suporte institucional. Ainda que suas trajetórias se desenvolvam em espaços distintos, ambas são atravessadas pela mesma lógica estrutural que subordina as mulheres ao papel de cuidadoras e limita sua autonomia.

O filme também evidencia o caráter intergeracional da reprodução das desigualdades de gênero, ao mostrar como práticas de dominação são reiteradas por diferentes figuras masculinas, pai, marido, instituições, e transmitidas desde a infância, naturalizando papéis sociais rígidos para homens e mulheres. Ao mesmo tempo, destaca-se a ausência do Estado e de políticas públicas de cuidado, o que reforça soluções privadas e informais, frequentemente sustentadas pela exploração do trabalho de outras mulheres, como exemplificado pela personagem Filomena.

Apesar desse cenário marcado pela opressão e pelo silenciamento, a narrativa também aponta para a centralidade das redes de apoio e da solidariedade feminina como estratégias fundamentais de sobrevivência. As relações estabelecidas entre mulheres emergem como espaços de reconhecimento, cuidado mútuo e resistência cotidiana frente à violência estrutural, ainda que não sejam suficientes para romper integralmente com a ordem social.

Dessa forma, *A Vida Invisível* ultrapassa o estatuto de uma obra ficcional ao se constituir como um dispositivo crítico que convoca reflexões sobre a persistência das desigualdades de gênero no mundo do trabalho e na organização social do cuidado. Ao tornar visíveis vidas historicamente silenciadas, o filme reafirma a importância de análises que articulem gênero, trabalho e subjetividade, apontando para a urgência de transformações estruturais que possibilitem o reconhecimento do trabalho do cuidado, a redistribuição das responsabilidades sociais e a ampliação das condições de autonomia e liberdade para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452–477, 2013.

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 59, n. 3, p. 719–754, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53–64, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-607, 2007.

LIMA, R. L. O imaginário judaico-cristão e a submissão das mulheres. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

CAPÍTULO 6



RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, ONDAS E HOMOFOBIA: considerações sobre o filme *corpo elétrico*

Felipe Almondes Silva

Neste capítulo, buscou-se realizar uma análise do filme *Corpo Elétrico*, longa-metragem do diretor brasileiro Marcelo Caetano, vencedor de prêmios como Maguey, em 2017, pelo *Guadalajara International Filme Festival*. A proposta é colocar em debate a presença de situações de homofobia implícita e explícita que permeiam o andamento da obra e atravessam a vida do protagonista e jovem paraibano Elias (Kelner Macêdo). Considerando especialmente o espaço de trabalho, bem como a forma como o protagonista, enquanto trabalhador *gay*, lida com essas situações, base sob a qual parte da trama se sustenta e de onde foram extraídos os temas para a presente discussão.

Elias, trabalhador e trajetória central da obra, é recém-chegado na cidade de São Paulo e atua como assistente da gestora em uma confecção de roupas. Enquanto desenha modelos e desenvolve sua arte, este trabalhador é situado em meio a sua atividade laboral, mostrando sua rotina, tarefas e aproximações com o coletivo. Não obstante, o longa também

aborda os atravessamentos pessoais vivenciados pelo rapaz e os elos formados entre sua vida pessoal e profissional na expressão da sua subjetividade. Enquanto espectadores, somos situados na vida do Elias, em suas reflexões, medos e desafios, acompanhando seu desenvolvimento pessoal, porém sem nos tornarmos sua rede de apoio presencial.

Logo, a presença do coletivo chega para representar esse espaço. Neste ponto, tem-se a distribuição do tempo de tela para outros personagens importantes da trama, como: Wellington (envolvimento afetivo do Elias) e Fernando (trabalhador recém-chegado de Guiné-Bissau).

Com o intento de abordar as questões propostas pelo filme, optou-se por utilizar do referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), na qual se tem Christophe Dejours como seu principal representante. Além disso, outras perspectivas, quando úteis à presente análise, foram acessadas visando maior solidez na construção das discussões tecidas. De certo, temas como diversidade, homofobia no trabalho, coletivo de trabalho e mobilização subjetiva são pertinentes para compreender esse recorte da realidade laboral e fundamentar a análise proposta no decorrer deste capítulo.

De maneira mais específica, o eixo central da presente discussão se pauta nas manifestações da homofobia. Os corpos que tensionam os padrões heteronormativos vigentes tornam-se alvo de preconceito e discriminação, inclusive no âmbito do trabalho (Menezes; Oliveira; Nascimento, 2018). Trabalhadores *gays* tendem a vivenciar situações de humilhação, constrangimento e vulnerabilidade em seu dia a dia laboral, expressas tanto de forma explícita como implícita, tornando o medo uma constante nesse cotidiano e localizando as vítimas no isolamento, na insegurança e no sofrimento psíquico (Siqueira et al., 2009).

Em contraposição à lembrança resgatada por Elias no início do filme sobre sua ida ao mar, nem todas as experiências e pensamentos são, de fato, levados pela maré, mas afundam na história, vida e subjetividade, marcando o sujeito e tornando

dolorosamente conhecida a exclusão, a violência e a dor. Aqui, a mobilização torna-se necessária, não somente como alternativa na luta por vida, direitos humanos e contra toda e qualquer forma de violência, mas também como possibilidade à sobrevivência, proteção e gerência dos imprevistos no trabalho.

Irigaray e Freitas (2013) destacam que a sobrevivência em um mundo do trabalho atravessado pela heteronormatividade exige um exercício permanente de posicionamento político e social, marcado por decisões constantes. Nesse contexto, a análise dos fatores, valores e discursos que sustentam práticas discriminatórias no ambiente laboral mostra-se imprescindível, dada sua ampla relevância social (Pereira *et al.*, 2017). Dessa forma, o presente capítulo busca analisar as vivências pessoais e laborais de Elias, bem como as manifestações de homofobia nesse cotidiano.

1 UMA PROPOSTA

No início do filme, o protagonista, ao conversar com outro rapaz, recorda-se dos momentos em que ia ao mar. Em seu discurso, destaca que, por ser uma pessoa que “pensa muito” (sic), encontrou no mar um refúgio para descarrego.

É nessa memória que se ancora a presente proposta analítica: um exercício imaginativo que convida o leitor à praia e às suas ondas de diferentes intensidades. Ao se preparar para esse deslocamento, o corpo ainda está em terra firme, sustentado por expectativas, lembranças e pela sensação de controle sobre aquilo que está por vir. O mar, nesse momento, existe como ideia, antecipação ou memória.

Diante da água, observamos o movimento das ondas à distância. Algumas parecem suaves, outras mais intensas, mas ainda são apenas imagens. Avaliamos o cenário, resgatamos experiências anteriores e consideramos (se) se sabe ou não nadar, como forma de antecipar riscos e preparar o corpo.

É somente ao entrar no mar que a experiência se concretiza. As ondas não seguem uma ordem linear, não aguardam preparo e não se apresentam isoladamente. Enquanto algumas atravessam de maneira leve, outras atingem com força suficiente para desestabilizar. Quem observa de fora pode perceber o movimento, mas não sentir o impacto; a real intensidade das ondas, sobretudo das mais desafiadoras, revela-se apenas a quem está dentro da água. É a partir dessa experiência vivida, e não apenas observada, que se sustenta a proposta analítica deste trabalho.

A partir desse exercício imaginativo, a análise será construída em torno de dois movimentos, aqui compreendidos como ondas de diferentes intensidades, que não se organizam de maneira linear nem se sucedem de forma estanque. Essas ondas se formam, se sobrepõem e se reforçam ao longo da narrativa fílmica, atingindo o sujeito em distintos momentos e dimensões de sua experiência. Algumas se apresentam de modo mais sutil, enquanto outras emergem com força suficiente para desestabilizar, sendo plenamente reconhecidas apenas quando vivenciadas. É nesse fluxo contínuo de atravessamentos que se ancora a leitura proposta.

2 PRIMEIRA ONDA: TRABALHO, COLETIVO E RECONHECIMENTO LABORAL

Chegamos à praia. Em pé, observamos a formação das ondas ao longe até que uma se desfaz na costa e nos encontra em sua inquietude. Como ela, o trabalho, central na subjetividade do trabalhador, carrega suas oscilações, gerando fortalecimento, prazer e construção da identidade, bem como, em contrapartida, também se constituindo como espaço de sofrimento (Barros; Lancman, 2016; Dejours, 2023).

Para a psicodinâmica do trabalho, a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real é central para a compreensão da experiência laboral. O trabalho prescrito corresponde ao

conjunto de normas, regras, procedimentos e objetivos definidos pela organização, que idealizam como o trabalho deve ser executado. Entretanto, tal prescrição é sempre incompleta, pois não consegue antecipar a totalidade dos imprevistos, obstáculos e resistências do real. O trabalho real, por sua vez, refere-se à atividade efetivamente realizada pelo trabalhador, que mobiliza sua inteligência prática, experiência, criatividade e subjetividade para ajustar, contornar ou reinventar as prescrições, tornando possível a realização do trabalho. É justamente no desfaseamento inevitável entre o prescrito e o real que se revelam o trabalho vivo, o sofrimento e as possibilidades de prazer e reconhecimento no trabalho (Areosa, 2019).

No longa-metragem, esse desfaseamento se materializa no trabalho realizado na confecção, recorte escolhido para explicitar não apenas a divisão interna entre os setores que compõem aquela estrutura, mas também as diferenças entre os trabalhadores que nela existem. Corte, costura, desenho e vendas são algumas das tarefas designadas aos trabalhadores e apresentadas ao espectador ao longo da narrativa.

É nesse contexto organizacional que acompanhamos a chegada de um novo trabalhador, Fernando, vindo da Guiné-Bissau, e sua inserção naquela realidade. Situado no setor de corte dos tecidos, gradualmente Fernando vai compreendendo a tarefa prescrita e realizando sua atividade com a orientação e o auxílio dos trabalhadores com os quais convive: as posições da máquina para o corte do tecido, a importância da utilização das luvas e dos aparatos de autoproteção, bem como a intensidade da força necessária para que o resultado seja preciso. Nesse processo, evidencia-se a distância entre o que é formalmente prescrito e o que se aprende e se constrói no fazer cotidiano, por meio da experiência compartilhada, dos ajustes práticos e da transmissão de saberes que tornam possível a realização do trabalho real.

Destarte, é por meio da cooperação e da existência de regras construídas no próprio fazer laboral que o coletivo é fundado (Dejours, 1993). O coletivo de trabalho pode ser

considerado um elemento central na relação entre trabalho e saúde, conforme apontam as abordagens das clínicas do trabalho (Bendassolli; Sobol, 2011; Lhuillier, 2006). É por meio da coparticipação na atividade que os trabalhadores enfrentam conjuntamente as dificuldades e rupturas na realidade laboral (Bendassolli; Gondim, 2016), tratando-se de um dispositivo ou elemento com vista à afirmação da saúde (Da-Silva; Bendassolli, 2019).

No filme, a aproximação entre os trabalhadores da confecção aparece como uma forma de lidar com as dificuldades do trabalho. O aumento das exigências, representado pela solicitação de três horas extras para cumprir a meta de final de ano, leva o grupo a se posicionar coletivamente, negociando a possibilidade de entrar mais tarde no dia seguinte, o que acaba sendo aceito. Para além do espaço da fábrica, essa aproximação continua nos momentos fora do expediente, como o encontro na casa de um dos colegas, marcado pela conversa, pela música e pela descontração. É nesse contexto que se dá o envolvimento entre Elias e Wellington, indicando que os vínculos construídos no trabalho também funcionam como apoio diante das exigências e tensões da atividade laboral.

É por meio da mobilização coletiva que a dinâmica do reconhecimento pode ser viabilizada, tratando-se de um fator central para a estabilidade mental e identitária dos trabalhadores. O reconhecimento estaria ligado à construção da identidade do sujeito quando mediado pela atividade laboral, encontrando no coletivo um elo central dessa dinâmica intersubjetiva (Silva; Deusdedit-Júnior; Batista, 2015). Para. Ao ampliar essa perspectiva, Bendassolli (2012) estende a importância do reconhecimento a construção de prazer e saúde no trabalho, bem como à presença de possíveis processos de sofrimento, adoecimento e despersonalização em sua ausência (Silva; Deusdedit-Júnior; Batista, 2015).

Em *Corpo Elétrico*, o reconhecimento assume um caráter ideológico, funcionando como mecanismo de adesão subjetiva à lógica do trabalho. A relação entre Elias e sua chefe evidencia um

reconhecimento desvinculado da atividade coletiva e da crítica às condições laborais. Esse fato contribui para a naturalização da intensificação do trabalho e para a diluição dos limites entre vida e trabalho, como se pode observar no seguinte diálogo entre a chefe (C) e Elias (E) antes dela viajar:

C: Se tiver muito trabalho, não quero que você fique aqui toda noite, leva para casa. Tá bom?

E: T.

C: Você conhece Londres?

E: Não.

C: Pois devia conhecer, pois é sua cara.

Ao operar por meio de uma valorização simbólica individual, o reconhecimento reforça o trabalho como localizador social e eixo organizador da identidade do sujeito, deslocando outras dimensões da experiência. Tal dinâmica, em consonância com os estudos desenvolvidos por Silva, Deusdedit-Júnior e Batista (2015) e Bendassolli (2012), destaca que o reconhecimento, quando esvaziado de mediação coletiva, pode sustentar processos de sofrimento.

3 SEGUNDA ONDA: DIVERSIDADE E HOMOFOBIA

Passado algum tempo e ainda com os pés imersos na água, nos permitimos andar e, com isso, aprofundarmos no mar. A segunda onda chega e, dessa vez, nos derruba. Sua força e intensidade são sentidas em cada parte do corpo impactada pela água. De forma semelhante, no contexto laboral, ondas de igual ou maior intensidade atingem trabalhadores *gays*, que se encontram em situação de vulnerabilidade nas organizações. São recorrentes vivências de humilhação, constrangimento e piadas de cunho homofóbico, tanto explícitas quanto veladas. O medo passa a integrar a rotina laboral, produzindo sofrimento, insegurança e isolamento. Observam-se ainda injustiças como a negação de benefícios e a omissão de superiores hierárquicos

diante de práticas discriminatórias, o que contribui para a manutenção da violência moral no trabalho e para o silenciamento desses indivíduos no interior das organizações (Siqueira *et al.*, 2009).

A existência de corpos e subjetividades que escapavam à norma foi historicamente percebida como uma ameaça à ordem da sociedade capitalista, sendo associada, nos planos subjetivo, social e político, a ideias de rebeldia e resistência frente às regras estabelecidas (Quinalha, 2022). Nesse contexto, a produção e a manutenção de práticas discriminatórias articularam-se à difusão de estigmas e estereótipos que recaíam sobre aqueles cujas expressões de gênero e orientações sexuais destoavam do modelo hegemônico, marcando esses corpos com atitudes negativas e excludentes (Gusmão *et al.*, 2016).

Ao revisitar essa trajetória, evidencia-se que, muito antes da consolidação da sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan/Polissexuais, Não-binários e mais), a diversidade de experiências e subjetividades já compunha a realidade brasileira, ainda que submetida a processos históricos de silenciamento e violência desde a colonização. Corpos que desafiavam os padrões binários de gênero e sexualidade eram tratados como ameaças à ordem social vigente, tendo suas existências e manifestações de desejo restringidas e confinadas a espaços marginalizados, como guetos urbanos e ambientes privados (Quinalha, 2022). Como assinala Trevisan (2018), tratava-se de um “amor que não ousa dizer seu nome” (p. 37), em uma sociedade que exigia reiteradamente provas de conformidade à heterossexualidade, negando legitimidade à pluralidade de formas de viver, desejar e existir.

Essa lógica excludente ainda se mantém na contemporaneidade, produzindo violências e exclusões. No longa-metragem, tal permanência é tensionada pela trajetória de Elias que, ao se juntar a Wellington para recolher tecidos descartados pela confecção, sem o conhecimento institucional, participa de um gesto de subversão da lógica do desperdício

e da norma produtiva. Os materiais são destinados à família LGBTQIAPN+ de Wellington, com quem ele mora e acompanha Elias ao longo do filme, evidenciando práticas de solidariedade e cuidado construídas no interior dos coletivos. O contato do protagonista com a comunidade LGBTQIAPN+ amplia essa experiência, apresentando o corpo dissidente como espaço de criação, resistência e afirmação identitária frente às exclusões historicamente produzidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, o filme *Corpo Elétrico* foi analisado à luz das Clínicas do Trabalho, em especial da Psicodinâmica do Trabalho, tomando como eixo central a experiência laboral e subjetiva de Elias enquanto trabalhador gay. A narrativa cinematográfica permitiu evidenciar como o trabalho se apresenta, simultaneamente, como espaço de pertencimento, construção de vínculos e possibilidade de reconhecimento, mas também como território atravessado por normas heteronormativas, silenciamentos e violências sutis que produzem sofrimento psíquico.

A metáfora das ondas mostrou-se um recurso fecundo para compreender esses atravessamentos. A primeira onda, relacionada ao trabalho e ao pertencimento ao coletivo, evidencia que a atividade laboral se sustenta fundamentalmente na cooperação, na transmissão de saberes e na construção de regras próprias do ofício. No interior da confecção, o coletivo emerge como um dispositivo de proteção frente às exigências do real do trabalho, possibilitando ajustes, negociações e a produção de sentidos compartilhados. É nesse espaço que Elias encontra apoio, troca e reconhecimento, tanto no fazer laboral quanto nos vínculos que extrapolam o ambiente produtivo.

Entretanto, a segunda onda revela que esse mesmo espaço coletivo não está isento de contradições. A homofobia, ainda que muitas vezes implícita, atravessa o cotidiano de

trabalho e impõe limites ao reconhecimento pleno do sujeito. Piadas, olhares, silêncios e omissões institucionais funcionam como formas de violência moral que fragilizam o trabalhador *gay*, produzindo medo, insegurança e estratégias de autoproteção. Diferentemente da primeira onda, que fortalece, essa segunda tem força suficiente para desestabilizar, atingindo diretamente a subjetividade e a relação do sujeito com sua atividade.

O filme evidencia que nem todas as marcas deixadas por essas ondas são levadas pela maré. Algumas afundam e permanecem inscritas na história e no corpo do trabalhador, exigindo mobilização subjetiva constante para que o sofrimento não se transforme em adoecimento. Nesse sentido, a mobilização aparece não apenas como enfrentamento pontual, mas como um trabalho contínuo de gestão de si, de posicionamento e de reinvenção frente a um mundo do trabalho que ainda naturaliza práticas excludentes.

Ao contrário de narrativas que conduzem a uma resolução ou a um reconhecimento institucional explícito, *Corpo Elétrico* aposta na sutileza. Não há uma ruptura definitiva com a homofobia, nem uma superação total do sofrimento. O que se apresenta é a convivência com o inacabado, com as ondas que continuam a se formar. Elias segue no mar, sustentado pelo coletivo, mas ainda exposto às instabilidades que atravessam sua condição de trabalhador e de sujeito.

Dessa forma, o filme permite refletir que a saúde no trabalho não se constrói somente pela ausência de conflitos, mas pela possibilidade de compartilhamento, reconhecimento e elaboração coletiva das dificuldades. A análise realizada reforça a importância de se compreender o trabalho como espaço central de produção de subjetividade e evidencia a urgência de problematizar as práticas discriminatórias que persistem nas organizações. Ao tornar visíveis essas ondas, *Corpo Elétrico* convida à reflexão crítica sobre o trabalho, o sofrimento e as possibilidades de resistência e invenção no cotidiano laboral.

REFERÊNCIAS

- AREOSA, J. O mundo do trabalho em (re)análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. **Laboreal**, v. 15, n. 2, p. 1–25, 2019.
- BARROS, J. de O.; LANCMAN, S. A centralidade do trabalho para a construção da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 228–235, maio/ago. 2016.
- BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.
- BENDASSOLLI, P. F. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p. 37–46, 2012.
- BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. Cliniques du travail et réalisme critique. **Nouvelle Revue de Psychosociologie**, v. 21, n. 1, p. 131–142, 2016.
- DA SILVA, A. K. L.; BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Coletivos de trabalho e a produção de saúde dos ofícios. **Psicologia em Estudo**, v. 24, p. 1–16, 2019.
- DEJOURS, C. Coopération et construction de l'identité en situation de travail. In: **CONGRÈS DU SELF**, XXVII, 1993. Futurantérieur. Comunicação apresentada.
- DEJOURS, C. Centralidade do trabalho e saúde mental. Tradução de P. C. Z. de Souza. Revisão de V. A. de Barros. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 26, e213340, 2023.
- GUSMÃO, E. É. da S. et al. Valores humanos e atitudes homofóbicas flagrante e sutil. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 21, n. 2, p. 367–380, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210213>. Acesso em: 4 fev. 2026.
- IRIGARAY, H. A.; FREITAS, M. E. Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 75–92, jan./abr. 2013.
- LHUILIER, D. **Cliniques du travail**. Paris: Éres, 2006.
- MENEZES, M. S.; OLIVEIRA, A. C.; NASCIMENTO, A.P. L. LGBT e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e

discriminações. *In*: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTUDOS QUEER**, 2018. Anais [...]. 2018.

PEREIRA, A. dos S. L. S. et al. As crenças sobre a homossexualidade e o preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 563–575, jun. 2017.

QUINALHA, R. Questões conceituais. *In*: QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 17–40.

SIQUEIRA, M. V. S. et al. Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, p. 447–461, jul./set. 2009.

SILVA, R. V. S.; DEUSDEDIT-JÚNIOR, M.; BATISTA, M. A. A relação entre reconhecimento, trabalho e saúde sob o olhar da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 415–427, jul./dez. 2015.

TREVISAN, J. S. O estado de vir a ser. *In*: TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. p. 53–57.

CAPÍTULO 7



UMA ANÁLISE DO FILME *ALONERS* À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Gabriela Ramos de Barros

O filme *Aloners* (2021), dirigido por Hong Sung-eun, é um drama sul-coreano que apresenta a trajetória de Jina, uma jovem que leva uma vida extremamente solitária, preferindo interações mediadas por telas a contatos com pessoas. Sua rotina se resume a longos turnos de trabalho e refeições solitárias. No trajeto entre o trabalho e a residência, cruza diariamente com um vizinho que tenta estabelecer conversa, mas é sistematicamente ignorado.

Jina é considerada funcionária exemplar de um *call center* de cartão de crédito, onde cumpre rigorosamente os protocolos de atendimento e alcança metas superiores às das colegas, embora suas interações com os clientes sejam mecânicas e desprovidas de qualquer envolvimento afetivo.

A relação com o pai é de silêncio e afastamento, evidenciando um luto não elaborado pela morte da mãe. Acompanha à distância a rotina do pai por meio de câmeras instaladas em sua residência e frequentemente ignora suas ligações.

A protagonista transforma o distanciamento social em estilo de vida, afastando-se das pessoas de seu convívio social, dos familiares e nas relações de trabalho. Segue uma rotina rígida e silenciosa, marcada pela ausência quase total de interação humana.

O filme aborda a solidão como expressão de uma condição social ampliada pelos modos contemporâneos de vida, nos quais os dispositivos digitais substituem o encontro com o outro e os ambientes laborais se estruturam de forma cada vez mais padronizada, impessoal e automatizada.

Neste capítulo, propõe-se uma análise de *Aloners* à luz da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) buscando compreender de que modo a organização do trabalho contribui para o isolamento social da personagem e para o empobrecimento das relações humanas, bem como identificar as fissuras que abrem espaço para a construção de novos sentidos atribuídos à atividade laboral e à experiência subjetiva.

1 ROTINA E ISOLAMENTO SOCIAL

A protagonista vive sozinha em um apartamento, onde faz suas refeições diante da televisão e adormece todas as noites com ela ligada. Na sua rotina cotidiana de ir ao trabalho e retornar para casa, Jina cruza constantemente com um vizinho que fuma próximo à entrada do apartamento e insiste em puxar conversa. Ela, porém, nunca responde aos seus questionamentos e entra rapidamente em seu apartamento, evitando qualquer tipo de contato.

O isolamento social de Jina se manifesta também pela negação do luto da perda da mãe e responsabiliza o pai pela morte. Jina evita o pai e a relação entre os dois é marcada por silêncio, culpa e distância emocional, o que reforça ainda mais o isolamento social dela. O pai tenta manter algum tipo de contato, mas Jina responde de forma fria ou simplesmente ignora. Para ela, falar com o pai significa reabrir uma ferida que ela não está pronta para encarar. Em vez de elaborar o luto e o conflito, ela escolhe o afastamento.

No trabalho, Jina é sempre funcionária destaque alcançando repetidamente todas as metas e cumprindo suas atividades com excelência. Até o dia que ela precisa treinar uma nova colega e resiste em aceitar a realizar essa nova atividade porque não quer ter qualquer tipo de relacionamento o que possa afetar o seu isolamento social.

2 O LABOR E ISOLAMENTO SOCIAL

O *call center*, ambiente de trabalho retratado no filme, é um labor altamente controlado, onde Jina deve seguir procedimentos padronizados e atingir indicadores quantitativos estabelecidos pela empresa. As interações são cronometradas, impessoais, sem qualquer espaço para expressão emocional. Observa-se uma organização fortemente baseada em normas, *scripts* de atendimento e metas de desempenho, características do trabalho prescrito. Entretanto, conforme aponta Dejours (2012), o trabalho nunca se limita à execução do prescrito, pois exige adaptações constantes por parte do trabalhador. Assim, o trabalho real é a forma que o trabalhador utiliza sua subjetividade para transformar o prescrito e atender as exigências do trabalho.

Nesse contexto retratado no filme, Jina segue rigorosamente as normas e procedimentos e mobiliza inteligência prática e controle emocional para lidar com todos os tipos de clientes. Mas se limita a realizar a atividade conforme as normas prescritas, sem a implicação subjetiva diante do real, levando o trabalho a perder sua função de mediação entre sofrimento e prazer, identidade e reconhecimento e passa a ser um fator de empobrecimento psíquico e adoecimento.

Em contrapartida, Sujin, funcionária em processo de treinamento com Jina, encontra dificuldades em aderir rigidamente ao trabalho prescrito, desviando-se do roteiro institucional esperado. Diante do cliente que afirma possuir uma máquina do tempo e questiona se poderia utilizar o cartão ao retornar ao ano de 2022, Sujin se envolve na conversa e responde para além do *script*. Ao

perguntar se poderia voltar no tempo com o cliente, ela evidencia o trabalho real, no qual a subjetividade do trabalhador se revela na atividade, ultrapassando as normas previamente estabelecidas.

Em *Aloners*, o trabalho funciona inicialmente como uma forma de proteção psíquica para Jina, pois a rotina e o foco no desempenho reduzem o contato com conflitos emocionais e relações interpessoais. Esse comportamento pode ser compreendido como uma estratégia defensiva individual. Segundo Dejours (1994), as estratégias defensivas operam como mecanismos de preservação que viabilizam a continuidade da atividade produtiva. Entretanto, tal adaptação ocorre, frequentemente, mediante um custo psíquico elevado, resultando na precarização dos vínculos afetivos e na fragilização das interações sociais do trabalhador. O isolamento social da protagonista, portanto, não deve ser interpretado apenas como uma característica pessoal, mas como uma resposta defensiva à organização do trabalho, que valoriza a produtividade sem considerar as relações humanas.

Outro conceito central da psicodinâmica do trabalho é o reconhecimento como elemento fundamental para a construção da identidade e da saúde mental. Segundo Molinier (2004), o trabalho e o reconhecimento ocupam lugar central e preponderante na construção da identidade individual. No filme, Jina recebe reconhecimento apenas por meio de métricas quantitativas (tempo de ligação, eficiência, cumprimento de regras), e não pelo conteúdo humano do seu trabalho, do esforço subjetivo envolvido em sua atividade. Tal lacuna elucida a razão pela qual a eficiência técnica não se converte em realização pessoal ou em atribuição de sentido ao trabalho, culminando no agravamento do sofrimento psíquico da personagem. Evidencia-se a falta de satisfação no momento do reconhecimento público, quando a supervisora anuncia em voz alta os resultados de Jina, os melhores entre todas as colegas, ressaltando que, mesmo tendo faltado dois dias em razão da morte da mãe, Jina obteve êxito. Nesse instante, a protagonista não demonstra nenhuma alegria ou contentamento.

Ao ser designada para treinar uma nova funcionária, Jina é colocada diante da necessidade de estabelecer uma relação de cooperação. Para Dejours (2004), a cooperação constitui um elemento fundamental para que o trabalho se transforme em um espaço de construção subjetiva e coletiva, capaz também de se tornar um ambiente de realização. Entendida como estratégia de mobilização coletiva, a cooperação representa uma forma de ação compartilhada por meio da qual os trabalhadores podem ressignificar o sofrimento, gerir as contradições do contexto laboral e transformar a organização do trabalho em fonte de prazer, processo que só se torna possível na relação com o outro. No entanto, no contexto do filme, o isolamento sustentado por Jina dificulta o compartilhamento do sofrimento, comprometendo a construção de vínculos de cooperação e a constituição de um verdadeiro coletivo de trabalho. A cooperação, embora muitas vezes seja uma exigência formal do trabalho, depende fundamentalmente da adesão e da vontade dos sujeitos (Dejours, 1993).

No filme, a relação entre Jina e a jovem funcionária em treinamento evidencia o processo de socialização profissional e a reprodução das estratégias defensivas no ambiente de trabalho. Ao assumir o papel de instrutora, Jina não transmite apenas conhecimentos técnicos, mas também as regras implícitas da organização do trabalho, especialmente aquelas relacionadas ao controle emocional e ao distanciamento afetivo exigidos pela atividade. A postura sensível de Sujin, que ainda se envolve com as histórias dos clientes, contrasta com a adaptação defensiva de Jina e dá ênfase ao custo subjetivo dessa conformação. Essa relação revela como o sofrimento tende a ser normalizado e silenciado no coletivo de trabalho, incorporado naturalmente como parte do exercício profissional.

3 FLEXIBILIZAÇÃO DAS DEFESAS

No desenvolvimento do filme, a protagonista, em sua tentativa de se manter isolada, vivencia situações que a levam a refletir sobre sua desconexão do mundo e das pessoas. A

primeira ocorre quando descobre a morte do vizinho, que vivia sozinho em seu apartamento, fato que a confronta diretamente com sua resistência à conexão humana. Em uma cena em que sai para mais um dia de trabalho, ela percebe um forte mau cheiro no corredor e encontra o vizinho, que puxa conversa. Mais tarde, descobre que ele estava morto havia uma semana, o que a deixa confusa, já que acredita tê-lo encontrado naquela mesma manhã.

Outra situação significativa ocorre quando Jina é obrigada a treinar a nova colega e percebe que ela não consegue seguir rigidamente os protocolos, envolvendo-se emocionalmente com os clientes. Além disso, a funcionária busca uma aproximação constante com Jina, que inicialmente se esquivava; contudo, diante da insistência marcada pelo cuidado e pela gentileza, essa postura começa a chamar sua atenção. Essas experiências obrigam a protagonista a confrontar seus próprios traumas, a fragilidade de seus vínculos afetivos e o vazio silencioso que atravessa sua existência.

À medida que o filme avança, pequenas fissuras começam a surgir na postura de isolamento de Jina. Ela passa a perceber que o afastamento absoluto não elimina o sofrimento, apenas o posterga. A morte do vizinho solitário, a desistência da funcionária que estava em treinamento e as histórias que Jina escuta no *call center*, funcionam como espelhos, revelando indivíduos que, assim como ela, vivem uma solidão extrema.

4 ROMPIMENTO DO ISOLAMENTO

A desestabilização do isolamento de Jina concretiza-se a partir da demissão de Sujin. Ao remover os pertences da antiga colega e tentar reestabelecer sua rotina, a protagonista confronta uma alteração irreversível em sua percepção do cotidiano. Essa ruptura subjetiva manifesta-se por meio de reações somáticas: a inapetência durante o almoço solitário e a intrusão de um zumbido persistente durante um atendimento no *call center*. Tal fenômeno auditivo fragmenta sua fala mecanizada, revelando

que a automação profissional já não é suficiente para conter o seu deslocamento interno.

Nesse estágio da narrativa, as projeções mentais de Jina recuperam as imagens de vitalidade do pai, capturadas previamente pelas câmeras de monitoramento. Após um episódio de hostilidade com uma cliente, a protagonista abandona o posto de trabalho e busca o domicílio paterno, onde a ausência física do pai e o ruído externo percebido durante a ligação telefônica catalisam sua desestabilização emocional. Ao confrontá-lo pelo uso do aparelho celular da falecida mãe, Jina rompe o silêncio resignado, exigindo reparações simbólicas à memória materna. Esse embate atua como o dispositivo de elaboração do luto: ao externalizar a indignação e o ressentimento reprimidos, a personagem permite-se, finalmente, a vulnerabilidade do pranto, que se estende até o crepúsculo como símbolo de sua purificação subjetiva.

Ao retornar para seu apartamento, Jina encontra o novo vizinho realizando uma pequena cerimônia de despedida em homenagem ao antigo morador e observa a cena da porta. Em seguida, decide ligar para Sujin e, pela primeira vez, se permite falar com franqueza e admite que não gosta de fazer as coisas sozinha e pede desculpas por sua postura distante e pouco acolhedora. Ainda que sutilmente, o filme sugere que a abertura ao outro pode representar uma possibilidade de ressignificação da atividade de trabalho e da própria vida da protagonista.

Nesse contexto, a relação com o pai adquire um novo significado. Jina começa a compreender que manter distância não equivale à justiça nem a proteção. O silêncio não repara o passado nem ameniza a dor da perda; ao contrário, prolonga a solidão de ambos. O ressentimento que ela carrega transforma-se, então, em um obstáculo não apenas à possibilidade de reconciliação, mas sobretudo ao seu próprio amadurecimento emocional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enredo mostrado em *Aloners* sugere uma fissura nas estratégias defensivas construídas por Jina ao longo do filme. À

luz da psicodinâmica do trabalho, esse deslocamento não indica uma ressignificação plena do sofrimento, mas a abertura de um espaço no qual a dor, antes rigidamente evitada, começa a ser reconhecida e colocada em relação com o outro. Trata-se menos de uma superação do sofrimento e mais do início de um processo de elaboração, ainda frágil e inacabado.

O desfecho da obra, caracterizado por uma sobriedade aberta a interpretações, sugere uma transição sutil, porém profunda, em direção à interatividade. Gestos aparentemente triviais — como a concessão de férias, o desligamento da televisão ao deitar, a abertura das cortinas e a observação atenta do ambiente externo durante o trajeto de ônibus — sinalizam o esmaecimento da armadura defensiva da protagonista. Ao atender à chamada do pai e registrar seu nome na agenda telefônica, Jina inaugura uma abertura hesitante à alteridade, permitindo-se falar e ouvir. Longe de representar uma cura definitiva ou uma reconciliação plena, tais atos configuram deslocamentos subjetivos que insinuam o despertar de uma nova forma de existir e se relacionar com o mundo.

Em síntese, a trajetória de Jina ilustra a fragilidade das estratégias defensivas quando confrontadas com a crueza da desumanização contemporânea e do luto não elaborado. A análise evidencia que o isolamento autoimposto pela protagonista não constitui apenas uma escolha de estilo de vida, mas um mecanismo de preservação psíquica diante de um cotidiano laboral que exige a automação dos afetos e a negação da alteridade. Entretanto, a falência dessa armadura, manifestada pelas reações somáticas e pelo confronto final com o passado, revela que a subjetividade resiste à total reificação.

Conclui-se que o percurso de Jina, ao transitar do retraimento defensivo para a abertura hesitante ao outro, sinaliza a urgência de resgatar o sentido do trabalho e da existência para além das métricas de produtividade. O filme, portanto, atua como uma potente crítica social, demonstrando que o reconhecimento da vulnerabilidade e a retomada dos vínculos intersubjetivos caminhos possíveis para a reconstrução do “eu” em um mundo marcado pela solidão institucionalizada.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, C. Cooperação e construção da identidade no trabalho. *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 55-68.

DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. *In*: HIRATA, H. (org.). **Sobre o “modelo” japonês**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 281–309.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. São Paulo: Editora FGV, 2004.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012.

MOLINIER, P. O trabalho e a construção da identidade. *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 115-133.

CAPÍTULO 8



O TRABALHO QUE SUSTENTA, MAS NÃO CONTA: gênero e a desvalorização do cuidado em Dra. cha

Jayane Evellen de Fátima Cruz de Souza

1 INTRODUÇÃO

A série *Doctor Cha Jeong-suk*, conhecida no Brasil como “*Dra. Cha*”, foi lançada no ano de 2023 sob a direção de Kim Dae-jin e Kim Jung-wook. Apesar da produção ser sul-coreana, teve ampla divulgação internacional quando estreou na plataforma de streaming *Netflix*. A série tem uma temporada e conta com 16 episódios de, em média, 60 minutos de duração. Formato comum na Coreia do Sul, principalmente nos K-dramas, como são chamadas as séries do país que possuem drama, melodrama, comédia e romance.

A personagem principal, Cha Jeong-suk interpretada pela atriz Uhm Jung-hwa, é uma médica formada há mais de 20 anos e que nunca exerceu a medicina porque ainda na faculdade

engravidou e optou por seguir a vida para cuidar da casa e da família. O elenco principal também é composto por Seo In-ho, interpretado por Kim Byung-chul, marido de Cha e um dos cirurgiões e preceptores mais respeitados de Seul, assim como do maior hospital de lá.

Outra personagem que participa ativamente do enredo é Myung Se-bin, interpretada pela atriz Choi Seung-hi, médica especialista em medicina da família, também é preceptora de residentes no mesmo hospital, além de ter sido o primeiro amor de In-ho, também tem uma filha com ele e é amante. Por fim, o último personagem principal da trama é o médico Roy Kim, interpretado pelo ator Min Woo-hyuk, cirurgião hepatologista que inicialmente trabalha fora do hospital onde toda a trama acontece, mas, logo em seguida é contratado.

A história por trás do enredo da série é a seguinte: Cha adoece após 20 anos dedicados ao trabalho doméstico e à criação dos filhos. Ela precisa passar por uma cirurgia de transplante de fígado e, mesmo sendo compatível, o marido se nega a realizar a doação. Diante disso, Cha entra na fila de transplante e consegue sobreviver após a cirurgia.

Após perceber o desprezo e a desvalorização que sofreu, principalmente por não ocupar um lugar ativo economicamente, tanto na vida social quanto em casa, ela decide prestar a prova de residência médica para o maior hospital da cidade, o mesmo em que o marido trabalha.

Cha passa por diversas situações de preconceito por ser uma mulher mais velha, apesar de demonstrar conhecimento suficiente para ser aprovada no processo seletivo. A protagonista consegue ingressar como residente na área de Medicina de Família, cuja preceptora é a amante de seu marido. O desenrolar da história apresenta uma mulher de quase 50 anos, redescobrimdo a profissão que escolheu aos 20, em um contexto social que a minimiza e invalida tudo o que ela construiu ao longo dos anos fora do mercado de trabalho. Existem outros pontos que também se desenvolve, como traição, divórcio após os 40 anos e novas possibilidades de amar.

A partir desse enredo, a série ultrapassa uma narrativa individual de superação e apresenta elementos que dialogam diretamente com discussões centrais do mundo do trabalho. As experiências vivenciadas por Cha Jeong-suk permitem problematizar processos de desvalorização social e laboral a partir de papéis de gênero e idade, especialmente no que se refere à construção da identidade feminina em contextos marcados por desigualdades simbólicas e estruturais.

O presente capítulo propõe uma análise crítica da série sul-coreana *Doctor Cha* (2023) à luz dos referenciais teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e das interseções entre gênero, idade e trabalho. A narrativa, que acompanha o retorno tardio de Cha Jeong-suk à medicina após duas décadas de dedicação exclusiva à esfera reprodutiva e doméstica, transcende o melodrama convencional para oferecer um fecundo campo de investigação sobre a construção da identidade feminina. Além disso, será discutido como as estruturas de poder hospitalares e as dinâmicas familiares operam processos de desvalorização e invisibilidade da mulher, problematizando a transição de um “não-lugar” econômico para a reocupação do espaço produtivo.

2 CHA JEONG-SUK E A INVISIBILIZAÇÃO PRODUZIDA PELO TRABALHO DOMÉSTICO

Antes de aprofundar as questões relacionadas à invisibilização do trabalho doméstico e de cuidado, é importante compreender como se configura a participação das mulheres no mercado de trabalho. Hirata (2002) explica que a partir dos anos 1990, é observado um crescimento da inserção feminina na esfera produtiva, tanto em atividades formais quanto informais da vida econômica, com destaque para o setor de serviços. Contudo, essa ampliação da participação feminina ocorre, majoritariamente, em condições de trabalho precárias e vulneráveis, realidade recorrente em diferentes contextos, como na Ásia, na Europa e na América Latina (Hirata, 2002).

Portanto, observa-se que o contexto no qual Cha Jeong-suk está inserida ainda se encontra em um estágio de desenvolvimento no que diz respeito ao trabalho produtivo feminino. Não se trata de um fenômeno recente, mas de um processo histórico relativamente recente, considerando que a intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente a partir da década de 1990, ocorreu há pouco mais de três décadas.

Nesse cenário, a trajetória de Cha evidencia as permanências das desigualdades de gênero, sobretudo no que se refere à valorização social do trabalho feminino e às dificuldades enfrentadas por mulheres que interrompem suas carreiras para se dedicar ao trabalho doméstico e de cuidado.

Logo no episódio inaugural, a recusa de Seo In-ho em doar parte do fígado à esposa transcende o egoísmo individual, revelando uma hierarquização utilitarista da existência humana. Sob a ótica do personagem, a vida de um cirurgião de prestígio, inserido produtivamente no mercado, detém uma valoração superior à de Cha, cuja trajetória foi confinada à esfera do trabalho reprodutivo e doméstico. Essa postura explicita a lógica de que a identidade e a dignidade do sujeito estariam condicionadas à sua capacidade de gerar capital e ocupar espaços de poder, relegando à invisibilidade e ao desvalor aqueles que se encontram à margem do sistema produtivo formal.

Entretanto, tal compreensão revela-se equivocada, uma vez que as atividades domésticas, embora sistematicamente desvalorizadas em um contexto globalizado e capitalista, constituem, em maior ou menor grau, formas de organização, controle de um território e construção de um mundo próprio (Oliveira; Traesel, 2008). Nessa perspectiva, o trabalho doméstico não pode ser compreendido como desprovido de significado, poder ou agência, mas como um elemento central para a reprodução da vida social.

Ainda que esse trabalho não se converta diretamente em renda monetária para Cha Jeong-suk, ele sustenta material e simbolicamente a trajetória profissional masculina, ao garantir

as condições necessárias para que In-ho construa e mantenha uma carreira de sucesso. Assim, evidencia-se a assimetria de gênero que estrutura a divisão sexual do trabalho, na qual o êxito profissional masculino é viabilizado pelo trabalho invisibilizado das mulheres, reforçando relações de dependência.

3 TRABALHO DE CUIDADO E TENSÕES FAMILIARES NA EXPERIÊNCIA LABORAL DAS MULHERES

Ainda no primeiro episódio é possível ver uma conhecida do convívio social de Cha, elogiando-a e falando que ela fez uma boa escolha ao dedicar a vida apenas à casa e à família. O comentário é feito em tom aparentemente elogioso demonstra uma forma de validação social dentro daquele contexto cultural.

Porém, no interior da família, essa questão não é compreendida como uma escolha, mas como uma obrigação, especialmente na relação com a sogra, o marido e os filhos. Além de acreditarem que ela deve exercer o trabalho doméstico e de cuidado, eles a tratam como se fosse uma empregada que não integra plenamente a família, evidenciando uma dinâmica de desvalorização e hierarquização no âmbito familiar.

Tendo isso em vista, a partir do episódio 3, é possível ver o estranhamento da família quando Cha, decepcionada com o marido por causa do transplante, faz a prova de residência médica e passa. Ou seja, a pessoa que era responsável pelo cuidado de todos em casa, prioriza a vida laboral externa ao lar e deixa de ser o suporte que eles queriam e precisavam para se manterem exitosos.

Esse panorama demonstra que, naquele contexto, é possível inferir a presença de comportamentos que validam a divisão sexual do trabalho. Isso se evidencia na expectativa de que In-ho deva trabalhar fora e prover a família, enquanto Cha Jeong-suk deve permanecer no espaço doméstico, cuidando dos filhos e do lar.

A esse respeito, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho refere-se à distribuição diferencial

de homens e mulheres no mercado de trabalho, tanto entre ofícios quanto entre profissões, bem como às variações dessa distribuição no tempo e no espaço. As autoras destacam ainda que essa lógica também se expressa na divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidado entre os sexos.

Além disso, a repulsa pela nova vida da protagonista também pode ser explicada pela quebra do ideal de família. Oliveira e Traesel (2008) explicam esse fenômeno como privatização da família, em que existe a construção de um mundo feminino que se coloca oposto ao mundo público, já dominado pelo masculino nas práticas sociais. Ou seja, a insatisfação da família não é apenas uma reação individual/coletiva ou afetiva, mas expressa uma ruptura simbólica com um modelo idealizado de família. Não é uma preocupação legítima com o futuro da protagonista e sim o sentimento de ameaça de que a autonomia de Cha finde com a estrutura tradicional de gênero que sustenta aquele arranjo familiar.

Ademais, pode-se enfatizar o desconforto do marido, uma vez que tal reação pode ser compreendida à luz do que Hirata e Kergoat (2007) denominam efeito *boomerang*. Esse conceito refere-se ao processo pelo qual aquilo que tradicionalmente se reconhece como família se reconfigura e passa a emergir, prioritariamente, como um espaço de exercício do trabalho, centrado no trabalho produtivo e na figura do trabalhador masculino, qualificado e socialmente valorizado.

Nesse sentido, In-ho é diretamente implicado nesse contexto, uma vez que perde o lugar de provedor exclusivo e compartilha essa posição com a esposa, tensionando as bases simbólicas que sustentavam sua identidade masculina e profissional.

4 TRABALHO, SUBJETIVIDADE E PERTENCIMENTO SOCIAL EM DRA. CHA

Partindo do entendimento de que o trabalho exerce um papel central na vida humana, compreende-se que, em uma

sociedade movida pelo capital, ele também ocupa posição central na organização da coletividade. No contexto da série, percebe-se que Cha Jeong-suk não se sente pertencente à sociedade justamente pela falta de reconhecimento e de importância social atribuída ao seu papel.

Ainda que seu marido disponha de recursos financeiros e forneça dinheiro para participar da dinâmica econômica, isso não é suficiente para que ela se perceba ocupando um lugar social legítimo, uma vez que tal pertencimento está vinculado ao exercício e ao reconhecimento do trabalho. Essa compreensão pode ser articulada ao conceito de funcionalidade, proposto pelo sociólogo Nun (1969), segundo o qual apenas aqueles que possuem participação efetiva no processo econômico são considerados funcionais dentro desse contexto social.

Tendo isso em vista, é importante observar as consequências subjetivas no âmbito laboral a partir da mudança de perspectiva da protagonista, à medida que ela passa a atuar na dinâmica econômica e social. Em diversos momentos, Dra. Cha é invalidada por profissionais do hospital e por sua própria família, por meio de preconceitos de gênero e etários. Em muitas dessas situações, ela não reage aos ataques, o que pode levar o espectador a interpretar, equivocadamente, que há concordância com o que lhe é imposto.

Entretanto, é importante não esquecer não só da importância do trabalho para esse contexto, mas também nas consequências sociais que se desencadeiam. Dejours (2004) postula que a inteligência no trabalho se manifesta, primordialmente, por meio do corpo. Nesse sentido, o corpo não é apenas um instrumento biológico, mas o *locus* onde reside a apreensão sensível do real; é por meio desse “corpo-próprio” que o sujeito se engaja no mundo e o subjetiva. Assim, o investimento corporal na atividade laboral constitui um processo de apropriação da realidade, no qual a subjetividade habita o organismo e, simultaneamente, é por ele moldada em sua interação com o meio. Dessa forma, o autor compreende que o trabalho ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho, mobilizando a personalidade por completo.

Desse modo, vê-se que Dra. Cha, durante muito tempo silencia ao ser humilhada pelos colegas, minimiza o próprio desconforto e transforma a injustiça que vive em mola propulsora para seguir seu sonho de terminar a residência. Essa atitude não deve ser vista como passividade, mas como uma estratégia psíquica de sobrevivência. Isso pode ser articulado com o que Dejours (1994) chama de estratégias defensivas, as quais são construções psíquicas individuais ou coletivas destinadas a lutar contra o sofrimento no trabalho, permitindo aos trabalhadores suportá-lo sem adoecer imediatamente, já que o trabalho pode ser passível de prazer e sofrimento.

Porém, mesmo adotando essa estratégia, Cha Jeong-suk adocece. Já no final da série, o fígado transplantado apresenta falhas devido à rotina do hospital e toda a carga emocional que ela enfrenta. Por fim, esse episódio serve para que ela tome decisões sobre sua vida. Ela se divorcia após a descoberta de uma traição que durou por mais de 15 anos, faz outro transplante, agora com o ex-marido sendo o doador do fígado, e consegue finalizar a residência médica. E, mesmo com as investidas de Dr. Roy, seu amigo e médico hepatologista, ela prefere seguir sozinha. Abre uma clínica de medicina da família e consegue, finalmente, se colocar no mercado de trabalho formal mesmo passando por tantas adversidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série *Dra. Cha* é uma produção audiovisual coreana que aborda temas pertinentes à sociedade contemporânea, não apenas no contexto asiático, mas em uma dimensão global. Isso se deve ao fato de que o trabalho ultrapassa barreiras geográficas e culturais e, embora se manifeste de formas distintas conforme cada contexto social e laboral, suas consequências para o trabalhador revelam similaridades que se mantêm ao longo do tempo.

Portanto, considera-se que trazer temáticas que demonstram de maneira mais clara e precisa o preconceito

enraizado nessa cultura acerca do papel da mulher quando se fala de trabalho é também uma forma de crítica social, tendo em vista o alcance mundial que a série teve. Colocar em foco a minimização do trabalho doméstico e de cuidado revisita um imaginário social marcado pela invisibilização e pela normatização de um trabalho não remunerado e não reconhecido, inclusive, pelos próprios beneficiários. Trata-se de um fenômeno profundamente danoso para a sociedade em geral, mas, sobretudo, para as mulheres, que ainda constituem a maioria nesse papel.

Por fim, o desfecho da série mostra-se extremamente acertado ao evidenciar uma mudança significativa na visão da Dra. Cha acerca do trabalho e do papel que ela deseja exercer no mercado laboral, ao mesmo tempo em que não apaga de sua trajetória os anos dedicados ao trabalho doméstico. Trata-se de uma mudança de funcionalidade econômica e social que impacta diretamente a percepção de si, bem como o reconhecimento e o fortalecimento de suas próprias habilidades.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1994.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, México, DF, v. 5, n. 2, p. 178-236, 1969.

OLIVEIRA, C. R.; TRAESEL, E. S. Mulher, trabalho e vida familiar: a conciliação de diferentes papéis na atualidade. **Disciplinarum Scientia – Saúde**, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 149-163, 2008.

CAPÍTULO 9



O TRABALHO DOCENTE EM CENA: uma análise psicodinâmica do filme *O Bom Professor*

Joana Dar'k Costa

Anísio José da Silva Araújo

O trabalho docente se constitui, historicamente, como um campo atravessado por tensões, exigências e conflitos que atravessam as vivências dos/as professores/as no exercício da docência. Nas configurações contemporâneas da escola, marcadas pela incorporação de racionalidades neoliberais de gestão, tais tensões tendem a se intensificar. Amplia-se o conjunto de responsabilidades atribuídas aos docentes, ao mesmo tempo em que se fortalecem dispositivos de controle e de responsabilização individual e se fragilizam os coletivos de trabalho. Nesse contexto, reduzem-se os espaços institucionais destinados à discussão e à elaboração coletiva, deslocando-se para o/a professor/a a gestão de conflitos, riscos e dilemas éticos inerentes à atividade docente.

É nesse cenário que se insere o filme francês *O Bom Professor*, drama dirigido por Teddy Lussi-Modeste e inspirado em fatos reais, que acompanha a trajetória de Julien (interpretado

por François Civil), professor de literatura em um *lycée* francês. A partir de uma acusação de assédio formulada por uma aluna, instauram-se dinâmicas de suspeição, vigilância e isolamento em torno de seu trabalho. O conflito inicial extrapola rapidamente os limites da sala de aula, reconfigurando as relações com colegas, com a gestão e com a comunidade escolar, comprometendo as condições de exercício do trabalho do professor no cotidiano escolar.

Diante da acusação, a instituição escolar aciona procedimentos formais de apuração e busca apresentar-se como instância de resposta à crise. O filme evidencia, contudo, que tais dispositivos são orientados prioritariamente pela necessidade de autoproteção institucional. Em vez de favorecer uma análise coletiva da situação e do trabalho envolvido, as respostas adotadas instauram um clima de incerteza que fragiliza os vínculos profissionais e contribui para o isolamento progressivo do docente. O conflito é tratado como um problema administrativo, enquanto o trabalho real e seus efeitos subjetivos permanecem pouco considerados.

Esse descompasso entre a formalização institucional do conflito e a vivência singular do professor justifica a adoção da Psicodinâmica do Trabalho como referencial analítico. Ao conceber o trabalho como espaço de mobilização da subjetividade frente aos constrangimentos da organização do trabalho (Dejours; Abdoucheli; Jayet 1994; Dejours, 2004), esse referencial permite apreender a distância entre trabalho prescrito e trabalho real, bem como os modos pelos quais se manifestam, na experiência de trabalho, o sofrimento e o prazer, o reconhecimento, a cooperação e as estratégias coletivas de defesa.

À luz desse aporte teórico, este capítulo analisa o trabalho docente apresentado no filme *O Bom Professor*, tomando a narrativa cinematográfica como espaço de problematização das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. Busca-se compreender como a acusação de assédio e as respostas institucionais alteram a experiência de trabalho de Julien,

repercutindo em sua relação com os alunos, com os colegas e com a própria instituição, bem como em sua saúde psíquica e em sua posição subjetiva no trabalho.

1 O TRABALHO DOCENTE SOB SUSPEITA: SOFRIMENTO ÉTICO E PRODUÇÃO DO MAL-ESTAR

No filme *O Bom Professor*, a acusação de assédio dirigida ao professor Julien inaugura uma situação de trabalho marcada pela insegurança e pela ausência de referências institucionais para a atividade docente. Desde o início do conflito, práticas correntes da sala de aula passam a ser vistas sob o signo da desconfiança, deslocando o lugar da palavra do professor e fragilizando as bases da relação pedagógica.

As decisões tomadas por Julien nesse cenário não se restringem a aspectos pedagógicos, mas implicam exigências éticas e subjetivas que demandam do professor um engajamento sem respaldo na organização do trabalho. O descompasso entre trabalho prescrito e trabalho real torna-se evidente quando a instituição passa a reavaliar retrospectivamente a atividade de trabalho do professor, convertendo a iniciativa pedagógica em objeto de suspeição. Como assinala Dejours (2004), é nesse hiato que o sofrimento tende a se intensificar, sobretudo na ausência de reconhecimento do investimento subjetivo implicado no trabalho.

Em cenas posteriores em sala de aula, Julien mantém sua prática pedagógica, baseada na escuta e na atenção aos alunos, embora em um contexto de vigilância institucional. Pausas antes de intervir, silêncios diante de provocações e o cuidado redobrado na escolha das palavras evidenciam como a suspeita passa a se inscrever no cotidiano de sua atividade de trabalho.

Ao insistir em seu modo singular de realizar o trabalho nesse contexto de suspeita, o professor acentua a tensão com a organização do trabalho escolar. A situação se expressa em gestos cotidianos de distanciamento: colegas evitam o contato,

interrompem conversas quando ele se aproxima ou hesitam em apoiá-lo publicamente, fragilizando os coletivos de trabalho e aprofundando o isolamento do docente.

Trata-se, assim, de sofrimento ético, que emerge quando o trabalhador se vê impedido de exercer sua atividade de acordo com os valores que orientam seu compromisso profissional. Julien não é punido por uma transgressão deliberada, mas por permanecer fiel a um ideal pedagógico fundado na proximidade, na escuta e na implicação relacional, em uma situação de trabalho que já não oferece condições de reconhecimento institucional. Como destaca Dejours (2009), o sofrimento ético se produz na impossibilidade de realizar um trabalho que o sujeito considere justo sem colocar em risco sua integridade simbólica e profissional.

2 DO TRABALHO DOCENTE À VIDA: QUANDO O SOFRIMENTO NÃO ENCONTRA ABRIGO

Para a Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento ocupa um lugar central na compreensão da experiência laboral. Segundo Dejours (2022), ele é inerente ao trabalho e não pode ser eliminado, apenas transformado. Essa transformação depende das possibilidades de elaboração coletiva e do reconhecimento do trabalho realizado. Quando essas condições se fragilizam, o sofrimento deixa de encontrar vias de elaboração e tende a assumir caráter patogênico, produzindo efeitos sobre a identidade profissional e a saúde mental do/a trabalhador/a.

No filme, o sofrimento não se manifesta de forma abrupta, mas se instala progressivamente, à medida que o trabalho de Julien deixa de encontrar respaldo tanto na instituição escolar quanto nos vínculos cotidianos com alunos, colegas e direção. Mais do que a acusação em si, o que se observa é a perda das condições mínimas de reconhecimento do trabalho, substituídas por uma lógica de desconfiança que desorganiza a experiência profissional.

A propagação da acusação, alimentada por interpretações que circulam no espaço escolar sem mediação institucional consistente, encontra terreno fértil no vazio organizacional. Nesse cenário, a implicação subjetiva, constitutiva do trabalho educativo, deixa de ser reconhecida como recurso pedagógico e passa a operar como fator de risco.

O sofrimento atravessa o corpo sob a forma de insônia, ansiedade e vigilância constante e alcança a vida privada, envolvendo o companheiro, os vínculos afetivos e a estabilidade. O filme evidencia que o sofrimento no trabalho nunca é neutro nem estritamente individual: trata-se de uma experiência relacional, social e institucionalmente produzida.

No filme, o companheiro de Julien acompanha de perto o agravamento da situação, oferece suporte afetivo e assume custos financeiros decorrentes da defesa jurídica, reorganizando a vida do casal em função da acusação de assédio.

A tensão se intensifica quando o professor passa a ser alvo de ameaças externas por parte do irmão da aluna que formulou a acusação, deslocando o conflito do plano simbólico para o registro da violência concreta. Essa escalada torna ainda mais visível a fragilidade da proteção oferecida pela instituição escolar. Do ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2004; 2022), a ausência de um coletivo capaz de legitimar a palavra do/a trabalhador/a produz um efeito central: a individualização da responsabilidade pelo conflito e pelo sofrimento. Ainda que o apoio do companheiro seja significativo, ele não substitui o reconhecimento no trabalho nem recompõe os vínculos profissionais rompidos.

Esse quadro se agrava quando a homossexualidade de Julien vem a público e passa a operar como marcador moral que amplia a suspeição. Atitudes, gestos e o engajamento subjetivo nas atividades passam então a ser relidos à luz da acusação, estabelecendo associações indevidas entre sua orientação sexual e o suposto assédio. Trata-se, portanto, de um processo de desqualificação do professor, no qual elementos da vida privada são mobilizados para fragilizar sua posição no trabalho.

Nesse sentido, o filme sinaliza que, quando o sofrimento no trabalho não encontra abrigo no coletivo de trabalho, ficam comprometidas suas possibilidades de transformação, o que tende a intensificar seus efeitos sobre a saúde mental e os vínculos afetivos.

3 O QUE RESTA DE UM PROFESSOR: A RUPTURA DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

À medida que a acusação se consolida e a resposta institucional passa a se organizar em torno da suspeita e da defesa da própria instituição, o conflito deixa de se circunscrever às condições imediatas do trabalho e passa a atingir o próprio lugar do professor na escola. O que se vê ameaçado não é apenas a continuidade da atividade docente, mas a própria identidade profissional construída e reconhecida no interior da instituição e do coletivo de trabalho.

Antes desse episódio, Julien se apresenta como um professor implicado em seu trabalho, cuja prática se apoia na atenção aos alunos, na escuta e no compromisso ético com a relação educativa. Esses gestos, constitutivos do trabalho real docente, funcionam como fundamentos da identidade profissional, na medida em que permitem ao sujeito reconhecer-se, e ser reconhecido, como professor.

Com a acusação esse reconhecimento se inverte. Práticas que antes eram compreendidas como expressão de investimento pedagógico passam a ser reinterpretadas sob o signo da suspeita. Gestos ordinários do trabalho docente são descontextualizados e submetidos a uma leitura normativa e moralizante que desautoriza o professor como profissional legítimo. O que se rompe, portanto, não é apenas uma relação pontual de confiança, mas o quadro de referências que conferia sentido e legitimidade à atividade docente.

O professor deixa de ser reconhecido como sujeito que mobiliza sua subjetividade, sua inteligência prática e sua

responsabilidade ética na condução da atividade, passando a ser tratado como um risco a ser administrado pela instituição. Esse deslocamento inviabiliza a recomposição dos vínculos no interior do coletivo de trabalho e aprofunda a desestabilização da identidade profissional.

Como aponta Dejours (2022), a negação do reconhecimento atinge o núcleo do sentido do trabalho, produzindo efeitos que ultrapassam o medo da punição ou da perda do emprego. O sofrimento que daí decorre compromete a possibilidade de o sujeito reconhecer-se e de ser reconhecido no que faz. No caso analisado, essa ruptura se traduz na erosão progressiva do lugar de Julien como professor, fragilizando sua autoridade pedagógica e sua inserção no coletivo de trabalho.

O reconhecimento no trabalho (Dejours, 2022) revela-se, assim, não como elemento acessório, mas como condição estruturante da saúde mental e da identidade. Quando é rompido de forma injusta e sem possibilidade de elaboração, o trabalho deixa de operar como fonte de sentido e passa a ameaçar a própria legitimidade do sujeito. O que resta, então, não é apenas um professor em sofrimento, mas um sujeito cuja identidade se vê profundamente abalada pela ruptura das referências que davam sentido ao exercício da docência.

Em *O Bom Professor*, o protagonista mantém um ideal pedagógico orientado pela implicação, pela presença e pela responsabilidade ética diante dos alunos. Ensinar, para ele, não se reduz à aplicação de protocolos ou à execução de tarefas previamente definidas, mas envolve lidar com as situações concretas que emergem na sala de aula, exigindo sensibilidade pedagógica, interpretação das circunstâncias e decisões construídas no próprio curso da atividade. É nesse enfrentamento cotidiano das exigências do trabalho real que se configura sua maneira de exercer a docência.

Quando a organização do trabalho passa a restringir a autonomia do professor e a limitar os espaços de mobilização da subjetividade, essa implicação subjetiva deixa de ser reconhecida como recurso pedagógico. Aquilo que, no trabalho real, constituía

um elemento central da atividade docente passa, então, a ser percebido como um excesso a ser controlado.

Produz-se, desse modo, uma experiência típica de sofrimento ético: o professor vê-se impedido de agir de acordo com aquilo que considera justo, sem colocar em perigo sua integridade profissional e subjetiva. O conflito deixa de ser apenas técnico ou organizacional e passa a incidir diretamente sobre os valores que orientam o engajamento no trabalho.

A cena final, em que o professor perde o controle diante de um aluno, não constitui um desvio moral nem um erro pedagógico isolado. Ela marca o colapso das estratégias defensivas que até então permitiam realizar o trabalho apesar da violência simbólica acumulada. Não se trata de explosão, mas de esgotamento: o grito emerge quando já não há mais palavra possível no interior da instituição.

O desfecho do filme não é trágico no sentido espetacular. A narrativa se encerra sem que haja reparação institucional, reconhecimento tardio ou reconfiguração do trabalho como fonte de sentido para o sujeito. O que permanece é a figura de um professor em sofrimento, cuja identidade profissional se vê profundamente desestabilizada e que se confronta com a dificuldade de continuar investindo em uma atividade que já não lhe oferece condições de reconhecimento nem de legitimação de seu trabalho.

Nesse sentido, o filme evidencia como o trabalho pode constituir uma importante fonte de prazer, saúde, sentido e realização para o sujeito, ao mesmo tempo em que envolve experiências de sofrimento inerentes à atividade. Contudo, também pode tornar-se um espaço de vulnerabilização da identidade e de produção de adoecimento quando se fragilizam as condições de reconhecimento, cooperação e confiança que sustentam o coletivo de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tornar visíveis as vivências do trabalho docente por meio do personagem Julien, *O Bom Professor* oferece uma

contribuição contundente para a compreensão dos desafios contemporâneos da docência e dos modos pelos quais a organização do trabalho repercute sobre a saúde mental dos(as) professores(as). Ao recusar soluções fáceis ou moralizantes, o filme recoloca uma questão central para a Psicodinâmica do Trabalho: quando a organização do trabalho transforma a implicação subjetiva em risco e rompe os coletivos que poderiam acolher e elaborar o sofrimento, o adoecimento deixa de ser exceção.

Ao final, o filme lembra que o trabalho docente deixa de se constituir como fonte de sentido quando a própria instituição desautoriza, silencia e isola aqueles que o realizam. Assim, mais do que denunciar o sofrimento, a narrativa convida a refletir sobre as condições coletivas necessárias para que o trabalho docente possa voltar a constituir uma fonte de sentido, reconhecimento e saúde.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Tradução: Françoise Soudant. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 47–104.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DEJOURS, C. **O que há de melhor em nós: trabalhar e honrar a vida**. São Paulo: Blucher, 2025.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo: trabalho e sexualidade**. Brasília: Paralelo 15, 2022. v. 1.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. Tradução: Maria Irene Stocco Betiol et al. São Paulo: Atlas, 1994.

CAPÍTULO 10



O TRABALHO COMO PALCO: sentidos, significados e reconhecimentos a partir do documentário *convergência: coragem em tempos de crise*

Lucas Eurikes Melo Vasconcelos

Neste capítulo será realizada uma análise e discussão sobre a dimensão psicológica do trabalho à luz da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), utilizando como objeto de estudo o documentário *Convergência: coragem em tempos de crise*. Sob a direção de Orlando von Einsiedel, a obra apresenta os impactos da pandemia da Covid-19 em escala global, articulando nove narrativas que se conectam para ilustrar os desafios desse período.

O documentário retrocede à gênese da crise sanitária na China, em dezembro de 2019, para fundamentar um enredo pautado na vivência de indivíduos marginalizados (como refugiados, negros e pessoas em situação de rua). Os relatos evidenciam como o espírito colaborativo e o trabalho permeiam a resistência diante das vulnerabilidades sociais acentuadas pelo isolamento.

Entre as trajetórias inaugurais apresentadas, destaca-se a de Wenhua Lin, profissional do segmento de comunicação digital em Wuhan, China. Antes da eclosão da pandemia, Lin mobilizava sua expertise em mídias sociais para o registro e a difusão da realidade local, utilizando o suporte digital como ferramenta de documentação social. Frente à paralisia imposta pelas restrições de distanciamento, Lin transita para o engajamento presencial ao voluntariar-se para o transporte de profissionais da saúde. Após a interrupção dessa atividade, motivada pelo elevado índice de infecções, ele redireciona seu esforço para a logística de medicamentos, mantendo sua atuação em prol da coletividade.

Esse movimento ressignifica sua atuação ao validar o papel do trabalho como mediador insubstituível entre a identidade individual e o campo social (Dejours, 2016). Mesmo sob o risco iminente de infecção, Lin reafirma seu compromisso ético ao transformar o temor em sofrimento criativo, processo no qual o sujeito subverte a carga psíquica negativa em uma ação de utilidade coletiva. Tal persistência em manter-se produtivo durante a crise reitera a tese da centralidade do trabalho na constituição do equilíbrio psíquico.

Sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), o ato de trabalhar transcende a mera produção de bens ou serviços, configurando-se como um engajamento do corpo e da inteligência que permite ao sujeito preencher a lacuna entre o que é prescrito e o real da situação (Dejours, 2004). Nesse sentido, a mobilização subjetiva observada não apenas contribui para a manutenção da saúde mental, mas funciona como um recurso de enfrentamento. Ao transformar o sofrimento em ação e cooperação, o trabalho consolida-se como um mediador fundamental para a construção da saúde mesmo em contextos de calamidade (Dejours, 2016).

A dimensão global da crise também é reiterada pelas experiências de casais em diferentes continentes, como Sara Khaki e Mohammad Reza Eyni, no Irã, e Nupur Upadhyay e Mohit Aggarwal, na Índia. Apesar das distâncias geográficas, ambas as histórias convergem ao expor as angústias e vulnerabilidades psicossociais intensificadas pelo confinamento e pela incerteza.

No contexto iraniano, soma-se a essa carga psíquica a percepção de uma gestão governamental ineficaz, o que amplia o sentimento de desamparo. Esses relatos evidenciam que, para além das especificidades locais, a pandemia impôs um desafio comum à subjetividade: a necessidade de lidar com a suspensão das rotinas e com a precariedade do suporte institucional. Contudo, diferentemente de outras categorias que puderam aderir ao distanciamento social, os profissionais de saúde enfrentaram uma problemática mais acentuada. A essencialidade de suas funções eliminou a possibilidade de escolha sobre o atuar, submetendo-os a uma exposição compulsória ao risco e a uma carga psíquica exaustiva na linha de frente da pandemia (Souza *et al.*, 2021).

Em Londres, Hassan Akkad, cineasta sírio radicado em Londres na condição de imigrante, aprofunda a discussão sobre a centralidade do trabalho ao evidenciar a mobilização subjetiva de sujeitos imigrantes na base da estrutura hospitalar. Na vivência do trabalho na área da higienização de alas hospitalares, Akkad exemplifica o engajamento do corpo e da inteligência necessários para preencher a lacuna entre o trabalho prescrito e o real (Dejours, 2004), ao relatar o enfrentamento a um inimigo invisível:

Hassan Akkad: Chegar na ala de covid-19 já é intimidador. A primeira tarefa é tirar todo o lixo contaminado. É um inimigo invisível. Eu estou petrificado.

Essa carga psíquica é mediada pela construção de um sentido coletivo e ético: a atividade de limpeza é ressignificada pelo coletivo não apenas como tarefa técnica, mas como uma barreira de proteção indispensável à sobrevivência de médicos e pacientes.

Hassan Akkad: Todo dia o meu parceiro de trabalho diz, para me proteger e também a minha família. Para usar EPI e lavar minhas mãos. Preciso trabalhar bem, porque, ao limpar, estou protegendo os médicos e enfermeiras. E também cuidando para que os pacientes estejam num ambiente limpo e desinfetado.

A exposição compulsória ao risco intensifica o sofrimento, contudo, a narrativa revela que a cooperação no seio do coletivo atua como um recurso de resistência (Souza *et al.*, 2021). O relato de Akkad ressalta, ainda, a busca pelo reconhecimento ao destacar que imigrantes e refugiados sustentam o funcionamento das instituições de saúde em postos de alta vulnerabilidade:

Hassan Akkad: Uma das coisas que tenho em comum com meus colegas de trabalho é que não nascemos na Grã-Bretanha. Vivemos como refugiados e imigrantes vindos de mais de dez países. São essas pessoas que mentem nossos hospitais funcionando.

Nesse sentido, Akkad reivindica o julgamento de valor sobre a utilidade social de seu agir laboral (Dejours, 2016). A tensão entre a transitoriedade do trabalho para uns e a identidade vital para outros, como no caso do parceiro de trabalho citado, reitera que o trabalho influencia a inscrição social e a dignidade humana, especialmente para aqueles que buscam reconstruir seu lar em territórios estrangeiros.

No Brasil, a experiência de Renata Alves, organizadora de eventos em Paraisópolis (SP), expande a compreensão sobre a mobilização subjetiva em contextos de exclusão. Ao assumir voluntariamente a função de guia para ambulâncias em sua própria comunidade, Renata preenche uma lacuna crítica deixada pela ausência do Estado, transformando seu saber local em uma ferramenta de sobrevivência coletiva. Segundo Dejours (2004), o trabalho exige do sujeito a capacidade de inventar e reagir ao inesperado, exemplificado na prática pela fala “meu telefone acabou se tornando um número de emergência da comunidade”, evidenciando como o agir laboral se adapta às urgências do real.

Essa atuação, no entanto, ocorre sob uma profunda tensão política e social. Ao afirmar que “para o governo não existimos, somos uma mão de obra barata”, Renata expõe a precarização e a falta de reconhecimento institucional que marcam o cotidiano das periferias. Na ausência do reconhecimento pelo Estado, Renata busca validar sua existência por meio da utilidade social

de sua tarefa, declarando: “o trabalho é o mínimo que posso fazer para garantir meu lugar”.

Além disso, a narrativa de Renata revela que a pandemia atuou como um catalisador de vulnerabilidades pré-existentes. Ao observar que, nas residências visitadas, “a Covid-19 é o menor dos problemas”, ela destaca que a carga psíquica do trabalhador em contextos de calamidade é agravada pela exposição à miséria e ao abandono. Assim, o trabalho de base realizado em Paraisópolis reitera a tese de que o engajamento subjetivo e a cooperação comunitária tornam-se recursos potentes de enfrentamento e de construção de saúde diante da invisibilidade imposta pelo poder público.

No Peru, a experiência da Dra. Rosa Luz López, chefe de UTI em Lima, oferece uma síntese das tensões entre o dever profissional e a preservação da integridade psíquica. Além disso, aborda o peso do sofrimento psíquico diante de um sistema sobrecarregado. A descrição das demandas como “desesperadoras” e “horríveis” corrobora as teses de Souza *et al.* (2021) sobre como a exposição compulsória ao risco e a impossibilidade de distanciamento para os profissionais de saúde intensificam o desgaste emocional. No entanto, esse sofrimento é mediado pelo reconhecimento e pelo sentido ético. A Dra. Rosa ressignifica sua angústia ao projetar no paciente o cuidado que desejaria para seus próprios familiares, transformando o ato técnico em um compromisso de alteridade.

Dra. Rosa: É gratificante ver meus pacientes melhorando. Atendo com carinho porque gostaria que alguém se esforçasse da mesma forma se minha filha ou meus pais precisassem de ajuda. Não quero elogios, quero um sistema de saúde melhor.

Na fala acima, a recusa aos elogios individuais em favor de um clamor por um sistema de saúde melhor sublinha a dimensão política da PDT. Ela desloca o foco da performance individual para a necessidade de suporte institucional e políticas públicas que favoreçam a saúde coletiva (Dejours, 2016). Assim, o

trabalho na UTI deixa de ser apenas uma execução de protocolos para tornar-se um campo de resistência ética, no qual o sucesso depende da interdependência e do reconhecimento mútuo entre os sujeitos que compõem o coletivo de trabalho.

Em Miami, a trajetória do médico Armen Henderson oferece uma camada crítica à análise ao evidenciar como os marcadores sociais de raça e a negligência institucional intensificam a carga psíquica no trabalho. Sua atuação ocorre entre a medicina hospitalar e o ativismo humanitário junto a pessoas em situação de rua.

Armen Henderson: À noite sou médico. Durante o dia, sou ativista comunitário e organizador. Faço o que as autoridades locais deveriam estar fazendo que é cuidando da população como deveria em uma pandemia.

Ao declarar que realiza o que as autoridades deveriam estar fazendo, Henderson demonstra um engajamento subjetivo que vai além do dever técnico, transformando o agir laboral em uma ferramenta de resistência política e social. Entretanto, esse movimento é atravessado pelo sofrimento ético e pela indignação e o sentimento de revolta com o governo. Enquanto fator protetivo para a sua saúde mental, o médico relata:

Armen Henderson: O momento que me sinto melhor em termos de saúde mental é quando estou com minha família. Eu consigo sorrir e esquecer o que está acontecendo temporariamente.

A análise torna-se ainda mais complexa ao observar que Henderson, embora ocupe o lugar de prestígio social, é alvo de preconceito por ser um homem preto. Esse marcador de raça impõe uma barreira ao reconhecimento de sua utilidade social, gerando uma desvalorização que ataca diretamente a própria identidade. Para compensar esse desgaste, a família surge como o principal recurso de estabilização subjetiva e proteção da saúde mental, permitindo a suspensão temporária do sofrimento. Assim, a narrativa de Henderson reitera que o trabalho é central

na construção da saúde, mas sua eficácia enquanto mediador psíquico depende criticamente do reconhecimento social e do suporte coletivo, ambos fragilizados pelo racismo estrutural e pela omissão do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última análise, as narrativas convergentes no documentário demonstram que a superação da crise sanitária transcende a competência técnica, exigindo uma articulação indissociável entre ciência, ética e governança política. As trajetórias de voluntários e profissionais de saúde reafirmam a centralidade do trabalho como mediador da identidade, evidenciando que o ato de trabalhar exige um engajamento do corpo e da subjetividade. Através dos relatos, nota-se que a construção e a manutenção da saúde mental em cenários de calamidade dependem de fatores como o reconhecimento da utilidade social do sujeito e o fortalecimento da cooperação. Sob essa ótica, o trabalho coletivo constitui a riqueza fundamental para a eficácia do agir laboral, construindo e fortalecendo a resistência necessária ao desamparo imposto pela crise.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>.

DEJOURS, C. A centralidade do trabalho para a construção da saúde. [Entrevista concedida a] Juliana de Oliveira Barros e Selma Lancman. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 228-235, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i2p228-235>.

SOUZA, N. V. D. de O. *et al.* Trabalho de enfermagem na pandemia da Covid-19 e repercussões para a saúde mental dos

trabalhadores. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 42, n. esp, e20200225, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200225>.

CAPÍTULO 11



SUBJETIVIDADE, PRECARIZAÇÃO E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE COMISSÁRIAS DE BORDO: uma análise psicossocial do filme *Bem-vindo a Bordo*

Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza

1 INTRODUÇÃO: TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SOFRIMENTO

As transformações recentes do trabalho, intensificadas pelas reestruturações produtivas e pela expansão do setor de serviços, têm produzido impactos profundos sobre a subjetividade e a saúde mental dos trabalhadores. A Psicologia Social do Trabalho, em diálogo com a sociologia crítica e as clínicas do trabalho, tem demonstrado que o sofrimento psíquico não pode ser compreendido como fenômeno individual, mas como resultado de processos sociais e organizacionais que restringem o poder de agir, fragilizam os coletivos e individualizam conflitos estruturais.

O cinema afirma-se como dispositivo analítico privilegiado para apreender a atividade em situação. Conforme assinalam Araújo *et al.* (2020), a imagem em movimento permite “acessar o trabalho real, suas contradições, impasses e invenções, evidenciando aquilo que permanece invisível nos discursos formais sobre o trabalho” (Araújo *et al.*, 2020, p. 27).

O longa *Bem-vindo a bordo*, dirigido por Emmanuel Marre e Julie Lecoustre, oferece material empírico particularmente fecundo ao retratar o cotidiano de comissárias de bordo submetidas a regimes de trabalho marcados pela precarização, intensificação e exigência permanente de engajamento subjetivo.

O filme acompanha o cotidiano de uma jovem comissária de bordo em início de carreira, inserida em uma companhia aérea de baixo custo. A narrativa centra-se na experiência concreta do trabalho, privilegiando o ponto de vista da trabalhadora e a sucessão de situações profissionais que compõem sua rotina de trabalho.

A obra não se estrutura a partir de um conflito dramático clássico, mas por meio do encadeamento de episódios aparentemente ordinários, que, em conjunto, revelam a lógica organizacional do trabalho no setor aéreo contemporâneo. Essa opção narrativa confere centralidade às condições de trabalho, aos dispositivos de gestão e às exigências subjetivas impostas às trabalhadoras.

Este capítulo analisa o filme como dispositivo de análise da atividade de trabalho, articulando contribuições da Psicologia Social do Trabalho, da ergologia, das clínicas do trabalho e dos estudos sobre divisão sexual do trabalho. Sustenta-se que a obra revela, de forma exemplar, a produção social do sofrimento no trabalho contemporâneo e a captura da subjetividade como elemento central das estratégias de gestão no setor de serviços.

2 CINEMA, PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO E ANÁLISE DA ATIVIDADE

A análise da atividade constitui eixo estruturante das abordagens clínicas do trabalho. Diferentemente de perspectivas

centradas exclusivamente na tarefa prescrita, essas abordagens buscam compreender o que os trabalhadores efetivamente fazem para dar conta das exigências do trabalho, das variabilidades e das contingências das situações concretas.

A ergologia oferece importante contribuição ao conceber o trabalho como “dramática do uso de si”, na qual o trabalhador é constantemente convocado a arbitrar entre normas antecedentes e a realidade da situação (Schwartz, 2010). Segundo o autor, “trabalhar é sempre fazer escolhas, correr riscos e assumir responsabilidades, pois nenhuma prescrição é capaz de antecipar totalmente o real” (Schwartz, 2010, p. 191).

A Psicologia Social do Trabalho dialoga com essa perspectiva ao enfatizar que tais arbitragens são atravessadas por relações de poder, desigualdades sociais e dispositivos organizacionais. O sofrimento emerge quando as margens de manobra se estreitam e quando o reconhecimento do trabalho real é substituído por avaliações abstratas e padronizadas.

3 PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR AÉREO

No filme *Bem-vindo a bordo*, a precarização aparece como princípio organizador da atividade. A protagonista encontra-se vinculada a contratos temporários, sem garantia de continuidade, submetida a escalas imprevisíveis e à exigência de disponibilidade permanente. Essa instabilidade atravessa tanto o tempo de trabalho quanto ao modo e tempo de vida, produzindo insegurança crônica e despertencimento.

A experiência retratada insere-se no contexto mais amplo de precarização estrutural do trabalho, característica do capitalismo contemporâneo. Conforme assinala Antunes (2018), a intensificação das jornadas, o acúmulo de funções e a ampliação das exigências subjetivas compõem um cenário de permanente insegurança, no qual o trabalhador é instado a mobilizar não

apenas sua força de trabalho, mas também sua subjetividade, sob condições cada vez mais degradadas.

Estudos sobre a saúde ocupacional de comissários de bordo indicam que as escalas alternadas e as rotinas de trabalho afetam as condições de saúde mental, frequentemente gerando invisibilidades no cuidado e promovendo desgaste psíquico contínuo (Pina *et al.*, 2022).

A precarização incide de forma singularizada em corpos femininos. Hirata destaca que o emprego feminino é estruturalmente mais precário, especialmente nos setores de serviços, e que essas formas de emprego funcionam como laboratório avançado da flexibilização (Hirata, 2006). No filme, a ameaça constante de desligamento opera como dispositivo de gestão pelo medo, restringindo a possibilidade de contestação e de elaboração coletiva do sofrimento.

A intensificação do trabalho manifesta-se na sobreposição de voos, na redução dos tempos de descanso e na exigência de desempenho contínuo, inclusive com solicitação de tarefas ostensivamente cronometradas como a cena da limpeza do avião antes da entrada de novos passageiros. Do ponto de vista psicossocial, tais condições comprometem a recomposição subjetiva e favorecem processos de isolamento e culpabilização individual pela ineficácia produtiva dentro da expectativa empresarial.

4 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

A atividade de comissária de bordo é historicamente feminilizada e associada a atributos como cuidado, empatia e cordialidade. Hirata e Kergoat demonstram que a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: separação e hierarquização, segundo os quais “existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o trabalho masculino vale mais” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

No filme, essas exigências aparecem naturalizadas, como se as competências emocionais fossem inerentes ao feminino. Kergoat enfatiza que a divisão sexual do trabalho constitui uma relação social de poder, com base material, que estrutura as condições de trabalho e de reconhecimento (Kergoat, 2009). A naturalização dessas competências contribui para a invisibilização do trabalho real e para a intensificação silenciosa das exigências emocionais.

5 TRABALHO EMOCIONAL, RECONHECIMENTO E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

O trabalho emocional ocupa lugar central na atividade representada. As comissárias são convocadas a gerir emoções, manter cordialidade e neutralidade afetiva mesmo diante de agressões e humilhações. Esse gerenciamento prescrito das emoções configura forma sofisticada de exploração da subjetividade.

Dejours sustenta que o sofrimento surge quando há ruptura entre o investimento subjetivo do trabalhador e o reconhecimento social do que ele faz. Segundo o autor, “o sofrimento torna-se patogênico quando o sujeito não encontra meios de transformá-lo em ação e de obter reconhecimento pelo trabalho realizado” (Dejours, 2012, p. 43).

No filme, o reconhecimento é substituído por métricas de desempenho e avaliações padronizadas, que desconsideram a complexidade da atividade e produzem sofrimento ético-político, ao obrigar o trabalhador a agir contra seus próprios valores para preservar o emprego. A necessidade de vendas de produtos aos passageiros, estabelecidas em métricas de produtividade diárias, faz extrapolar a destinação histórica desse trabalho, que consistia no acompanhamento de passageiros e garantia de segurança durante o voo.

5.1 Psicologização dos conflitos organizacionais e individualização do sofrimento

As formas contemporâneas de gestão tendem a deslocar conflitos estruturais para o plano individual, processo compreendido como psicologização dos conflitos organizacionais. Problemas decorrentes da precarização e da intensificação são reinterpretados como dificuldades pessoais de adaptação ou resiliência.

Dejours adverte que esse deslocamento despolitiza o sofrimento e fragiliza os trabalhadores, ao responsabilizá-los por problemas organizacionais. Quando não há espaços coletivos de elaboração, o sofrimento tende a se transformar em sofrimento ético, pois obriga o sujeito a consentir com aquilo que fere seus valores (Dejours, 2012).

No filme, as avaliações de desempenho e os discursos organizacionais reforçam essa lógica, silenciando as causas estruturais do sofrimento e favorecendo estratégias defensivas individualizadas, em detrimento do acionamento de estratégias coletivas de defesa entre colegas de trabalho (Dejours; Sznclwa; Mascia, 2008).

A individualização do desempenho é exposta ao longo do roteiro, desde cenas que afirmam a meta individual de vendas até a verbalização pela protagonista da discordância da atuação sindical por melhores condições de trabalho, quando afirma ter mais a perder que os sindicalistas.

5.2 Trabalho emocional como tecnologia de poder e controle da subjetividade

O trabalho emocional deve ser compreendido como tecnologia de poder voltada ao controle da subjetividade. Hirata destaca que as competências emocionais exigidas das mulheres são tratadas como qualidades naturais, e não como trabalho efetivo (Hirata, 2006).

A precarização observada nas situações de trabalho retratadas no filme não implica perda da centralidade do trabalho na vida social. Ao contrário, como assinala Antunes, “o trabalho continua sendo um elemento estruturante da sociabilidade humana, ainda que sob formas cada vez mais precarizadas, intensificadas e degradadas”, o que evidencia que a intensificação e o acúmulo de funções aprofundam, e não substituem, o papel do trabalho na constituição da subjetividade.

No filme, o controle das emoções é rigidamente normatizado desde o treinamento inicial. Dejours observa que o sofrimento ético emerge quando o trabalhador é levado a suportar o que considera injusto sem possibilidade de defesa (Dejours, 2012). A ergologia permite compreender que a imposição de padrões rígidos reduz as margens de renormatização da atividade, empobrecendo o debate de normas (Schwartz, 2010).

O treinamento inicial evidencia disciplinamento dos corpos e das emoções. A jornada fragmentada ilustra a colonização do tempo de vida pelo trabalho. Os conflitos com passageiros revelam trabalho emocional intenso, enquanto os dispositivos de avaliação produzem autovigilância e medo. Em todas as cenas, observa-se o hiato entre trabalho prescrito e trabalho real, núcleo do sofrimento representado.

A apropriação da vida pelo capital não se limita ao tempo de efetivo de trabalho. As viagens e a necessidade de pernoite nas cidades destino, em espaços fornecidos pela empresa e dividido com colegas de trabalho, impossibilitam a convivência com núcleo familiar ou pessoas fora do espaço de trabalho.

Em diferentes momentos da narrativa, a protagonista revela uma relação ambígua com o trabalho. Por um lado, manifesta certa indiferença, limitando-se a executar as tarefas necessárias à manutenção do vínculo laboral; por outro, projeta a possibilidade de uma trajetória profissional mais estável e valorizada, tomando como referência comissárias de bordo vinculadas a companhias aéreas que asseguram melhores condições contratuais e maior reconhecimento simbólico. A aspiração a um trabalho associado a voos mais luxuosos e a destinos mais distantes apresenta-

se, assim, simultaneamente como objetivo de carreira e como expressão dos efeitos da organização do trabalho sobre os projetos de vida. Tal projeção evidencia que as organizações não apenas regulam a atividade laboral, mas também intervêm na construção de expectativas e planos existenciais que, muitas vezes, se afastam das condições ordinárias de sustentação de uma vida comunitária estável.

O uso recorrente de álcool e outras substâncias pela protagonista pode ser interpretado, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, como estratégia defensiva individual diante de uma organização do trabalho que produz sofrimento e restringe as possibilidades de elaboração coletiva. Conforme Dejours, “as estratégias defensivas permitem aos sujeitos continuar trabalhando apesar do sofrimento” (Dejours, 2012, p. 57), ainda que tal continuidade ocorra à custa da própria saúde. No enredo do filme, o consumo de substâncias aparece como tentativa de amortecer os efeitos da intensificação das jornadas, da instabilidade contratual e da exigência permanente de controle emocional, funcionando como recurso individual de regulação do sofrimento. Essa dinâmica evidencia a ausência de espaços institucionais de reconhecimento e cooperação, deslocando para a esfera privada a gestão de conflitos que são produzidos pela própria organização do trabalho. Assim, o filme ilustra a tese de Dejours segundo a qual, quando o sofrimento não encontra vias coletivas de transformação, tende a ser contido por defesas individuais que preservam a possibilidade de trabalhar, mas silenciam os custos subjetivos dessa adaptação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do capítulo evidencia que o sofrimento retratado no filme *Bem-vindo a bordo* não pode ser compreendido como resultado de fragilidades individuais ou dificuldades subjetivas isoladas, mas como produto socialmente construído. Trata-se de um sofrimento que emerge da articula-

ção entre precarização estrutural do trabalho, intensificação das jornadas, divisão sexual do trabalho e captura da subjetividade, elementos centrais da organização contemporânea do trabalho no setor de serviços. A Psicologia Social do Trabalho oferece, nesse sentido, ferramentas fundamentais para deslocar a análise do indivíduo para as condições organizacionais e sociais que produzem e sustentam tais formas de sofrimento.

O filme revela, de maneira sensível e reiterada, os paradoxos que atravessam o trabalho contemporâneo: ao mesmo tempo em que exige elevado engajamento subjetivo, disponibilidade emocional e adesão aos valores organizacionais, oferece vínculos instáveis, reconhecimento limitado e reduzidas margens de autonomia. A valorização simbólica do cuidado e da cordialidade contrasta com a desvalorização material do trabalho feminino, evidenciando a permanência das relações sociais de sexo como estruturantes das condições de trabalho e dos modos de reconhecimento no interior das organizações.

Ao acompanhar o cotidiano da protagonista, a narrativa cinematográfica explicita como a organização do trabalho extrapola o espaço estritamente laboral, intervindo na construção de expectativas, projetos de vida e formas de inserção social. A instabilidade contratual, a imprevisibilidade das jornadas e a exigência permanente de adaptação produzem impactos que se estendem à vida extra laboral, comprometendo a possibilidade de sustentação de vínculos comunitários estáveis e de elaboração coletiva do sofrimento. Nesse contexto, a individualização dos conflitos e a psicologização das dificuldades tendem a obscurecer as determinações estruturais do adoecimento.

Por fim, *Bem-vindo a bordo* reafirma o potencial do cinema como dispositivo crítico para a análise do trabalho, ao tornar visíveis aspectos da atividade que frequentemente permanecem invisibilizados nos discursos organizacionais e nas abordagens individualizantes. Ao articular narrativa fílmica e Psicologia Social do Trabalho, o filme contribui para a produção de conhecimento comprometido com a compreensão crítica das condições de trabalho contemporâneas e com a necessidade

de transformação das formas de organização que produzem sofrimento, desigualdade e precarização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, A. J. S. et al. **A atividade de trabalho pela lente do cinema**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo: trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, C.; SZNELWAR, L.; MASCIA, F. **Avaliação do trabalho submetida à prova do real: crítica aos fundamentos da avaliação**. São Paulo: Blucher. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/b9b2c065-108d-4d34-9c2f-9498414bb0f9/Mascia-2008-avaliacao.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2026. 2008.

HIRATA, H. Entrevista. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 199-203, 2006.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

PINA, C. S. et al. **Trabalho e saúde: um estudo com comissários(as) de voo**. *EnCena*, Palmas-TO, 2022.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia**. Niterói: EdUFF, 2010.

CAPÍTULO 12



SENTIDO DO TRABALHO DOCENTE, ARTE E SINGULARIDADE:

um diálogo entre Vigotski, Paulo Freire e a
psicologia social do trabalho à luz do filme
Como Estrelas na Terra

Raísa Fernandes Mariz Simões

1 APRESENTAÇÃO

O trabalho docente na educação básica constitui-se como uma atividade complexa, atravessada por dimensões técnicas, afetivas, éticas e políticas. Longe de se restringir à transmissão de conteúdo, ensinar implica lidar com sujeitos concretos, historicamente situados, cujos processos de desenvolvimento são marcados por singularidades, desigualdades e sofrimentos. Nesse sentido, produções artísticas como o cinema tornam-se importantes dispositivos de reflexão crítica sobre a docência, ao permitirem uma aproximação sensível com as experiências vividas no cotidiano escolar.

O filme *Como Estrelas na Terra – Toda Criança é Especial* (Taare Zameen Par, 2007), dirigido por Aamir Khan, oferece um potente material para pensar o sentido do trabalho docente, especialmente quando analisado a partir do personagem do professor de artes, o Nikumbh. A narrativa articula infância, fracasso escolar, sofrimento psíquico e possibilidades de transformação mediadas pela arte e pela relação pedagógica.

Este capítulo tem como objetivo analisar o sentido do trabalho docente a partir do filme, tomando como eixo central o personagem do professor de artes e sua ocupação, dialogando com os aportes da Psicologia Social do Trabalho, da psicologia histórico-cultural de Vigotski e da pedagogia crítica de Paulo Freire. Defende-se que a arte, mediada pelo trabalho docente, emerge como expressão da singularidade humana e como possibilidade de resistência à lógica padronizadora da escola, afetando o coletivo de trabalho e possibilitando uma abertura a novos processos organizacionais.

2 CONTEXTO DA OBRA CINEMATOGRAFICA COMO ESTRELAS NA TERRA

O filme narra a história de Ishaan Awasthi, um menino de aproximadamente oito anos que apresenta dificuldades persistentes de aprendizagem, sobretudo na leitura e na escrita. Desde o início, a narrativa evidencia o desencontro entre a criança e a instituição escolar. Ishaan não se adapta às exigências normativas da sala de aula, é constantemente punido, ridicularizado pelos amigos e professores, e comparado ao irmão mais velho, considerado bem-sucedido. E, para além desse contexto, também é estigmatizado no seio familiar, pelo pai e irmão, com exceção da mãe que se apresenta super preocupada por não entender todo o contexto.

A escola, nesse primeiro momento, aparece como um espaço que produz exclusão simbólica. As práticas pedagógicas são marcadas pela rigidez, pela repetição mecânica de conteúdos

e pela ausência de escuta. O fracasso escolar é interpretado como responsabilidade individual da criança, desconsiderando-se os processos de mediação pedagógica e as todas as outras condições sociais do desenvolvimento.

O sofrimento de Ishaan manifesta-se de forma progressiva: retraimento, tristeza, perda do interesse pelas atividades escolares e ruptura dos vínculos afetivos. Em determinado momento, o pai não aguenta mais as situações e envia o menino para um internato. Lá, a criança vivencia uma intensificação do sofrimento psíquico, marcada pela solidão e pelo sentimento de inadequação. Ademais, em muitas cenas fica claro que o coletivo de professores, diretor e outros atores escolares se constitui em uma cultura organizacional inflexível, autoritária e reducionista. O filme, assim, explicita como determinadas formas de organização do trabalho escolar podem produzir adoecimento e silenciamento das singularidades infantis.

3 INFÂNCIA, DESENVOLVIMENTO E ARTE: CONTRIBUIÇÕES DE VIGOTSKI

A psicologia histórico-cultural de Vigotski oferece importantes fundamentos para compreender a experiência de Ishaan. Para o autor, o desenvolvimento humano não é linear, e ocorre por meio das interações sociais e das práticas culturais, sendo a aprendizagem um processo mediado e contínuo, em um processo de mudanças (Vigotski, 2007).

Sobre o desenvolvimento cognitivo, Vigotski postula uma análise através de zonas de desenvolvimento, sendo os dois conceitos principais a Zona de Desenvolvimento Real (ZDR) e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que juntas apontam para um nível potencial da pessoa. Enquanto a ZDR refere-se às funções psicológicas que a criança já consolidou, ou seja, tudo o que ela é capaz de fazer sozinha e de forma independente, a (ZDP) é a distância entre o nível de desenvolvimento real (o que se faz sozinha) e o nível de desenvolvimento potencial (o que a

criança consegue fazer com ajuda de um adulto ou colega mais capaz). É nesta zona que ocorre a aprendizagem mediada. Ou seja, a zona de Desenvolvimento Potencial representa o que a criança ainda não sabe fazer sozinha, mas tem capacidade de aprender com mediação (Vigotski, 2007).

No filme, observa-se que Ishaan não encontra mediações pedagógicas que lhe permitam acessar a zona de desenvolvimento proximal. Ao contrário, a ausência de estratégias diferenciadas e o uso de métodos uniformizadores bloqueiam suas possibilidades de aprendizagem. A dificuldade de leitura, posteriormente identificada como dislexia, é tratada como falha moral ou desinteresse, reforçando processos de estigmatização.

A arte, no entanto, aparece como um campo privilegiado de expressão para a criança. Os desenhos de Ishaan revelam sensibilidade, imaginação e uma forma singular de apreender o mundo. Sob a ótica vigotskiana, a imaginação é uma função psicológica fundamental, configurando-se como uma ação humana intencional capaz de recriar a nossa realidade e profundamente vinculada às experiências vividas, influenciando os processos criativos. Ao viver experiências artísticas o sujeito é transformado, e essa transformação auxilia na construção e expressão de sentidos sobre a sua realidade cultural, o que afeta o seu desenvolvimento de maneira construtiva e saudável (Vygostky, 1999).

Dessa forma, a arte, oferecida enquanto ferramenta, também se revela como um instrumento mediador entre o sujeito e o gênero humano, pois quem a produz se utiliza de complexas funções psicológicas para a sua criação. Por sua vez, aquele que a observa, tem a possibilidade de atribuir-lhe inúmeros sentidos, característicos da forma humana de ação e pensamento. Todo esse processo de desenvolvimento e aprendizagem humana instiga a pensar, portanto, na relevância das interações e dos recursos utilizados em diversos contextos, sobretudo os educativos, como as instituições de Educação Infantil, com os professores enquanto mediadores de sentido.

Nos escritos acerca da Psicologia da Arte, Vigotski já apontava o seu importante papel para o desenvolvimento huma-

no, bem como sobre função criadora (Vygotsky, 1999). A música, por exemplo, constitui-se como prática cultural capaz de mobilizar emoções, linguagem, interação social e criação simbólica, favorecendo processos de desenvolvimento na infância.

Alguns estudos de intervenção em contexto educativo sobre a psicologia da arte e a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem já foram realizados no Brasil (Souza, et. al, 2016), envolvendo o público alvo de gestores escolares e graduandos do curso de Pedagogia. Com resultado, os pesquisadores perceberam que o uso da música enquanto materialidade afetava alunos e professora que a utilizava na graduação, surgindo vinculações a respeito do que é ser professor e a música. Já sobre os gestores, identificou-se que a música abriu um novo modo de acessar os sujeitos das relações em que estavam envolvidos na escola, gerando meios mais criativos de relações. Portanto, quando a escola desconsidera essa dimensão, limita o desenvolvimento integral da criança.

4 O PROFESSOR DE ARTES: TRABALHO DOCENTE COMO MEDIAÇÃO E ENCONTRO

A entrada do professor de artes, Nikumbh, marca uma ruptura na narrativa. Diferentemente dos demais docentes, ele estabelece uma relação pedagógica baseada na escuta, no acolhimento e na valorização das diferenças. Seu olhar para as crianças não é classificatório, mas compreensivo.

Ao identificar as dificuldades de Ishaan, o professor desloca a explicação do campo da culpabilização para o campo da compreensão. Ele reconhece a dislexia e reorganiza sua prática pedagógica, oferecendo mediações adequadas e respeitando o ritmo da criança. Essa atuação evidencia o trabalho docente como trabalho vivo, criador e inventivo, indo ao encontro da definição de educação estética (Vigostki, 2003), enquanto abordagem pedagógica que busca o desenvolvimento integral do ser humano através do refinamento da sensibilidade,

percepção e criatividade, indo além do ensino técnico de artes. Ela desperta os sentidos (visão, audição) para a beleza e a arte, educando o olhar para o mundo.

Assim, a arte, nesse contexto, não é apenas um conteúdo curricular, mas um meio de acesso à singularidade humana. Por meio do desenho, da pintura e da expressão estética, o professor possibilita que Ishaan se reconheça como sujeito capaz, reconstruindo sua autoestima e seu vínculo com a aprendizagem. A prática docente, assim, assume uma função humanizadora.

A atuação do professor de artes dialoga profundamente com o pensamento de Paulo Freire. Para Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção ou construção do saber. A relação pedagógica deve ser fundada no diálogo, no respeito aos saberes do educando e na amorosidade.

No filme, o professor rompe com a lógica da educação bancária ao reconhecer Ishaan como sujeito histórico e inacabado. Sua prática evidencia uma pedagogia da esperança, na qual o educador acredita na capacidade de transformação do educando. A arte torna-se, nesse sentido, um espaço de liberdade e de expressão crítica, permitindo que a criança diga o mundo a partir de sua própria perspectiva.

Freire (1996) destaca ainda que o trabalho docente possui uma dimensão política inevitável. Ao escolher acolher a diferença e resistir à padronização, o professor de artes assume uma posição ética que confronta as estruturas excludentes da escola. O sentido do trabalho docente emerge, assim, do compromisso com a humanização.

5 PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: SENTIDO, RECONHECIMENTO E SOFRIMENTO

A Psicologia Social do Trabalho compreende o trabalho como uma atividade essencialmente coletiva, histórica e socialmente organizada. Nessa perspectiva, o trabalho docente

não pode ser analisado apenas a partir do indivíduo isolado, mas deve ser compreendido no interior de um coletivo de trabalho, atravessado por normas, valores, prescrições institucionais e relações de poder.

Dejours (1992) afirma que o trabalho é um espaço central de construção da identidade, no qual o sofrimento emerge quando há um descompasso entre o trabalho prescrito e o trabalho real. No contexto escolar retratado no filme, observa-se que o trabalho prescrito, centrado em currículos rígidos, avaliações padronizadas e disciplina normativa, limita a possibilidade de os professores exercerem sua criatividade e sua inteligência prática. Esse cenário favorece processos de alienação e naturalização do fracasso escolar.

O professor de artes, ao atuar de maneira sensível e inventiva, tensiona essa organização do trabalho. Sua prática não impacta apenas a trajetória individual de Ishaan, mas produz efeitos no coletivo docente. Ao reconhecer a singularidade da criança e reorganizar sua prática, ele explicita que outras formas de trabalhar são possíveis, rompendo com a ideia de que o sofrimento infantil é inevitável ou natural.

Segundo Clot (2010), o trabalho se sustenta em um gênero profissional, isto é, em um conjunto de regras implícitas, saberes compartilhados e modos de fazer construídos coletivamente. Quando um trabalhador inova ou cria novas formas de agir, ele pode ampliar o gênero profissional, desde que sua prática seja reconhecida e debatida no coletivo. No filme, a atuação do professor de artes inaugura fissuras no gênero profissional docente, ao introduzir a escuta, a arte e a mediação como eixos centrais do trabalho pedagógico.

Essa atuação tem potencial para mobilizar processos de reconhecimento entre os pares. O reconhecimento, na Psicologia Social do Trabalho, não se restringe ao elogio institucional, mas envolve a validação simbólica do trabalho real pelos colegas. Ao demonstrar que a transformação da relação pedagógica produz efeitos concretos no desenvolvimento da criança, o professor de artes convoca os demais docentes a repensarem suas práticas e seus próprios sentidos de trabalhar.

Além disso, a prática do professor impacta a realidade do ambiente escolar ao deslocar a responsabilização individual do aluno para uma reflexão coletiva sobre as condições de ensino. Esse movimento contribui para a construção de um espaço potencialmente mais cooperativo, no qual o sofrimento deixa de ser silenciado e pode ser elaborado coletivamente. Como aponta Dejours (1992), a cooperação é uma dimensão fundamental para a saúde mental no trabalho, pois permite a construção de defesas coletivas frente às exigências institucionais.

Nesse sentido, o trabalho docente do professor de artes pode ser compreendido como uma forma de resistência ética e coletiva. Ao sustentar uma prática orientada pelo cuidado, pela arte e pela singularidade, ele não apenas ressignifica seu próprio trabalho, mas amplia as possibilidades de ação do coletivo docente, impactando a cultura institucional da escola. E vai, além disso, quando também convida a família a ser parte efetiva do processo, se preocupando com as outras camadas do desenvolvimento que incluem o afeto no seio familiar, e não só o foco no transtorno que a criança apresenta.

Essa leitura dialoga com as contribuições de Ricardo Antunes, para quem o trabalho permanece central na vida social contemporânea, ainda que atravessado por processos de precarização, intensificação e perda de sentido (Antunes, 2009). Para o autor, o esvaziamento do sentido do trabalho ocorre quando a atividade humana é reduzida a mera execução, dissociada de sua dimensão criadora, coletiva e socialmente significativa.

No campo da docência, essa redução manifesta-se na padronização das práticas pedagógicas, no controle excessivo por avaliações externas e na fragmentação do trabalho escolar. A atuação do professor de artes, tal como apresentada no filme, contrapõe-se a essa lógica ao reafirmar o trabalho docente como práxis criadora. Sua ação recoloca o trabalho como espaço de produção de sentido, não apenas para si, mas para o coletivo profissional, ao evidenciar que é possível resistir às formas alienadas de ensinar.

A partir de Antunes (2009), pode-se afirmar que o trabalho do professor de artes recupera a dimensão ontológica do trabalho humano, entendida como atividade vital, social e transformadora. Ao mobilizar a arte como linguagem da singularidade, o docente reinscreve seu trabalho no campo da humanização, produzindo efeitos que extrapolam a relação individual com o aluno e alcançam o coletivo de professores e a própria organização escolar.

O trabalho docente mediado pela arte possibilita o reconhecimento das diferenças e a valorização da imaginação. Sob a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, essa prática pode ser compreendida como uma forma de enfrentamento da alienação, na medida em que resgata o sentido criador do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme *Como Estrelas na Terra* oferece uma poderosa reflexão sobre o sentido do trabalho docente na educação básica. A partir da trajetória de Ishaan e da atuação do professor de artes, evidencia-se que ensinar é um trabalho profundamente humano, que envolve mediação, reconhecimento e compromisso ético.

À luz de Vigotski, Paulo Freire e da Psicologia Social do Trabalho, o trabalho docente aparece como prática social capaz de produzir desenvolvimento, saúde e sentido. A arte, nesse processo, emerge como linguagem privilegiada da singularidade humana e como possibilidade de resistência às formas excludentes de escolarização. No contexto escolar, ela pode funcionar como espaço de resistência à lógica homogeneizante.

A singularidade de Ishaan torna-se visível quando encontra um adulto que legitima sua forma de estar no mundo. Ao final do filme, isso fica muito evidente quando as cenas revelam uma nova proposta pedagógica criada pelo professor: um festival de arte com o ganhador final sendo o próprio menino

que antes não se via com nenhuma habilidade por ser taxado por uma só parte de si. A arte, mediada pelo professor, permitiu com que a criança transformasse esse sofrimento em expressão e criação, evidenciando o potencial emancipador do trabalho docente, além de permitir que outras crianças experimentassem outras habilidades e também reconhecessem o potencial do colega Ishaan. O abraço final dos personagens é forte, potente e emocionando, e sela também um abraço em todos que acreditam em uma educação estética que promova este sentido.

Conclui-se, portanto, que o sentido do trabalho docente se constrói na relação com o outro, na capacidade de reconhecer a diferença e na possibilidade de transformar o sofrimento em criação. O filme, ao articular arte, infância e docência, convida educadores e pesquisadores a repensarem a escola cada vez mais como espaço de humanização e promoção de potencialidades e cada vez menos em enfileiramento de diagnósticos padrões e reducionismo sobre a pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOUZA, V. L. T.; PETRONI, A. P.; ANDRADA, P. C. (org.). **A Psicologia da arte e a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem**: intervenções em contextos educativos diversos. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2016.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**: edição comentada. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CAPÍTULO 13



A ESCOLA VIVA: apontamentos sobre o filme *A sala dos professores* à luz da psicodinâmica do trabalho

Séfora Lima de Figueiredo

A Sala dos Professores é uma obra cinematográfica que apresenta o cotidiano de uma unidade educacional da Alemanha, narrado a partir dos dramas institucionais, pedagógicos e socioemocionais vivenciados pela professora Carla Nowak. De origem alemã, mas descendente de poloneses, insere-se na instituição escolar — cenário central do filme — para lecionar as disciplinas de matemática e de educação física a uma turma de 6º ano composta por alunos de 12 anos. Tendo na narrativa iniciado na escola em um lapso temporal de 6 meses. E, por isto, sendo considerada pelo coletivo como recém-chegada.

Para além das vivências obtidas pela docente acerca dos naturais impactos emocionais existentes quando do ingresso de um sujeito em um novo coletivo social, como a exposição ao julgamento do outro para o reconhecimento de pertença (Dejours, 2012a); Nowak se depara com um clima escolar tenso para a descoberta de quem estava cometendo os casos sucessivos de furtos na instituição.

A busca investigativa na escola para a reparação dos fatos tem motivador direto à manutenção da imagem escolar como uma instituição que apresenta padrão comportamental coletivo disciplinado, tida para tantas outras da região como escola modelo. Por essa razão, é gerada uma crise maior à comunidade escolar sobre a urgência da solução.

A forma conduzida em todo o processo investigativo impacta significativamente a professora Nowak pelos métodos adotados: acareação de alunos, interrupção de aulas para vistoria de bolsas, reuniões específicas com pais em tons acusatórios (especialmente, dos imigrantes), entre outros. Surge, então, o primeiro dilema ético da professora. Tais acontecimentos tornaram-se a força motriz para que ela tomasse atitudes condizentes com seus princípios morais, levando-a a buscar o diálogo com a gestão para propor mudanças metodológicas — tentativa que, no entanto, resultou frustrada.

Percebendo rigidez na hierarquia escolar, representada pela diretora Bettina Böhm e pelo assistente de direção Thomas Liebenwerda, associado a uma aparente também rigidez comportamental de seus pares, a docente Nowak toma a iniciativa de implantar uma investigação própria dos casos. A cena inicial ocorre na sala dos professores, onde a protagonista observa uma colega retirando moedas do cofrinho destinado ao pagamento do café. Diante disso, ela monta uma armadilha: propositalmente, deixa seu laptop com a câmera ligada, direcionada ao casaco pendurado em sua cadeira. Dentro do bolso, sua carteira exhibe notas de dinheiro, servindo como isca.

Em estado de evidente ansiedade, a docente retorna à sala para analisar as imagens, esperando identificar os autores dos furtos. Tal iniciativa visava coibir comportamentos incompatíveis com sua ética pessoal, observados tanto na hierarquia escolar quanto no corpo docente, buscando, simultaneamente, mitigar o conflito interno gerado por essa situação.

Nowak examina a gravação e depara-se com a imagem parcial de alguém subtraindo o dinheiro de seu casaco. Apesar do ângulo limitado, ela identifica a autoria do furto ao associar a

estampa de estrelas na manga da blusa à vestimenta usada no dia por Friederike Kuhn, uma das secretárias. De posse dessa evidência, a professora tenta confrontar a funcionária, que é mãe de Oskar — um aluno de desempenho exemplar. No entanto, o diálogo fracassa, rompendo o clima amistoso que Nowak desfrutava desde sua recém-chegada à instituição.

Ao perceber que a tensão aumentava após a tentativa frustrada de diálogo com a secretária, a professora Nowak, ainda guiada por seu senso ético, decide apresentar a filmagem à diretora Böhm. Ela acreditava que essa medida encerraria o clima de hostilidade na escola, mas foi atingida por uma nova onda de frustração. A partir desse episódio, a comunidade escolar alterou drasticamente seu comportamento em relação a ela.

A partir de então, a professora passou a ser questionada por seus colegas sobre a gravação realizada sem consentimento ou aviso prévio. Os pais também a hostilizaram, acusando-a de falta de transparência sobre os furtos e os métodos de investigação. Esse clima de desconfiança foi inflamado pela postura agressiva da secretária Kuhn que, em uma reunião escolar, aproveitou sua condição de mãe de Oskar para acusar Nowak de promover calúnias e agir com rigidez excessiva. Por fim, os próprios alunos, influenciados por Oskar, iniciaram um boicote às aulas da docente — que, ironicamente, eram antes celebradas pelo protagonismo que conferiam aos estudantes.

Ressalte-se que a vulnerabilidade de Oskar precedia o incidente, uma vez que seu desempenho acadêmico superior o tornava alvo de estigmatização entre os pares. No entanto, mesmo sendo Nowak a principal vítima das hostilidades do aluno, a docente identificava que a transição para um comportamento reativo era uma resposta direta ao conflito familiar e à percepção de injustiça por parte da criança. Tal interpretação divergia da postura adotada pelo corpo docente e pela administração escolar, que privilegiaram medidas disciplinares de caráter meramente punitivo.

A trama encerra-se com a emblemática cena de Oskar sendo removido da sala de aula por dois policiais. A intervenção

tornou-se inevitável após o aluno descumprir a suspensão imposta pelo Conselho Escolar — medida tomada em resposta a uma escalada de violência que incluiu agressões a colegas durante a aula de Educação Física e a depredação do patrimônio escolar. O ápice de sua revolta culminou no furto do laptop da professora Nowak, que o garoto arremessou em um lago próximo à instituição, simbolizando a ruptura total com o ambiente acadêmico.

Em consonância com o posicionamento materno, o aluno desconsiderou a sanção disciplinar e apresentou-se à escola. Esse ato de desobediência gerou uma mobilização ineficaz por parte do corpo docente e da direção para retomar o controle do ambiente escolar. A crise culminou na intervenção policial; os agentes removeram Oskar do recinto erguendo a própria classe em que ele se mantinha obstinadamente sentado.

É importante ressaltar que o propósito desta narrativa não é privar o leitor de suas próprias interpretações sobre o filme. Pelo contrário, o objetivo é convidá-lo a uma reflexão aprofundada sobre a trama sob o viés da Psicodinâmica do Trabalho. Essa análise será apresentada a seguir em três eixos: a escola sobrevivente nos tempos modernos; a subjetivação docente em meio ao sofrimento ético; e a construção da identidade docente frente à fragilização do coletivo.

1 A ESCOLA SOBREVIVENTE NOS TEMPOS MODERNOS

O palco central do enredo é uma escola alemã, cuja dinâmica revela que o ambiente escolar extrapola a função meramente pedagógica que lhe é atribuída. O filme demonstra que essa instituição é um organismo vivo, que sobrevive e se molda por meio de constantes reestruturações pedagógicas e sociais ao longo do tempo.

A escola configura-se como um equipamento privilegiado de ensino-aprendizagem que, intencionalmente organizada, faz articulações intelectual, ética e social dos sujeitos para a

promoção crítica de conhecimentos, historicamente produzidos (Libâneo, 2017). Ela atua como espaço para construção e, ao mesmo tempo, reprodução de normas, valores e desigualdades sociais compatíveis com as práticas pedagógicas desenvolvidas nela e as políticas educacionais e sociais que a embasam (Bourdieu; Passeron, 1975).

É importante ressaltar que, embora a trama se passe em uma escola alemã, a análise não se distancia das discussões acerca da realidade brasileira. Isso ocorre porque ambos os sistemas educacionais apresentam semelhanças significativas, especialmente nas transformações sofridas sob a influência da crise econômica internacional (Santos; Santos Neto, 2010).

A partir da década de 1970, os sistemas educacionais, político-sociais e organizativos dos Estados precisaram se modificar para resistirem à crise do capitalismo industrial, consolidando-se, com isto, a filosofia neoliberalista nos mais variados equipamentos. A escola, portanto, foi um destes que importou um modelo organizacional calcado em metas para a elevação da produtividade, o que no Brasil desencadeou a chamada concepção pedagógica tecnicista (Saviani, 2013).

Conforme observa-se nos dilemas éticos vivenciados pela professora Nowak, parte dos comportamentos apresentados pela gestão escolar (figurado pela diretora Böhm e pelo assistente de direção Liebenwerda) e de seus pares, representaram os aspectos comportamentais exigidos pela própria ideologia neoliberalista: eficiência, racionalidade e produtividade; a fim de reduzir os dispêndios e aumentar os resultados.

Os furtos recorrentes e a violência no ambiente escolar evidenciaram um declínio no padrão de qualidade que distinguia a escola das demais instituições locais. Para reverter esse cenário, foram adotados métodos de reestruturação pedagógica que tentavam isolar o problema e tratá-lo de forma técnica, em busca de uma resolução definitiva.

Conforme Saviani (2013), a análise do sistema educacional é prejudicada quando restrita aos determinantes objetivos. Considerar apenas os condicionantes socioeconômicos e seus

desdobramentos resulta em uma visão reducionista do fenômeno educativo.

Quando a professora Nowak se indigna pelos métodos racionalizados e objetivados adotados pela escola para a solução dos furtos e, em seguida, para a regulação comportamental de Oskar, ela faz um chamamento explícito para verificarmos o quão os sistemas de ensino podem cometer violência simbólica.

Segundo Bourdieu e Passeron (1975), a ação pedagógica institucionalizada busca impor arbitrariamente a cultura dos grupos culturalmente dominantes aos dominados. Esta imposição implica em autoridade pedagógica que através de seu trabalho contribui para reproduzir uma estrutura social de relações de força. Fato este verificado na trama quando os olhares acusatórios são dirigidos rapidamente aos imigrantes, bem como sobre as imposições hierárquicas feitas à Nowak acerca de como melhor conduzir o fenômeno.

A partir da década de 1970, a escola consolidou-se como um instrumento de reprodução das relações produtivistas do capitalismo (Saviani, 2013). Tal configuração gera inquietações naqueles que, a exemplo da professora Nowak, discordam dos métodos adotados no fazer pedagógico. Esse cenário acaba por exercer uma ação destrutiva sobre a força de trabalho docente (Antunes, 1999), exigindo desses profissionais uma constante — e por vezes exaustivas — invenção criativa.

2 A SUBJETIVAÇÃO DOCENTE EM MEIO AO SOFRIMENTO ÉTICO

A professora Nowak expõe constantemente os dilemas éticos vivenciados diante da conduta escolar frente aos problemas ocorridos na escola. Sua trajetória nos provoca a refletir sobre a violência no trabalho, que se manifesta pela sutileza da imposição gestora dominante quanto aos métodos a serem adotados — o que caracteriza o uso intencional do poder (Franco; Druck; Seligmann-Silva, 2010). Tal dinâmica acarreta um

desgaste severo em sua constituição afetiva e no sentido de seu fazer profissional.

Diante do isolamento e da rejeição de suas propostas humanizadas pelo coletivo, Nowak demonstra o esgotamento de sua subjetividade ao sugerir o desligamento da escola como uma saída drástica. Contudo, essa tentativa de ruptura não é acolhida pela gestão e pelos demais professores, permanecendo apenas como um indício da crise ética vivida pela personagem.

A exigência para desempenhar a atividade docente, assumindo uma postura de distanciamento afetivo, implica-lhe em uma necessidade de manifestação de desengajamento subjetivo. De acordo com Dejours (2012b), a subjetividade no trabalho é frequentemente fragilizada pelos constrangimentos organizacionais e pelas relações de poder, sendo que nem todos os trabalhadores conseguem suportar as pressões de seu ofício. A atividade docente, como qualquer outra, exige inventividade e mobilização subjetiva para que o profissional consiga resistir às adversidades intrínsecas ao contexto laboral (Neves; Ataíde, 2010).

As artimanhas do ofício são invenções que emanam do corpo e são praticadas a partir dele, exigindo a incorporação do saber-fazer; trata-se, portanto, de uma apropriação do mundo pelo corpo (Dejours, 2012b). Nesse sentido, a subjetivação do mundo é uma condição obrigatória para o conhecimento, perpassando, necessariamente, por esse processo de apropriação corporal.

Ao enfrentar o trabalho vivo, Nowak vivencia o hiato entre a tarefa prescrita e a atividade real, deparando-se com situações que escapam ao planejamento pedagógico. Essa experiência prática e efetiva coloca em xeque a sua permanência no ofício e exige de seu corpo um refazimento subjetivo diante do inédito. Nesse processo, a docente depara-se com o sofrimento e com a essência mesma do ato de trabalhar (Dejours, 2012b).

Nesse sentido, o ato de trabalhar não se resume à mera operacionalização de conhecimentos técnicos; ele exprime o engajamento da personalidade para enfrentar os

constrangimentos materiais e sociais inerentes à tarefa. Trabalhar constitui-se, portanto, na busca incessante por preencher o hiato existente entre o prescrito e o real (Dejours, 2012a) — um percurso atravessado pelo sofrimento, como demonstrado constantemente pela trajetória de Nowak.

A professora resiste às imposições da gestão até as cenas finais quando, mesmo sob oposição dos demais, insiste em um diálogo reservado com Oskar na sala em que ele se mantém subversivo à punição do Conselho Escolar. Por meio da mobilização de sua inteligência inventiva, Nowak tenta superar as barreiras do real, buscando incansavelmente novos caminhos para solucionar o impasse. No entanto, sua astúcia e capacidade de improviso não se mostram suficientes: Oskar permanece irredutível em sua carteira até o momento da remoção policial.

O sofrimento de Nowak, embora atravessado pela dimensão ética, ainda se manteve no campo da criatividade. Até o desfecho da trama, torna-se evidente que, mesmo compelida a executar ordens que confrontavam seu senso moral, a docente preservou sua capacidade inventiva e buscou construir uma experiência pessoal estruturante — ainda que não tenha obtido êxito em mobilizar o coletivo. Segundo Molinier (2013), o sofrimento assume um caráter criativo quando há resistência ao real do trabalho, transformando-se em prazer; por outro lado, torna-se patogênico quando se revela destruturante, culminando no adoecimento. No caso de Nowak, sobressai ainda o sofrimento ético, que emerge quando o trabalhador é compelido a agir em desacordo com seus próprios valores.

3 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE E A FRAGILIZAÇÃO DO COLETIVO

Mas, o que permitiu à professora Nowak manter sua capacidade inventiva em meio a vivências de tamanha carga ética? O que a possibilitou reconhecer-se em sua identidade

docente diante dos constrangimentos enfrentados na escola? Tais questionamentos não comportam respostas imediatas, exigindo, antes, uma reflexão profunda sobre a natureza da identidade atribuída à atividade de trabalho docente.

Para Molinier (2013), a identidade constrói-se na relação com o outro, mas também naquilo que torna o sujeito único. Essa conquista demanda um investimento subjetivo constante para evitar a alienação e promover a individuação. Em última instância, essa estrutura identitária funciona como uma armadura essencial para a preservação da saúde mental no trabalho.

A identidade docente é moldada por trajetórias históricas cujas práticas pedagógicas permanecem latentes. No contexto brasileiro, nota-se que essa construção oscila conforme a tendência predominante: da centralidade no professor, característica da pedagogia tradicional, ao foco no aluno, proposto pela pedagogia nova, ou à valorização da organização técnica, típica do modelo tecnicista. (Saviani, 2013).

Sob uma perspectiva crítica, a trajetória de Nowak evidencia o conflito entre a identidade individual, construída a partir de suas convicções éticas, e a identidade coletiva, imposta pelas dinâmicas sociais do ambiente de trabalho. Esse embate demonstra como a subjetividade da docente é tensionada pelas expectativas e pressões do grupo. Enquanto a docente tenta conferir protagonismo aos estudantes, a estrutura escolar impõe uma resistência fundamentada na tecnicidade e na racionalização. Nesse embate, a identidade de Nowak é confrontada pelo real do trabalho e submetida a uma dupla avaliação: o julgamento de utilidade, exercido pela hierarquia, e o julgamento de beleza, conferido por seus pares professores (Molinier, 2013).

Ainda que a professora Nowak acreditasse na aprovação de sua conduta pela gestão escolar, tal percepção logo se revela ilusória, convertendo-se em frustração. Esse isolamento é reforçado pelo olhar crítico dos colegas, evidenciando um coletivo fragilizado. Nesse cenário, as energias e mobilizações do grupo voltam-se primordialmente para a manutenção da ordem, em detrimento de uma verdadeira cooperação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a grande lição do filme, centrada no protagonismo da professora Carla Nowak, talvez seja a provocação sobre como a desmobilização coletiva docente na contemporaneidade — independentemente da instituição ou sistema de ensino — configura-se como uma estratégia. Tal postura reflete a dificuldade de atualização dos desejos frente às rigorosas exigências da organização do trabalho pedagógico atual (Neves; Brito; Athayde, 2010), pondo-se, ao mesmo tempo, como uma forma de resistência e de insistência na contínua construção da identidade docente.

REREFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Dimensões da crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DEJOURS, C. **Sexualidade e trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

FRANCO, T. M.; DRUCK, M. da G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2017.

MOLINIER, P. **O trabalho e a psique**: uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2013.

NEVES, M. Y.; BRITO, J.; ATHAYDE, M. Mobilização das professoras por saúde. In: GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. (org.). **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010. p. 248-270.

SANTOS, L. B. D.; SANTOS NETO, A. B. Reflexões em torno à crise do Estado de bem-estar social. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 61-75, 2010. DOI: 10.5216/rfd.v32i1.12112. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/12112>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

CAPÍTULO 14



SOFRIMENTO, DEFESA E RECONHECIMENTO: o trabalho prisional a partir do documentário *A Gente*

Silnara Araújo Galdino

1 INTRODUÇÃO

A análise do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho requer recolocar o trabalho como categoria central da experiência humana, compreendendo-o como atividade viva e socialmente situada. Na perspectiva de Dejours (2012), o trabalho ocupa posição central na constituição da saúde mental, sendo uma atividade intrinsecamente não neutra; capaz de produzir tanto experiências de realização e construção identitária quanto processos de sofrimento e adoecimento, a depender das condições concretas de organização do trabalho e das formas de reconhecimento social presentes na atividade laboral.

A contribuição de Dejours, que se desdobra entre a psicopatologia do trabalho e a psicodinâmica do trabalho,

propõe examinar como a subjetividade é mobilizada diante dos constrangimentos da organização do trabalho, bem como as condições nas quais o trabalho pode ser fonte de prazer e participar da construção da saúde (Dejours, 2016). Nesse sentido, compreender o sofrimento no trabalho exige deslocar explicações individualizantes e investigar o encontro, frequentemente conflituoso, entre o sujeito e o real do trabalho.

O documentário *A Gente* (Muritiba, 2017) oferece um recorte privilegiado para refletir sobre o trabalho prisional, ao tornar visíveis dilemas cotidianos, riscos, modos de enfrentamento e custos subjetivos implicados na manutenção da ordem em um ambiente atravessado por ameaça, tensão e moralidades em disputa. Este capítulo articula cenas e temas do documentário com conceitos da Psicodinâmica do Trabalho, privilegiando quatro eixos: (a) o trabalho como experiência-limite; (b) a distância entre trabalho prescrito e trabalho real; (c) medo, hipervigilância e defesas; e (d) reconhecimento e sofrimento ético.

2 O TRABALHO PRISIONAL COMO EXPERIÊNCIA-LIMITE

O trabalho no cárcere pode ser entendido como experiência-limite por expor continuamente o trabalhador a situações de risco e imprevisibilidade, em que a preservação da vida e da segurança depende de vigilância permanente e decisões rápidas. No documentário, a tensão não se apresenta como evento excepcional; ela organiza a rotina e molda o modo como se percebe o espaço, o tempo e as relações. Esse cenário aciona uma forma de tensão constante que tende a ultrapassar os limites do expediente, repercutindo na vida fora do trabalho.

Dejours (2012) chama atenção para o fato de que o sofrimento não deriva apenas do perigo objetivo, mas do modo como a organização do trabalho distribui responsabilidades e limita a autonomia do julgamento profissional. Em atividades tecnicamente complexas e de alto risco, a incerteza acerca das causas de falhas e incidentes pode produzir angústia

específica: o medo de ser incompetente, de não estar à altura e de ser responsabilizado por algo que escapa ao controle do trabalhador (Dejours, 2013). No trabalho prisional, essa angústia se intensifica quando há exigências paradoxais: manter segurança sob restrições materiais, humanas e institucionais; controlar sem perder a capacidade de mediação; sustentar regras sem desorganizar por completo possibilidades mínimas de negociação.

A experiência-limite, portanto, não se resume à violência explícita. Ela se manifesta como tensão moral persistente: a necessidade de tomar decisões sob ameaça e sob a expectativa de responsabilização. Esse conjunto favorece desgaste psíquico, irritabilidade, hiper alerta e empobrecimento do repertório afetivo, com efeitos sobre relações interpessoais e sobre a própria capacidade de atribuir sentido ao que se faz.

3 TRABALHO PRESCRITO E TRABALHO REAL

Um eixo central na teoria de Dejours é a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real. O primeiro diz respeito às normas, protocolos e procedimentos formalmente instituídos. O segundo corresponde ao que o trabalhador efetivamente realiza para tornar possível a produção e enfrentar o real, isto é, aquilo que resiste à previsão, ao planejamento e ao controle (Dejours, 2012).

No cotidiano prisional, a distância entre prescrito e real tende a ampliar-se: nenhum manual antecipa a complexidade das interações, a variabilidade das situações e as microdecisões que sustentam o funcionamento institucional. O trabalhador precisa inventar: ajustar condutas, negociar limites, antecipar escaladas de conflito, escolher o mal menor em condições de precariedade, e, muitas vezes, gerir o próprio medo para continuar atuando. Essa engenhosidade não é mero “jeitinho”; trata-se de inteligência prática mobilizada em tempo real, frequentemente invisível aos dispositivos formais de gestão.

Quando a organização desconsidera a distância entre prescrito e real, abre-se espaço para injustiças e responsabilizações indevidas. O trabalhador pode viver perplexidade diante de falhas cuja etiologia não consegue determinar: são resultados de falta de competência ou de anomalias do sistema técnico e social? (Dejours, 2013). A impossibilidade de esclarecer essa diferença pode levar a autoincriminação, ansiedade e perda de confiança, ao mesmo tempo em que fragiliza o coletivo e empobrece a cooperação.

Nesse sentido, políticas de saúde no trabalho precisam reconhecer o trabalho real, criando condições para que ele seja dito, analisado e transformado. Sem esse movimento, a instituição tende a tratar como “problema do indivíduo” aquilo produzido pelo coletivo da própria organização do trabalho.

4 MEDO, HIPERVIGILÂNCIA E DEFESAS COLETIVAS

O medo constitui afeto estruturante no trabalho de risco. No documentário, ele se expressa tanto nas cenas nas quais a ameaça é explícita quanto na naturalização do estado de alerta como estado de normalidade. Para Dejours, o medo não deve ser interpretado como fragilidade individual; ele é produzido por condições concretas do trabalho e pelos constrangimentos da organização (Dejours, 2016).

Para continuar trabalhando, os sujeitos constroem defesas, individuais e coletivas, que funcionam como mecanismos de proteção psíquica. Entre elas, destaca-se a banalização do risco, o endurecimento afetivo, o humor que dessensibiliza e a transformação do sofrimento em cinismo ou indiferença. Essas defesas permitem que o trabalhador suporte as condições, mas também podem silenciar a dor, reduzir a possibilidade de solicitar ajuda e perpetuar arranjos organizacionais adoecedores.

Há, ainda, um ponto crucial: as defesas não são meras atitudes pessoais, mas ancoram-se em normas grupais

e expectativas implícitas de desempenho. Em ocupações marcadas pelo perigo ou pela alta pressão, a demonstração de medo ou fragilidade pode ser socialmente punida, empurrando o sofrimento para a clandestinidade. Essa dinâmica gera uma consequência paradoxal: o coletivo protege ao mesmo tempo em que constrange, limitando a expressão da vulnerabilidade. Na ausência de espaços institucionais de fala e deliberação, esse circuito se fecha, restando ao indivíduo a tarefa solitária de gerir os efeitos subjetivos do trabalho.

5 RECONHECIMENTO E SOFRIMENTO ÉTICO

Dejours (2013) atribui papel central ao reconhecimento no destino do sofrimento. O reconhecimento é decisivo porque dá sentido aos esforços, às dúvidas e às angústias mobilizadas pelo trabalho, permitindo transformar o sofrimento em experiência significativa e potencialmente ligada ao prazer de realizar. Quando não há reconhecimento, ou quando ele é substituído por indiferença, desqualificação ou negação, o sujeito se confronta com um sofrimento que tende a se tornar estéril, desestruturante e perigoso para a saúde mental.

No trabalho prisional, o reconhecimento é atravessado por ambiguidades, sendo socialmente estigmatizado, muitas vezes invisibilizado, e o “trabalho bem-feito” sendo medido por critérios predominantemente negativos (a ausência de incidentes). Além disso, o trabalhador pode ser colocado diante de dilemas éticos: para garantir o funcionamento institucional, pode ser levado a agir contra seus valores profissionais, contra o ideal de justiça ou contra o próprio senso de humanidade. Nesse caso, instala-se sofrimento ético, de ter de consentir com práticas consideradas injustas ou de ter de tolerar a deterioração do trabalho bem-feito sob constrangimentos que não controla.

Esse ponto é decisivo para políticas de cuidado. Não basta oferecer apoio individual se a organização continua a impedir o trabalho de qualidade e a negar reconhecimento.

Intervenções efetivas exigem dispositivos coletivos de deliberação e transformação do trabalho, capazes de reabrir espaços de cooperação, de reconhecer o saber do ofício e de enfrentar a banalização de injustiças organizacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de *A Gente* (Muritiba, 2017), em diálogo com a *Psicodinâmica do Trabalho*, permite compreender o trabalho prisional como atividade atravessada por risco, tensão moral e custos subjetivos relevantes. O trabalho real, sustentado por engenhosidade e por cooperação, permanece frequentemente invisível; a distância entre prescrito e real alimenta perplexidade e responsabilizações injustas; o medo organiza a rotina e convoca defesas coletivas; e o reconhecimento, quando ausente, fragiliza a identidade e amplia a vulnerabilidade ao adoecimento.

Como implicação prática, a análise aponta a necessidade de dispositivos institucionais que tornem o trabalho visível e transformável. Espaços de fala e escuta orientados ao trabalho real; mecanismos de reconhecimento do saber profissional; e estratégias organizacionais que reduzam constrangimentos desnecessários e ampliem a autonomia do julgamento profissional. Sem isso, permanece o risco de medicalizar ou psicologizar problemas que são, em sua origem, organizacionais e institucionais.

Em síntese, a *Psicodinâmica do Trabalho* sustenta que o trabalho pode produzir saúde e adoecimento. No caso do trabalho prisional, reconhecer essa ambivalência e intervir nas condições concretas de organização constitui passo essencial para uma política de saúde mental no trabalho que seja efetivamente preventiva e promotora de saúde.

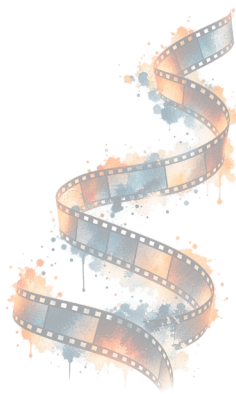
REFERÊNCIAS

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DEJOURS, C. O sofrimento no trabalho. **Página/12**, [S. l.], 02 maio 2013. Tradução: Cepat. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 09 dez. 2025.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos (prefácio). *In*: DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 2016.

MURITIBA, A. **A Gente**. Curitiba: Grafo Audiovisual, 2017. 1 filme (105 min)



MEMÓRIA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE EM *NARRADORES DE JAVÉ*:

contribuições da psicologia para compreender os impactos psicossociais da desterritorialização

Valéria Silva Carvalho

O filme *Narradores de Javé* (2003), dirigido por Eliane Caffé, constitui uma obra rica para refletir sobre as relações entre memória, território, identidade e poder. A narrativa apresenta a comunidade fictícia do Vale de Javé, ameaçada de desaparecer em razão da construção de uma hidrelétrica. Para evitar o apagamento físico e simbólico do lugar, os moradores decidem registrar, por escrito, a “grande história” de Javé, na esperança de que o reconhecimento histórico impeça sua destruição. Esse enredo simples revela camadas complexas de análise quando observado à luz da psicologia e das ciências humanas, sobretudo no que se refere aos efeitos do capitalismo sobre comunidades tradicionais, à importância do apego ao lugar, à construção da memória coletiva e à identidade espacial.

O filme permite compreender como grandes empreendimentos, frequentemente associados à lógica do desenvolvimento capitalista, impactam não apenas o meio ambiente físico, mas também a vida psíquica, social e cultural das populações atingidas. A destruição de Javé não representa somente a perda de casas e terras, mas a ruptura de vínculos simbólicos, afetivos e históricos que estruturam a identidade individual e coletiva dos moradores.

1 CAPITALISMO, DESENVOLVIMENTO E PODER

A construção da barragem, no filme, simboliza a face do capitalismo desenvolvimentista que privilegia a produção de energia, o crescimento econômico e os interesses de grupos hegemônicos em detrimento das comunidades locais. Nesse contexto, o território torna-se mercadoria e recurso a ser explorado, e não espaço vivido. Harvey (2005) discute que o capitalismo opera por meio da “acumulação por desapropriação”, processo no qual populações são deslocadas para viabilizar projetos econômicos maiores. Javé é um exemplo ficcional, mas extremamente verdadeiro, desse mecanismo.

Do ponto de vista psicológico, tais processos podem ser compreendidos como experiências de perda e luto coletivo. A perda do território implica a perda de referenciais identitários e de continuidade histórica. O lugar não é apenas cenário, mas parte constitutiva do *self*. Quando ele é ameaçado, a própria noção de quem se é fica fragilizada. Assim, o poder do capitalismo não atua apenas materialmente, mas também subjetivamente, ao redefinir o que é valorizado e ao silenciar histórias locais.

Além disso, observa-se uma assimetria de poder entre o saber técnico-burocrático (engenheiros, documentos oficiais, registros escritos) e o saber oral da comunidade. O filme evidencia como o reconhecimento institucional depende de formas de conhecimento legitimadas pelo sistema dominante, revelando uma hierarquia epistemológica que marginaliza narrativas populares.

2 POSSÍVEIS PREJUÍZOS PSICOSSOCIAIS DA DESTRUIÇÃO DO VALE

Os prejuízos decorrentes da desterritorialização são múltiplos. Em primeiro lugar, há impactos emocionais, como tristeza, ansiedade e sensação de injustiça. A psicologia ambiental aponta que a perda de lugares significativos pode gerar sofrimento psicológico comparável ao luto por pessoas (Scannell; Gifford, 2010). O território funciona como extensão da memória e da identidade.

Em segundo lugar, há impactos sociais. O deslocamento forçado pode romper redes de apoio, alterar dinâmicas comunitárias e enfraquecer laços de solidariedade. Comunidades tradicionais frequentemente organizam sua vida em torno de relações de vizinhança e cooperação. Quando essas redes são fragmentadas, ocorre também uma perda de capital social.

Em terceiro lugar, existem impactos culturais. Tradições, festas, modos de falar e narrativas históricas estão ancorados em lugares específicos. A inundação de Javé significa também o apagamento de marcos simbólicos, como igrejas, caminhos e cemitérios que funcionam como suportes da memória coletiva (Halbwachs, 1990).

3 APEGO AO LUGAR E IDENTIDADE ESPACIAL

O conceito de apego ao lugar refere-se ao vínculo emocional entre pessoas e ambientes significativos (Tuan, 1983; Scannell; Gifford, 2010). Em *Narradores de Javé*, esse apego aparece na resistência dos moradores em abandonar o vale. Mesmo diante da promessa de progresso, eles demonstram que o valor do lugar não é apenas econômico.

O apego ao lugar envolve dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais. Afetivas, porque o lugar desperta emoções; cognitivas, porque guarda memórias e significados; e comportamentais, porque orienta práticas cotidianas. Em

Javé, o território organiza a vida social e fornece um senso de continuidade entre passado, presente e futuro.

A identidade espacial, por sua vez, refere-se à incorporação do lugar na identidade pessoal e coletiva (Proshansky; Fabian; Kaminoff, 1983). Os moradores de Javé sabem quem são em relação ao vale, à sua história e às narrativas fundadoras. Quando o lugar é ameaçado, há risco de fragmentação identitária.

4 MEMÓRIA COLETIVA E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Um dos aspectos mais potentes do filme é a disputa pelas versões da história de Javé. Cada morador conta a origem do povoado de forma diferente, revelando que a memória é construída socialmente. Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva não é um registro fiel do passado, mas uma reconstrução orientada pelo presente.

A tentativa de registrar a história de Javé também evidencia a tensão entre oralidade e escrita. A escrita é vista como meio legítimo de reconhecimento oficial, enquanto a oralidade, embora rica, é considerada insuficiente pelo sistema formal. Psicologicamente, isso revela como certas formas de conhecimento são valorizadas e outras deslegitimadas.

A pluralidade de narrativas no filme mostra que a identidade coletiva não é fixa, mas negociada. A memória funciona como ferramenta de resistência: ao narrar sua história, a comunidade afirma sua existência. Mesmo que Javé desapareça fisicamente, a narrativa busca garantir sua sobrevivência simbólica.

5 PSICOLOGIA CULTURAL E SENTIDOS DO LUGAR

A psicologia cultural destaca que o desenvolvimento humano ocorre em contextos socioculturais específicos (Bruner,

1997). Os significados atribuídos ao território em Javé são construídos coletivamente e orientam a ação dos moradores. O lugar é mediador de práticas culturais e de produção de sentido.

O filme também evidencia o papel da narrativa na organização da experiência humana. Contar histórias é uma forma de dar coerência à vida, integrar eventos e produzir identidade. Assim, o esforço de escrever a história de Javé é também um esforço de preservar a própria humanidade da comunidade.

6 RESISTÊNCIA, DIGNIDADE E RECONHECIMENTO

Outro ponto relevante é a busca por reconhecimento. Os moradores querem que Javé seja considerado patrimônio histórico, pois isso lhe conferiria valor perante o Estado. Honneth (2003) argumenta que o reconhecimento é fundamental para a constituição da identidade e da autoestima. A luta de Javé é também uma luta por dignidade.

A resistência da comunidade pode ser entendida como estratégia de enfrentamento coletivo. Mesmo em posição de vulnerabilidade, os moradores mobilizam recursos simbólicos como memória, narrativa e identidade para tentar reverter a situação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Narradores de Javé oferece uma poderosa reflexão sobre os efeitos psicossociais do “progresso” quando ele ignora as dimensões humanas do território. O filme mostra que lugares são depósitos de memória, identidade e pertencimento. Sua destruição não é apenas geográfica, mas existencial.

A psicologia contribui para compreender que o impacto de grandes obras vai além do material. Envolve sofrimento emocional, ruptura de vínculos, perda de referências identitárias e enfraquecimento cultural. Ao mesmo tempo, o filme revela a potência da narrativa e da memória como formas de resistência.

Em um mundo marcado por deslocamentos, desastres socioambientais e projetos desenvolvimentistas, *Narradores de Javé* permanece atual. Ele nos lembra que desenvolvimento sem escuta e sem consideração pelas histórias locais pode produzir apagamentos irreparáveis. Valorizar o apego ao lugar, a memória coletiva e a identidade espacial é, portanto, também uma questão de saúde mental e de justiça social.

REFERÊNCIAS

- BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Bananeira Filmes. Brasil: [s.n.], 2003. 1 filme (100 min).
- PROSHANSKY, H.; FABIAN, A.; KAMINOFF, R. Place-identity: Physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, [S. l.], v. 3, p. 57–83, 1983.
- SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment. **Journal of Environmental Psychology**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 1–10, 2010.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

SOBRE OS ORGANIZADORES

ANÍSIO JOSÉ DA SILVA ARAÚJO

Graduado em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Paraíba (1983), Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1991), Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (2001) e Pós-doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2008-2009). Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) e ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST). Tem como área de atuação principal a Psicologia do trabalho e das organizações, com os seguintes temas de interesse: subjetividade e trabalho; saúde mental e trabalho; saúde do trabalhador; produtividade e qualidade com saúde e segurança.

JOANA DAR’K COSTA

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1993), Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (2001), Graduação Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (2000) e Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (2004). É Professora efetiva Nível “D” da Universidade Estadual da Paraíba - CAMPUS III Guarabira-PB. Atualmente faz Doutorado em Psicologia Social (UEPB). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Psicologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Subjetividade, Saúde Mental e Trabalho, Saúde Mental e Trabalho Docente, Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.

LUCAS EURIKES MELO VASCONCELOS

Psicólogo formado pela Universidade Federal da Paraíba (UEPB). Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da mesma instituição (PPgPS/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

SOBRE OS AUTORES

BRUNNO ALVES DE LUCENA

Psicólogo pelo Centro Universitário de Patos - UNIFIP (2017), Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSaCol) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2022), possui Residência Multiprofissional em atenção à saúde materno-infantil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN (2019). É Especialista em Direito Sanitário pela Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ (2024). É especialista em Preceptoría multiprofissional em saúde pelo Hospital Moinhos de Vento e PROADISUS (2023). É Especialista em Estratégia Saúde da Família pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021). É especialista em Saúde Pública pelo Centro Universitário de Patos - UNIFIP (2018).

DANIELLY SCALONE MACIEL

Psicóloga pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal da Paraíba. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

EDIZANGELA DE FATIMA CRUZ DE SOUZA

Graduada (2022) em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre (2024) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (UFPB). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral (NPDSM), onde desenvolve projeto sobre empatia em crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

ELAINE MILENA ALVES GENUINO

Doutoranda e mestra em Psicologia Social, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (UFPB). MBA em Gestão com Pessoas e Psicologia Organizacional (Unicorp Faculdades). Especialista em Psicologia do Trabalho. Graduada em Psicologia

pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (2014-2018). Psicóloga Clínica e Psicanalista (CRP 13/8458); Professora do curso de Psicologia da UNICIR (Faculdade do Cariri). Participou do Grupo de Estudos Psicologia, Trabalho e Saúde (2016-2017), e integra atualmente o Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

EMILY LAÍSLA TORRES DE FARIAS

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba com foco de pesquisa em Psicologia Social do Trabalho e nos estudos sobre Divisão Sexual do Trabalho. Integrou os grupos de pesquisa Núcleo de Pesquisas e Estudos Sobre o Desenvolvimento da Infância e a Adolescência (NUPEDIA) e Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

FELIPE ALMONDES SILVA

Graduado em Psicologia pelo Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSÁ). Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-graduado em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT). Integra o Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT-UFDPar), como integrante do Grupo de Classe Trabalho.

GABRIELA RAMOS DE BARROS

Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (1997). Doutoranda e Mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPgPS/UFPB). Tem experiência profissional na área de Psicologia, com ênfase em Recursos Humanos.

JAYANE EVELLEN DE FATIMA CRUZ DE SOUZA

Graduada em Jornalismo (Bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Mestra pelo Programa de Pós-graduação em

Comunicação (PPGC-UFPB). Doutoranda em Psicologia Social pela UFPB. Além disso, produtora de conteúdo Body Positive (Movimento Corpo Livre) e Militante contra gordofobia. Criadora do Podcast sobre saúde da mulher gorda Cuidando Delas, um produto do Trabalho de Conclusão de Curso. Tem afinidade com pesquisa de gênero, corpo e comunicação organizacional.

MIRELLA DARC DE MELO CAHU ARCOVERDE DE SOUZA

Juíza do Trabalho, mestre e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

RAISA FERNANDES MARIZ SIMÕES

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Possui especialização em Logoterapia e Saúde da Família (UEPB) e tem formação em Logoterapia Infantil pelo Instituto Faros de Sentido, Bogotá — Colômbia. É Mestre em Saúde Pública (UEPB). Doutoranda em Psicologia Social (UFPB). Graduada em Direito pela UNIFACISA. É psicóloga infantil e Docente do curso de Psicologia (UNIFACISA). Coordenadora dos grupos de estudos GEPI — Grupo de Estudos em Psicologia e Infância, e GELAE — Grupo de estudos em Logoterapia e Análise Existencial, vinculados a UNIFACISA.

SÉFORA LIMA DE FIGUEIREDO

Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Graduada e Licenciada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

SILNARA ARAÚJO GALDINO

Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atua como policial penal e psicóloga, com ênfase em saúde mental relacionada ao trabalho, riscos psicossociais e políticas de cuidado no campo da segurança pública.

VALERIA SILVA CARVALHO

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão-UNIFACEMA. Mestranda no programa de pós-graduação em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Título SUBJETIVIDADE E TRABALHO HUMANO NO CINEMA

Organizadores Anísio José da Silva Araújo
Joana Dar'k Costa
Lucas Eurikes Melo Vasconcelos

Projeto de diagramação e Capa Emmanuel Luna

Formato/ Tamanho e-book (PDF - 16x22,4 cm)/ 2.6MB

Tipografia Proxima Nova

Número de páginas 168